

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

BRENDA FRANKLIM LIMA

**PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM PANORAMA DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Rio de Janeiro

2021

BRENDA FRANKLIM LIMA

**PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM PANORAMA DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Monografia de conclusão de curso apresentada à Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.a Dr.a Maria Comes Muanis

Rio de Janeiro
Novembro 2021

BRENDA FRANKLIM LIMA

**PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM PANORAMA DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Monografia de conclusão de curso apresentada à Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.a Dr.a Maria Comes Muanis

Prof.a Dr.a Sabrina Moehlecke

Prof.a Dr.a Rosana Heringer

AGRADECIMENTOS

Tudo quanto te vier à mão para fazer, faze-o conforme as tuas forças, porque na sepultura, para onde tu vais, não há obra nem projeto, nem conhecimento, nem sabedoria alguma. Eclesiastes

9:10

É com o coração transbordante de gratidão que me dou conta da grandeza que esta página de agradecimentos significa para a conclusão de mais um ciclo na minha vida.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, autor da vida, a quem dedico meus dias, cada passo dado na graduação e fora dela, cada sorriso, cada gargalhada, cada lágrima derramada, cada abraço dado e recebido, cada perda, cada conquista.

À minha mãe, que me seguiu do primeiro rabisco até o beabá, celebrou comigo cada conquista escolar, fez minhas marmitas para eu passar dias inteiros na faculdade e me ensinou o valor do trabalho duro.

Ao meu irmão que às vezes tornava minhas crises acadêmicas mais leves com suas piadas.

Ao meu namorado e à minha sogra que, apesar de chegarem há pouco tempo, já são essenciais pelo amor, apoio e incentivo que dão.

Aos meus amigos, que ouviram muitos desabafos, e me arrancavam de casa para me lembrar que a vida não é só estudar, mas também se divertir, comer, compartilhar, amar. Em especial à Gabi e sua família, que me hospedaram diversas vezes com o carinho de sempre.

À Juliana, a melhor psicóloga desse mundo, por quem guardo os melhores sentimentos.

À Rosilaine, uma amiga e colega de curso, pesquisadora de garra, que sempre torce por mim.

Aos parentes que me apoiaram em oração e em palavras.

À minha orientadora e professora querida, Maria Muanis, que, desde o primeiro semestre, apoia e motiva minha trajetória acadêmica com os desafios que propõe, inspira com sua diplomacia intelectual, autenticidade e brilho nos olhos.

Às professoras da banca examinadora que aceitaram o convite para a defesa do meu trabalho.

A todos os professores que me apoiaram desde a Educação Básica até a Universidade.

À UFRJ, que me propiciou uma formação de qualidade, experiências intensas e me apresentou pessoas inesquecíveis.

Obrigada!

RESUMO

Este trabalho monográfico trata da temática da Permanência estudantil na Educação Superior, mais especificamente nas universidades públicas brasileiras. Tem como objetivo oferecer um panorama geral da produção científica recente sobre o tema, analisando o tratamento dado e mapear e analisar os trabalhos que tratam especificamente de ações institucionais de permanência no Ensino Superior apresentando sua síntese. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa bibliográfica realizada em maio de 2020 nas plataformas SciElo e nas plataformas disponíveis para a UFRJ no portal de Periódicos Capes com o recorte temporal de 5 anos (2016- 2020). O questionamento central da pesquisa se desdobra em dois: “Como se caracteriza a produção científica sobre a permanência estudantil nos últimos 5 anos? Como as ações institucionais de permanência têm sido investigadas e quais são elas?” Foram selecionadas nove palavras-chave provenientes dos eixos “Ensino Superior”, “Permanência”/ “Afiliação” e “Apoio Pedagógico” que compuseram o total de 18 combinações de busca em cada plataforma. Após uma seleção criteriosa dos resultados, 39 artigos compuseram o material de análise final desta pesquisa. As análises dos artigos pautam-se nos seguintes critérios: região do país, ano de publicação, tema central, metodologia de pesquisa e perspectiva de permanência. Quanto às ações institucionais de permanência estudantil, foram consideradas a profundidade da abordagem e a ordem de permanência (simbólica ou material). A fundamentação teórica deste trabalho apoia-se nos conceitos e contribuições de autores como Bourdieu, Dyane Santos e Alain Coulon, tais como afiliação estudantil, permanência simbólica e permanência material. Os resultados indicam que o tema da permanência na Educação Superior tem ganhado relevância nas pesquisas conforme novas conquistas vão sendo alcançadas no âmbito das políticas de Assistência Estudantil, contemplando grupos específicos e novas demandas no processo de democratização do Ensino Superior. Em relação às ações institucionais, os resultados indicam que as pesquisas sobre as ações institucionais de permanência na figura dos apoios pedagógicos ainda são incipientes, mas apontam para um campo a ser explorado.

Palavras-chave: Educação Superior; Permanência Estudantil; Afiliação Universitária; Apoio Pedagógico.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABU - Aliança Bíblica Universitária

Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPEGRE - Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia

CGRU - Coordenadoria de Gestão de Residência Universitária

EaD - Educação à distância

EBI - Estudos Bíblicos Indutivos

EM - Ensino Médio

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ES - Ensino Superior

Fonaprace - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

GOU - Grupo de Oração Universitário

IES - Instituição de Educação Superior

IFCE - Instituto Federal do Ceará

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério da Educação

NTFSI - Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena

PAEE - Público Alvo da Educação Especial

PCD - Pessoa com Deficiência

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PMAP - Programa de Monitoria de Apoio Pedagógico

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNEs - Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

Progesti - Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão

PROAE - Pró-reitoria de Apoio Estudantil

PROPAE - Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio à Excepcionalidade

ProUni - Programa Universidade para Todos

Prug - Programa de Residência Universitária para Graduação

PSM - Propensity Score Matching

PVUI - Programa Vale Universidade Indígena

QSE - Questionários Socioeconômicos

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

TILs - Tradutor(res) e Intérprete(s) de Libras

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFG - Universidade Federal de Goiânia

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras:

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Demonstração: Número de ingressos por curso de graduação, por Categoria Administrativa - 2009-2019 | 14 |
| Figura 2 - Demonstração: Plataforma SciElo..... | 22 |
| Figura 3 - Demonstração: Portal de Periódicos Capes | 23 |

Tabelas:

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Expressões utilizadas na busca..... | 22 |
| Tabela 2 - Resultados de busca..... | 24 |
| Tabela 3 - Bibliografia final..... | 25 |
| Tabela 4 - Síntese das ações existentes: Permanência Simbólica..... | 81 |
| Tabela 5 - Síntese das ações existentes: Permanência Material..... | 82 |
| Tabela 6 - Síntese das ações existentes: Permanência Material e Simbólica..... | 82 |

Gráficos:

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Ano de publicação..... | 28 |
| Gráfico 2 - Região estudada..... | 29 |
| Gráfico 3 - Metodologia 1..... | 30 |
| Gráfico 4 - Metodologia 2..... | 31 |
| Gráfico 5 - Métodos/técnicas..... | 31 |
| Gráfico 6 - Perspectiva de Permanência..... | 32 |
| Gráfico 7 - Abordagem das Iniciativas institucionais de permanência | 76 |
| Gráfico 8 - Ordem de Permanência das ações institucionais | 77 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2. CONTEXTUALIZAÇÃO..... | 12 |
| 3. QUADRO TEÓRICO..... | 16 |
| 4. METODOLOGIA..... | 21 |
| 5. RESULTADOS E ANÁLISE..... | 28 |
| 5.1 UM PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA..... | 28 |
| A) ANO DE PUBLICAÇÃO..... | 28 |
| B) REGIÃO ESTUDADA..... | 29 |
| C) METODOLOGIA..... | 30 |
| D) MÉTODOS/TÉCNICAS..... | 31 |
| E) PERSPECTIVA DE PERMANÊNCIA..... | 32 |
| 5.2 REVISÃO SISTEMÁTICA DA BIBLIOGRAFIA..... | 33 |
| 5.2.1 - SCIELO..... | 34 |
| 5.2.2 - SCIELO: PERMANÊNCIA DE GRUPOS ESPECÍFICOS..... | 47 |
| 5.2.3 - CAPES..... | 59 |
| 5.3 UMA APRECIÇÃO GERAL..... | 71 |
| 5.3.1 - CAMINHOS PERCORRIDOS..... | 71 |
| 5.3.2 - CAMINHOS A PERCORRER..... | 74 |
| 5.4 AÇÕES INSTITUCIONAIS DE PERMANÊNCIA..... | 75 |
| A) ABORDAGEM DAS INICIATIVAS INSTITUCIONAIS..... | 75 |
| B) ORDEM DE PERMANÊNCIA DAS AÇÕES..... | 77 |
| C) SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES..... | 77 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 85 |
| 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 87 |
| 8. ANEXOS..... | 93 |
| ANEXO A..... | 93 |
| 9. APÊNDICES..... | 96 |
| APÊNDICE A..... | 96 |
| APÊNDICE B..... | 97 |

1. INTRODUÇÃO

Olhar para a bagagem subjetiva e ouvir seus gritos é essencial para se reconhecer como pesquisador(a), assim como estar aberto(a) ao devir inerente ao processo de pesquisa (ROLNIK, 1993). Fazer as marcas reverberarem no trabalho acadêmico, acredito, é o que o faz ter sentido tanto para a comunidade científica quanto para o próprio autor. Assumindo que esse devir caracteriza o pesquisador e a pesquisa, reconheço que os (des)caminhos constituem parte importante desta monografia do começo ao fim, já que faz falar minhas marcas. Assim, relatarei brevemente nesta introdução esses (des)caminhos considerando a construção do objeto de estudo, objetivos e estrutura do trabalho.

O tema das desigualdades na educação me intriga desde que comecei a estudar sociologia da educação no primeiro período da graduação. As leituras de teóricos e pesquisadores que problematizam e evidenciam as disparidades no acesso à educação dentro dos sistemas, escolas, turmas e até em salas de aula me permitiram questionar o imaginário de uma escola imparcial e livre das influências da sociedade na qual está inserida. Estar num curso de Pedagogia e estudar a cultura escolar não é apenas construir um olhar crítico de estudioso da educação que olha de fora, mas é, antes de tudo, olhar de dentro e olhar para dentro. É reportar-se à própria trajetória escolar munido de ferramentas analíticas para a composição de um auto retrato sociológico.

Como consegui chegar aqui? Foi uma pergunta que tive de responder ao finalizar o meu primeiro período na UFRJ. Esse olhar, que agora não é mais de senso comum, mas também não é imparcial, permite reinterpretar nossos processos na Educação Básica e compreender alguns desafios do presente, ou seja, no Ensino Superior. E foi assim que comecei a me perguntar o que significava ser estudante de origem popular numa universidade pública de renome. Por que estar aqui parece mais difícil para alguns do que para outros? E por que é tão mais difícil que o Ensino Médio? O que eu gostaria que a universidade fizesse por mim e por meus colegas para oferecer suporte nesse processo?

Estas questões nunca morreram, mas ficaram em repouso até recentemente. Elas voltaram no momento em que comecei a rascunhar um projeto de monografia e recebi um e-mail da coordenação do curso divulgando o Programa de Monitoria de Apoio Pedagógico. O PMAP é

uma ação da UFRJ que busca assistir aos estudantes de disciplinas com alto índice de retenção a fim de conter as reprovações e a evasão dos cursos. Todo ano lança-se um novo edital para toda a universidade. A Faculdade de Educação, por não possuir nenhuma disciplina com altos graus de retenção, enviou, em 2019, um projeto distinto das tradicionais monitorias e com uma marca própria, cuja finalidade era promover a afiliação dos estudantes através de duas frentes de trabalho: o Letramento Acadêmico e a Orientação Formativa. O programa parecia interessante e creio que teria usufruído muito mais da universidade se o tivesse experimentado no primeiro ano de graduação. Decidi fazer dele o meu objeto de pesquisa.

Contudo, por causa das imprevisibilidades da vida e da pesquisa, alterei rotas e reconstruí o objeto sem abrir mão de refletir sobre a permanência do estudante e o papel da universidade pública em relação a essa questão. A pesquisa bibliográfica, que antes era parte da monografia, tornou-se o trabalho principal. Entendi que não se faz pesquisa sem diálogo com o que já foi produzido sobre determinado tema e que a potência de uma pesquisa bibliográfica é mostrar o tratamento de um assunto nesse cenário maior de produções acadêmicas.

Esse processo culminou no seguinte questionamento central que se desdobra em dois: “Como se caracteriza a produção científica sobre a permanência estudantil nos últimos 5 anos? Considerando tal panorama, como as ações institucionais de permanência têm sido investigadas e quais são elas?” Assim, após percorrer esses caminhos, foram definidos os objetivos deste trabalho:

- Oferecer um panorama geral da produção científica sobre o tema da permanência na Educação Superior;
- Analisar o tratamento dado ao tema na produção científica recente;
- Mapear os trabalhos que tratam especificamente de ações institucionais de permanência no Ensino Superior e apresentar sua síntese.

Para alcançá-los, primeiro contextualizamos o tema. Compreender o contexto atual do Ensino Superior público no Brasil, permite perceber a relevância do tema. Em seguida, esboçamos um quadro teórico com autores que amparam as reflexões. Depois, descrevemos os procedimentos da pesquisa no capítulo de metodologia. Na seção posterior, são apresentados

os resultados e análises da pesquisa bibliográfica contemplando: revisão bibliográfica; análise das produções, mapeamento geral segundo as regiões estudadas, predominância metodológica, ênfase de permanência; e ações institucionais de permanência abrangendo: abordagem, ordem de permanência, síntese e considerações das ações pesquisadas. Finalmente, serão feitas as considerações finais da monografia.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando os objetivos elencados na seção anterior, precisamos compreender a relevância do estudo sobre a permanência na universidade pública e para tanto faremos uma breve contextualização do tema. Já mencionei anteriormente que olhar para minha trajetória me fez concluir que chegar aqui foi um feito improvável e, assim como eu, outras pessoas não tinham a universidade pública como um caminho natural. Dessa forma, questionamos: além dos fatores sociais e individuais, que condições conjunturais colaboraram para que gerações de grupos historicamente excluídos da universidade agora chegassem neste espaço? E o que essas condições anunciam? Qual a relevância de estudar esse tema?

Essas perguntas só são possíveis por conta de recentes transformações no Ensino Superior público brasileiro que tiveram algumas legislações como marcos fundamentais. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (BRASIL, 2007) - ampliou o número de vagas e expandiu as redes universitárias com a construção de outros *campi* passando a atender municípios fora das capitais (BIZERRIL, 2020) e possibilitando que mais jovens pobres tivessem acesso à universidade.

O Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado sob gerência do Ministério da Educação - SISU (BRASIL, 2012), por sua vez, tem sido um mecanismo de seleção e alocação de vagas em IFES que possibilita que os candidatos conheçam as vagas disponíveis para instituições de todo o país e até se desloquem dos seus estados de origem para cursar a universidade em outro estado. Ao lado do Enem, o SISU permite que a nota de um único vestibular seja utilizada para indicar duas opções de curso em diferentes modalidades de ingresso, mostrando também as listas de espera de cada universidade.

As diferentes modalidades de ingresso, também compõem o cenário dessas transformações. A Lei nº 12.711 de 2012, conhecida como Lei de Cotas, outorga a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, pessoas que cursaram o Ensino Médio integralmente em Escolas públicas, pessoas cuja renda familiar per capita seja igual ou inferior a 1,5 salários mínimos e pessoas com deficiência (BRASIL, 2012). A reserva de vagas também tem ampliado o acesso para grupos minoritários e contribuído para a mudança do perfil discente:

cerca de 2/3 do quadro de estudantes, ou seja, 66,19% são oriundos de famílias com renda média de 1,5 salário mínimo, o que corresponde a uma modificação radical no perfil estudantil. [...]

Outro fator pesquisado, diz respeito a cor e raça, foi evidenciado o impacto que a utilização de ações afirmativas, através da reserva de vagas, ocasionou dentro das universidades federais. O destaque principal foi para o percentual de 47,57% de estudantes autodeclarados pretos e pardos, o que demonstra que a Lei de Cotas criada no ano de 2012 cumpriu adequadamente seu objetivo. (MARTINS et al. 2019, p. 885/886)

Entretanto, diante do acesso, a permanência desses estudantes torna-se cada vez mais alvo de discussão frente aos objetivos de uma real democratização do Ensino Superior.

No cenário das transformações que já estavam acontecendo, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES foi instituído em 2010 com o propósito de ampliar as condições de permanência dos estudantes do Ensino Superior , através de verbas transferidas diretamente da União de acordo com a legislação orçamentária e financeira em vigor. Segundo seu texto, o PNAES atende prioritariamente a alguns grupos:

Art. 5o Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010)

Na autonomia de que goza, a universidade deve, segundo a referida legislação, “definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” e fixar “mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES” (BRASIL, 2010). Apesar da autonomia universitária, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 determina que:

§ 1o As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:
 I - moradia estudantil;
 II - alimentação;
 III - transporte;
 IV - atenção à saúde;
 V - inclusão digital;
 VI - cultura;
 VII - esporte;
 VIII - creche;
 IX - **apoio pedagógico**; e
 X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010, grifo nosso)

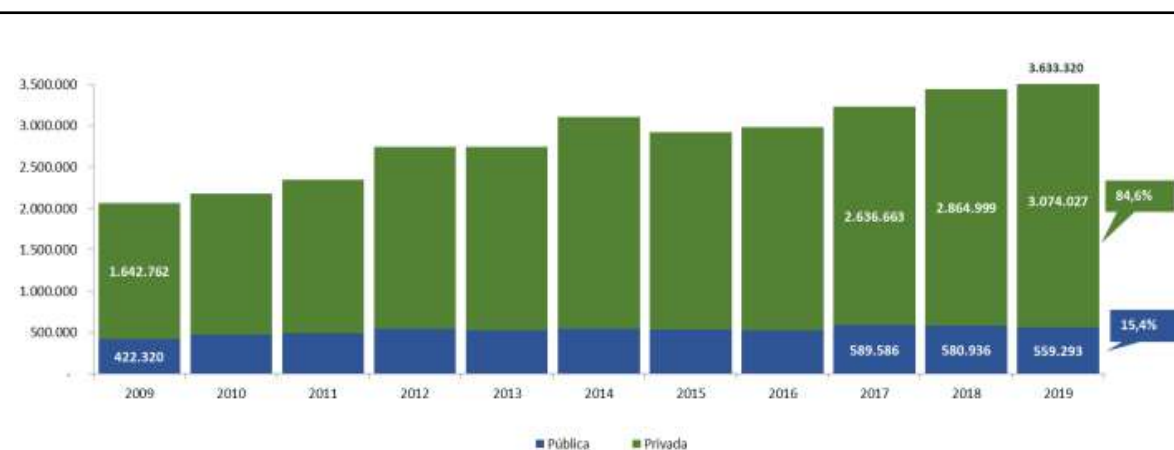
Assim, lançar olhares para o que as universidades vêm fazendo e o que tem sido pesquisado a respeito deste tema é essencial, visto que essas mudanças são, ao mesmo tempo, significativas e recentes. O trecho “apoio pedagógico” nos chama atenção justamente porque nos permite inferir que a permanência estudantil não se restringe apenas a auxílios materiais ou bolsas - certamente fundamentais - , mas denota um sentido amplo de permanência

estudantil que dialoga com nossas inquietações iniciais, objetivos de pesquisa e fundamentação teórica.

Há, no entanto, considerações a se fazer sobre tais transformações diante do recorte temporal adotado. De fato, muitas conquistas vêm sendo alcançadas quando olhamos para a trajetória das políticas de democratização da Universidade pública no Brasil. Observando o gráfico elaborado pelo INEP (2019) que representa o Número de ingressos por curso de graduação entre 2009- 2019 por categoria administrativa (Figura 1), é possível verificar a expansão do Ensino Superior de uma forma geral ao longo da década em termos de acesso, tanto para as instituições públicas, quanto para as privadas. Considerando o número de ingressantes, ambas cresceram juntas apesar da predominância da iniciativa privada, que passa a ser bem maior em relação às universidades públicas. Isso demonstra a ampliação geral já citada.

No entanto, observando apenas a mancha azul, constataremos um crescimento até 2012, depois um número estável até 2016, e depois outro crescimento em 2017 que, novamente, começa a cair. Dessa forma, é importante lembrarmos que tanto o acesso quanto a permanência na universidade pública são campos de disputa não estáticos e as conquistas já alcançadas podem ser alvo de ataques de conveniências dos governos.

Figura 1 - Demonstração: Número de ingressos por curso de graduação, por Categoria Administrativa - 2009-2019



Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior, 2019. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf

A partir de 2016, por exemplo, foi instituída a Emenda Constitucional 95 que limitou os gastos públicos por 20 anos. “Enviada pelo governo Michel Temer ao Legislativo com a justificativa de equilíbrio das contas públicas, a PEC do Teto dos Gastos instituiu o engessamento de investimento em áreas como educação e saúde a partir de 2018.” (LOPES, 2018) Nesse cenário, as instituições de Ensino Superior são prejudicadas. No site de notícias da Universidade Federal do Rio de Janeiro, outros cortes feitos nos últimos anos são reportados:

Com orçamento desidratado há tempos, a redução orçamentária projetada para as 69 universidades federais é de quase 20% – para ser mais exato, 18,2%. Isso representa R\$ 1,056 bilhão a menos na comparação com o ano passado. Cortar recursos das universidades federais não é novidade: em 2020, foram suprimidos 8,64% em relação a 2019, passando de R\$ 6,06 bilhões (2019) para R\$ 5,54 bilhões (em 2020). (FRANÇA, 2021)

Os cortes afetam todas as atividades acadêmicas, mas a permanência dos estudantes, sobretudo de baixa renda, é o compromisso que mais preocupa as instituições. Dessa forma, é necessário ter em mente que ocorrem avanços e retrocessos no processo de democratização da universidade, de modo que não há uma “evolução natural” quando o assunto é a conquista de direitos, mas um campo dinâmico, sujeito às mudanças e disputas de poder.

3. QUADRO TEÓRICO

Considerando a referida relevância em discutir permanência no Ensino Superior, três autores compõem nosso quadro teórico principal: Bourdieu (1989;1998), Dyane Santos (2009) e Alain Coulon (2008; 2017). Eles apresentam contribuições essenciais para o tema e oferecem conceitos com os quais decidimos operar.

Em *A escola conservadora*, Bourdieu (1989) explica como a reprodução das desigualdades sociais está vinculada à reprodução das desigualdades educacionais. O sociólogo argumenta que a cultura pressuposta pela escola é a cultura consagrada pelas elites e, portanto, rejeita a cultura dos alunos das classes populares por meio de mecanismos de seleção explícitos ou inconscientes. Enquanto isso, o repertório familiar cultural que alguns alunos herdam revela-se rentável diante das demandas escolares, de modo que suas habilidades, comportamentos, modos de falar e conhecimentos prévios são atribuídos ao dom natural ou ao mérito individual, isto é, como se não fizesse parte da conjuntura maior de uma sociedade estratificada socialmente. Assim, a escola legitimaria as desigualdades. Em outro trabalho, *Os excluídos do interior*, Bourdieu (1998) trata de novas formas de exclusão dos estudantes de classes populares por dentro dos sistemas de ensino. Os estudantes que antes não chegavam a níveis mais altos de ensino, agora chegam, mas ainda são excluídos por diversos mecanismos de seleção. Neste texto, o autor demonstra como estudantes desprovidos do capital cultural socialmente legitimado vão sofrendo com esse processo em todos os níveis do percurso escolar, sobretudo nos mais altos devido a sucessivas exclusões escolares acumuladas ao longo de uma trajetória. Por isso, quando nos referimos ao Ensino Superior, a trajetória acadêmica de um estudante pode se desenrolar com maior ou menor dificuldade em função de sua familiaridade com a cultura acadêmica. Nogueira (2015) afirma que, para Bourdieu e Passeron, a posse anterior desses bens simbólicos diante da cultura socialmente consagrada certamente é rentável ao universitário não só pelos conhecimentos prévios em si, mas pela própria atitude diante do conhecimento e da construção desse conhecimento. Os estudantes que o possuem e agem com manejo e familiaridade à cultura acadêmica, portanto, correspondem às expectativas da universidade e rapidamente são reconhecidos como parte dela. Assim, tanto os bens materiais quanto os bens simbólicos são fatores decisivos na permanência na Educação Superior. Apesar de Bourdieu referir-se ao contexto francês da década 70 no texto *A escola conservadora* e da década de 90 em *Os excluídos do interior*, suas reflexões certamente podem ajudar a pensar o cenário brasileiro com limites dados pelas

especificidades sociais e históricas dos sistemas de ensino e das desigualdades nestes dois países.

No entanto, existe um outro fator de estranhamento que independe de origem social: o choque cultural da passagem do Ensino Médio ao Ensino Superior. Essa passagem engendra processos que levam Alain Coulon (2017) a desenvolver o conceito de afiliação universitária. O autor argumenta que, em qualquer grupo cultural, existe um conhecimento prático construído pelas vivências de seus membros e cada membro pode, assim, falar do raciocínio prático construído na sua transformação como membro. Esse raciocínio é o que as pessoas sabem sobre o que elas fazem e sobre as consequências de suas ações, que são fruto de uma aprendizagem longa e complexa e se inicia desde que entramos em uma dada cultura, mas da qual nos esquecemos ao longo do tempo conforme a naturalizamos. O aprendizado e o domínio de uma série de dispositivos de categorização correspondem à construção de um repertório de elementos essenciais à descrição de nossas ações e à produção do senso comum e do cotidiano de uma sociedade. É esse manejo que garantirá o reconhecimento do sujeito como membro de uma sociedade e possibilitará a capacidade de produzir essa cultura é, portanto, circular livremente por ela, pois

Ser um membro é conhecer detalhadamente todas as sutilezas das relações sociais, é compartilhar as evidências do mundo em que se vive, é dominar e compartilhar de maneira ativa a linguagem natural e comum do grupo em que se vive. (Coulon, 2017, p.1244)

Assim, quando o autor menciona a afiliação universitária, refere-se a um processo de inserção plena do estudante na nova cultura. Entretanto,

Esta aquisição não é completa porque a cultura da comunidade nativa é movente e cumulativa. Ela é ainda menos completa na medida em que o próprio debutante participa, desde que esteja suficientemente iniciado, de sua transformação e elaboração.” (COULON, 2008, p. 43).

Dessa forma, a importância da afiliação do estudante não se justifica apenas para o seu usufruto pessoal do espaço acadêmico, mas também para garantir o poder de intervenção dos estudantes a promover transformações conscientes em um espaço que deve ser feito para ele e por ele.

Coulon descreve as fases dessa dinâmica gradual em três momentos: 1) Tempo de estranheza, em que o aluno se choca com um novo universo muito diferente de um passado familiar; 2)

tempo de aprendizagem, momento doloroso em que se distancia do passado escolar, mas ainda não se avista um futuro universitário ou profissional; e 3) tempo de afiliação, quando, finalmente, o estudante assimila as regras acadêmicas, códigos institucionais e intelectuais a ponto de encontrar nelas *practicalidade*. A conquista do estatuto social novo, para o autor, passa pela construção de um *habitus* de estudante que

se manifesta por meio de diversos marcadores de afiliação: expressão escrita e oral, inteligência prática, seriedade, ortografia, presença de referências teóricas e bibliográficas nos trabalhos escritos, utilização espontânea do futuro anterior anunciador de uma perspectiva em construção. (COULON, 2017, p. 1247).

E se o aprendizado do ofício de estudante não acontecer? Para o autor, quando não há afiliação, o estudante fracassa. Fracasso aqui não se remete apenas à evasão, mas também a um sujeito que permaneceu na universidade sem usufruir dela plenamente, está dentro, mas não tornou-se membro, está seguindo os estudos, mas pouco aprendeu a ser estudante. Mesmo assim, a evasão é um risco e o autor percebe em suas pesquisas que o primeiro ano é o mais perigoso para que isso aconteça.

Com base nessas reflexões, Coulon defende uma *Pedagogia da afiliação*, ou seja, ações institucionais intencionais e sistematizadas que tenham o objetivo de ensinar o ofício de estudante. Enquanto professor de uma universidade na França, ele experimenta e sugere dois tipos de atividades que parecem favorecer o processo de afiliação: a escrita cotidiana e a aprendizagem da metodologia documental. A primeira possuía o objetivo principal de construir o hábito da escrita na forma de um diário que abordasse as novas experiências. O pressuposto era de que isso proporcionaria uma maior lucidez sobre o percurso colaborando “para lhes ensinar como transformar as instruções que eles devem seguir em ações práticas.” (COULON, 2017 p. 1248). Ele também percebeu a dimensão clínica do diário, pois possibilitou que os estudantes elaborassem suas experiências e as emoções da inserção em um novo universo intelectual. Quanto à aprendizagem da metodologia documental,

Tratava-se de uma formação semestral com duração de 37 horas e trinta minutos (quinze encontros de duas horas e meia), que recebia grupos de aproximadamente trinta estudantes de forma integrada ao curso do estudante, mesmo sendo, frequentemente, uma formação optativa. Quando essa formação foi concebida, os objetivos dos professores de metodologia documental era que os alunos aprendessem a utilizar os recursos documentais das bibliotecas e melhorassem a leitura, a memória e a organização de seu trabalho acadêmico. (ibdem)

Os efeitos desse ensino sistematizado foram mensurados e os resultados mostraram chances maiores dos cursistas de chegarem ao segundo ano de graduação, o abandono devido a

fracasso era menor e maiores se tornavam as chances de ingresso no mestrado. A estratégia, assim, mostrou-se uma vantagem decisiva, pois tornavam explícitas as regras implícitas da universidade.

De maneira condizente, Dyane Santos (2009) estabelece os conceitos de Permanência Material e Permanência Simbólica. Em sua tese de doutorado, argumenta que é necessário pensar a permanência de estudantes negros na universidade para além da política de cotas, pois existem essas duas dimensões da permanência estudantil. Ela explica que

É necessário dinheiro para comprar livros, almoçar, lanche, pagar o transporte, etc. Mas é necessário também o apoio pedagógico, a valorização da auto-estima, os referenciais docentes, etc. Sendo assim, entendemos que a permanência na Universidade é de dois tipos. Uma permanência associada às condições materiais de existência na Universidade, denominada por nós de **Permanência Material** e outra ligada às condições simbólicas de existência na Universidade, a **Permanência Simbólica**. Antes vale dizer que entendemos por condições simbólicas a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e de pertencer a ele. (SANTOS, 2009, p. 70, grifo meu)

Assim, a autora também demonstra como, além das demandas materiais dos estudantes, a dimensão da permanência simbólica é também uma questão a ser problematizada para a efetiva democratização da universidade aos grupos historicamente excluídos dela, pois a cultura da universidade e a cultura que ela pressupõe não é a mesma desses sujeitos.

Dessa forma, a proposta de uma Pedagogia da afiliação, de ações institucionais que acolham os estudantes tendo em vista a sua permanência, é uma chave analítica para nós, assim como os conceitos de Permanência material e Permanência simbólica que as atravessam. Tomando por base os desafios atuais a respeito da permanência dos estudantes nas universidades públicas brasileiras, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica que respondesse a dois questionamentos principais:

1. “Como se caracteriza a produção científica sobre a permanência estudantil nos últimos 5 anos?”
2. “Considerando tal panorama, como as ações institucionais de permanência têm sido investigadas e quais são elas?”

A caracterização da produção científica a respeito de um determinado tema nos permite visualizar como têm se configurado os interesses de pesquisa, quais as contribuições e limitações dos trabalhos, quais as lacunas, onde se avançou e o que ainda é necessário

explorar, as ênfases privilegiadas e os silêncios. Assim, buscamos contribuir na construção e análise desse panorama bem como apresentar ações institucionais de permanência desenvolvidas no país e a maneira que estão sendo estudadas.

4. METODOLOGIA

Nesta seção, apresentaremos o caminho metodológico percorrido apontando aspectos como período de pesquisa, plataformas de busca escolhidas, recorte temporal adotado, a justificativa destas opções, resultados de busca e bibliografia final.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em maio de 2020 nas plataformas SciELO Brasil e nas plataformas disponíveis para a UFRJ no portal de Periódicos CAPES com o recorte temporal de 5 anos: 2016 - 2020. A escolha de tais plataformas de pesquisa acadêmica se deve à relevância que ambas possuem na área da educação.

O recorte temporal justifica-se pois, em relação à aplicação da lei de cotas nas universidades, a legislação estabelece que:

Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei [instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação] deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.” (BRASIL, 2012).

Isso quer dizer que até 2016 a reserva de vagas deveria estar integralmente estabelecida nas universidades brasileiras. O nosso recorte temporal, portanto, contempla um momento em que a aplicação das cotas já está mais fortalecida permitindo que o perfil discente seja cada vez mais plural. Assim, nossa hipótese é que o número de pesquisas sobre a permanência do estudante tenha aumentado substancialmente neste período, já que a universidade passa a se reconfigurar para receber os novos grupos, tornando, portanto, um momento fecundo para a análise proposta.

Foram selecionadas nove expressões-chave: três provenientes de “Ensino Superior” e similares e seis provenientes da palavra “Permanência” combinadas em pares conforme as expressões indicadas na Tabela 1.

| Tabela 1 - Expressões utilizadas na busca | | |
|--|---|--|
| Ensino superior Educação superior Universidade | + | Permanência Afiliação Assistência estudantil Política estudantil Apoio Pedagógico Assistência Acadêmica |

Considerando a combinação de cada palavra da primeira coluna com cada palavra da segunda, a composição total foi de **18 combinações** de busca em cada plataforma. Tendo sido realizado o procedimento nas duas plataformas, **36** combinações foram realizadas ao todo. Nas figuras 1 e 2 podemos visualizá-lo mais claramente no Layout de cada plataforma.

Figura 2 - Demonstração: Plataforma SciELO

The screenshot displays the SciELO search results page. At the top, the search bar contains 'Ensino Superior' and 'Permanência', with a red circle highlighting the 'AND' operator. Below the search bar, the 'Filtros selecionados' section shows filters for 'Idioma: Português', 'Ano de publicação: 2018', 'Ano de publicação: 2020', 'Ano de publicação: 2019', 'Ano de publicação: 2017', 'Ano de publicação: 2016', and 'Tipo de literatura: Artigo'. The results section shows two articles, with the first one titled 'Transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior sociodemográficos e do trabalho'.

Fonte: SCIELO. SciELO – Scientific Electronic Library Online. São Paulo/SP – Brasil. Disponível em: https://search.scielo.org/?q=*%26lang=pt%26count=15%26from=1%26output=site%26sort=%26format=summary%26fb=%26page=1%26filter%5Bla%5D%5B%5D=pt%26filter%5Byear_cluster%5D%5B%5D=2018%26filter%5Byear_cluster%5D%5B%5D=2020%26filter%5Byear_cluster%5D%5B%5D=2019%26filter%5Byear_cluster%5D%5B%5D=2017%26filter%5Byear_cluster%5D%5B%5D=2016%26filter%5Btype%5D%5B%5D=research-article%26q=%28Ensino+Superior+%29+AND+%28Perman%C3%Aancia+%29%26lang=pt%26page=1

Na busca avançada da SciELO (Figura 1), a ferramenta “AND” destacada significa a soma de duas ou mais expressões-chave inseridas nos campos que deverão obrigatoriamente aparecer no texto. Marcando o filtro “Todos os índices”, ampliamos para que as expressões-chave apareçam não somente no título ou resumo, por exemplo, mas em todo o texto. Por meio de mecanismos semelhantes, o mesmo procedimento foi realizado na busca avançada da CAPES (Figura 2).

Figura 3 - Demonstração: Portal de Periódicos Capes

Fonte: CAPES. Portal de periódicos Capes. Brasília, DF. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cHM6Ly9ybnAtcHJpbW8uaG9zdGVkLmV4bGlicmlzZ3JvdXAuY29tL3ByaW1vX2xpYnJhcnkvbGlid2ViL2FjdGlvi9zZWYyZGUZG8/JnZpZD1DQVBFU19WMSZtb2RlPUFkdmdFuY2Vk

Primeiro, os filtros de cada plataforma iam sendo aplicados e, depois, a busca era acionada para que aplicássemos os nossos próprios filtros de seleção para as leituras.

Os **critérios de inclusão** dos artigos utilizados nos filtros foram:

- A. Apenas artigos;
- B. Trabalhos em português;
- C. Trabalhos que correspondem ao tema da Permanência.

E os **critérios de exclusão** foram:

- A. Títulos que não tinham a permanência ou apoios pedagógicos como interesse principal;
- B. Títulos que tratavam a respeito da permanência na rede privada de Ensino Superior;
- C. Não possuir texto em PDF disponibilizado para consulta pública¹;
- D. Repetição na mesma busca;
- E. Repetição entre plataformas (Não contabilizados títulos já registrados na busca feita na plataforma SciELO);

A ordem dos filtros de leitura foram:

1. Título - foram lidos todos os títulos de todas as páginas resultantes de cada busca;
2. Resumo - foram lidos todos os resumos cujos títulos interessavam segundo os critérios citados acima, exclusive os que iam se repetindo nas buscas;
3. Artigo Completo - Os artigos cujos resumos se mantinham dentro de nossos critérios foram lidos e fichados integralmente;
4. Exclusão final - Após a leitura integral, alguns trabalhos foram excluídos por serem apenas tangenciais ao tema da permanência.

Após estes procedimentos, obtivemos os seguintes resultados:

| | SciELO | CAPES | Total |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Título | 303 | 4980 | 5283 |
| Resumo | 50 | 47 | 97 |
| Artigo Completo | 27 | 16 | 43 |
| Excluídos | 0 | 4 | 4 |
| Quantidade total | 27 | 12 | 39 |

- SciELO:

Após a leitura de todos os 303 títulos de artigos em português encontrados, foram lidos, segundo os critérios citados, 50 resumos na plataforma Scielo, totalizando 27 textos selecionados a serem integralmente lidos e fichados. Nenhum artigo foi excluído após essa leitura integral, mantendo-se os 27 textos no total.

¹ Alguns artigos tinham o acesso restrito.

- CAPES

Após a leitura de todos os 4.980 títulos de artigos em português encontrados, foram lidos, segundo os critérios citados, 47 resumos na plataforma CAPES, totalizando o resultado de 16 textos selecionados a serem integralmente lidos e fichados. Quatro artigos foram excluídos após essa leitura integral por não tratarem do tema da permanência², totalizando 12 textos finais.

No primeiro momento de pesquisa, não incluímos os textos que tratavam de permanência de grupos específicos no Ensino Superior como indígenas e negros, por exemplo. Ao longo do estudo, porém, reconhecemos a necessidade de incluir tais textos em ambas as plataformas. Entretanto, só o fizemos na plataforma SciELO enquanto no portal de periódicos CAPES não conseguimos realizar a leitura e fichamento desses textos por limitações de tempo relativas à conclusão do trabalho monográfico. Ainda assim, os artigos dessa natureza encontrados na CAPES, que não foram incluídos por esta razão, foram submetidos à primeira parte do processo passando por todos os filtros aqui descritos totalizando 15 textos: 4 tratavam da permanência universitária de indígenas, 8 de pessoas com deficiência, 3 de negros e 2 de estudantes de origem camponesa.

Dessa forma, a bibliografia final estudada compreende os títulos listados na tabela 3:

| Tabela 3 - Bibliografia final | | |
|--------------------------------------|---|---|
| Plataforma | Título | Autor/es |
| SciELO | Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia | Ivanessa Thaiane do Nascimento Cavalcanti |
| | Um panorama das ações afirmativas em universidades federais do sudeste brasileiro | Guilherme Henrique Gomes da Silva |
| | Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro | Sandy Andreza de Lavor Araújo et al |
| | O ofício de estudante: a entrada na vida universitária | Alain Coulon |
| | Limites para afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto de expansão universitária | Alice Cristina Figueiredo |
| | A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil | Maria de Fátima Costa de Paula |
| | Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década | Maria de Fátima Costa de Paula |

² Os nomes e autores dos textos excluídos se encontram nos apêndices

| | |
|---|--|
| Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários | Ana Maria Jung de Andrade |
| Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias | Marcelo Recktenvald |
| A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira | Thaís Kristosch Imperatori |
| Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções | Natália Gomes dos Reis Dutra; Maria de Fátima de Souza Santos |
| Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários | Jardel Pelissari Machado; Miriam Pan |
| Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco | Rafael Cipriano de Souza; Maria aparecida da Costa |
| Apoio Pedagógico como proposta de educação para todos | Lais Oliva Donida |
| Eu, Alex, da etnia Guarani: o testemunho de um estudante indígena de administração e seu duplo pertencimento | Marcio Pascoal Cassandre; Wagner Roberto do Amaral; Alexandro da Silva |
| Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior | Sueli Fernandes; Laura Ceretta Moreira |
| As vozes dos estudantes universitários com deficiência nas instituições públicas de ensino superior no Brasil e em Portugal | Francisco-Ricardo de Melo; Maria-Helena Martins; Maria-Leonor Borges; Teresa Gonçalves |
| Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência | Maria Aparecida Bergamaschi; Michele Barcelos Doebber; Patricia Oliveira Brito |
| Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência | Raquel Garcia; Ana Paula Siltrão Bacarin; Nilza Sanches Tessaro Leonardo |
| A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras | Carina Elisabeth Maciel; Alexandra Ayach Anche |
| Percepção de Docentes sobre o Ingresso de um Estudante Surdo em um Campus Universitário | Jane de Carlos Santana CAPELLI; Felipe Di BLASI; Flávia Barbosa da Silva DUTRA |
| Grupo evangélico na universidade: práticas formativas, identidade religiosa e relações políticas | Luís Antonio Groppo; Lívia Furtado Borges |
| Políticas públicas de Ação Afirmativa para indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: a visão dos implementadores | Erika Kaneta Ferri; Maria Helena Salgado Bagnato |

| | | |
|-------|--|--|
| | Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior | Alexandra Ayach Anache; Lysa Duarte Cavalcante |
| | O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra | Eugenia Portela de Siqueira Marques |
| | Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade | ISABELE BATISTA DE LEMOS |
| | Políticas de inclusão e relações com a diferença: considerações sobre potencialidades, transformações e limites nas práticas de acesso e permanência da UFG | Alexandre Ferraz Herbetta |
| CAPES | Política de cotas e democratização do ensino superior: a visão dos implementadores | Mary A. T. Brandalise; Andreliza C. de Souza |
| | Atributos de permanência de alunos em instituição pública de ensino superior | Jucelia Appio; André Ricardo Pereira et AL. |
| | A HISTORIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes "D" e "E" nas universidades federais | Paulo Fernando de Melo Martins; Eder Gama da Silva; Nathanni Marrelli Matos Mauricio |
| | Democratização da universidade pública e estudantes de primeira geração na UNESPAR | Ricardo Fernandes Pataro |
| | Estudantes universitários: estratégias e procedimentos para a permanência | Hellen Mattos; Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes |
| | ENTRE A "AUTOELIMINAÇÃO" E O ENFRENTAMENTO INCERTO: disposições e dissonâncias frente ao ensino superior público | Eduardo Vilar Bonaldi |
| | Ensino superior e política de assistência estudantil: repensando a formação universitária | Jacqueline Cavalcanti Chaves; Franciene Aparecida da Silveira |
| | Um Estudo sobre Evasão e Permanência em Instituições de Ensino Superior no Rio Grande do Sul: características do tipo do estado do conhecimento | Aaron Concha Vasquez; Marcos Villela Pereira |
| | Subjetivações em meio à vida universitária e sua interface com o aprender inventivo | Carla Gonçalves Rodrigues; Lisandra Berni Osório |
| | As contribuições teóricas de Pintrich para pesquisas sobre a motivação de alunos no ensino superior | H. M. Cardoso Júnior; T. W. A. Sousa; C. A. Pereira Júnior |
| | Estratégias de diálogo com o estranhamento no começo da vida universitária: políticas de acolhimento e permanência na Universidade Federal do Sul da Bahia | Sandro Augusto Silva Ferreira |
| | O programa de inclusão na UNESP: valores, contradições e ações afirmativas | Mário Sérgio Vasconcelos; Eduardo Galhardo |

5. RESULTADOS E ANÁLISE

5.1 Um panorama da produção científica

Em primeiro lugar, apresentaremos um panorama da produção científica para depois nos debruçarmos sobre cada artigo encontrado e realizar uma apreciação geral dos caminhos percorridos e dos silenciamentos. O panorama a seguir, contempla os seguintes tópicos: A) Ano de publicação; B) Região estudada; C) Metodologia; D) Métodos/técnicas; E) Perspectiva de Permanência.

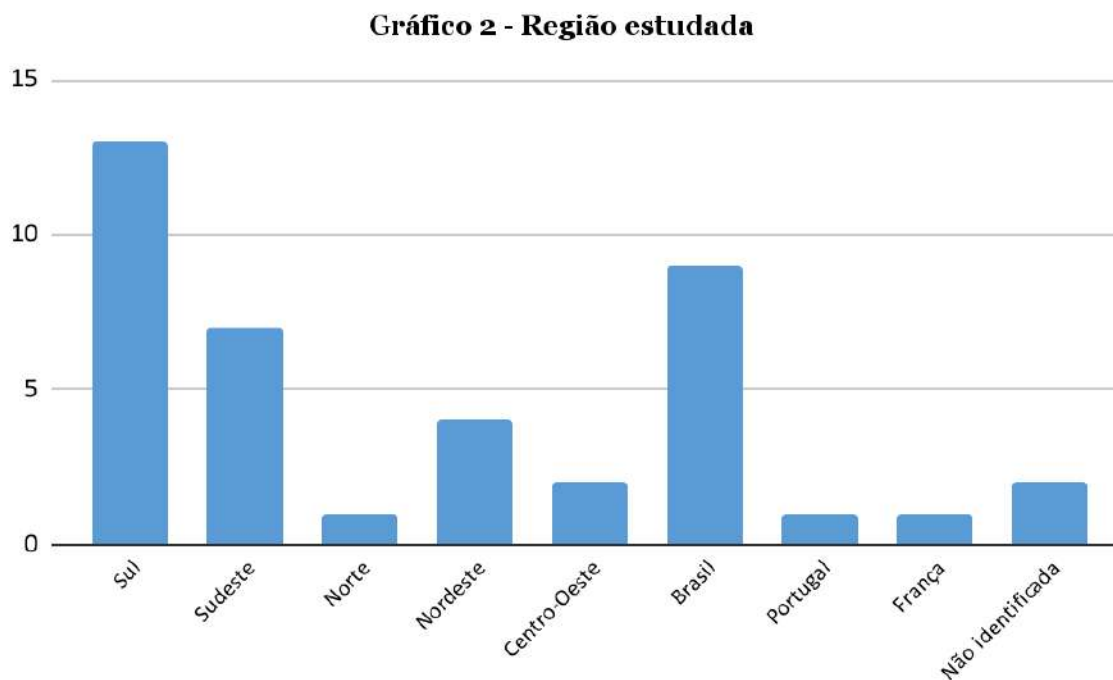
A) Ano de publicação



Em relação ao ano de publicação dos trabalhos, percebemos que o número de publicações dobrou de 2016 em relação aos anos seguintes. Em 2016 há 5 trabalhos, enquanto 2017, 2018 e 2019 possuem, respectivamente, 11, 10 e 11 trabalhos publicados. Quanto ao ano de 2020, contamos 2 artigos, porém, é importante lembrar que a busca foi realizada em maio de 2020 e os trabalhos publicados posteriormente não foram incluídos na nossa pesquisa. É provável, portanto, que isso explique o número mais baixo de publicações no referido ano, rompendo com uma aparente tendência crescente do número de trabalhos que versam sobre a Permanência na Educação Superior que se inicia em 2016 e se mantém nos anos seguintes. Essa tendência crescente também aparece na pesquisa bibliográfica de Karina Maciel, Tatiane Lima e Mauro Cunha Júnior (2019) que apresentamos aqui. Os autores não estabeleceram

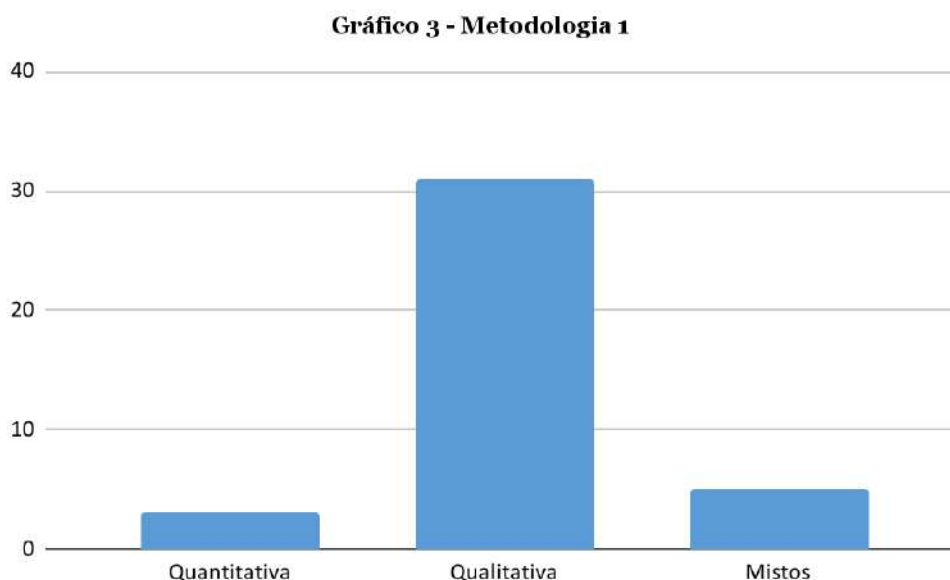
uma delimitação temporal e verificaram um crescimento das produções de 2012 a 2016, o que complementa nossas análises sobre o ano de publicação das produções em termos de continuidade.

B) Região estudada



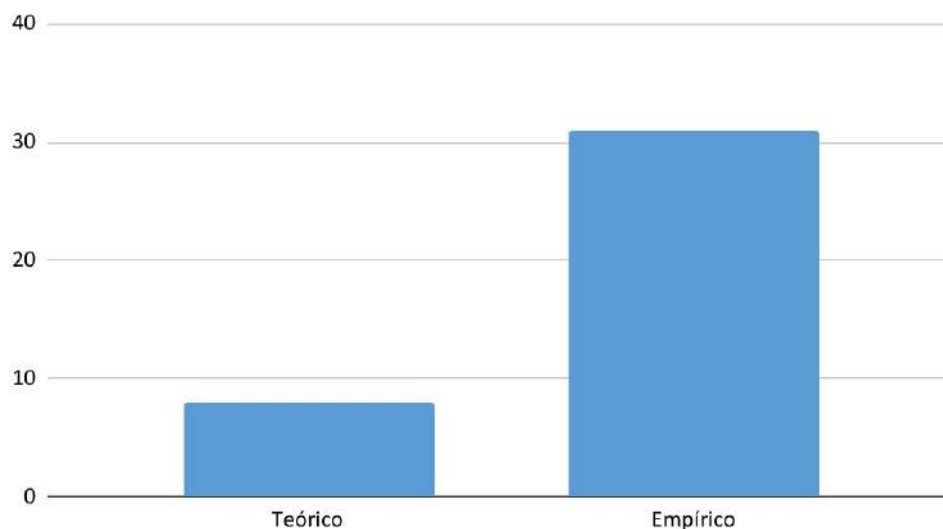
A quantidade de trabalhos por região estudada também foi registrada. A predominância de trabalhos por região é do Sul, Brasil e Sudeste, nessa ordem. Nas regiões brasileiras, contamos 13 trabalhos que estudaram a região Sul, 7 estudaram um ou mais estados da região Sudeste, um (n=1) trabalho estudou o Norte, 4 o Nordeste, 2 o Centro-oeste e 9 se debruçaram sobre todo território brasileiro. Também houve dois trabalhos que estudaram outros países: um artigo de Alain Coulon (2008), que pesquisa na França; e Melo et al (2019), que estabelece comparações do Brasil com Portugal - e por isso foi incluído nas duas categorias. E ainda, há dois trabalhos cuja região não foi identificada, pois omitem as universidades pesquisadas, assim como a região a que pertencem. Na categoria Brasil, predominam os trabalhos que analisam políticas de permanência, são de caráter teórico ou realizam uma revisão ou pesquisa bibliográfica sem recorte regional.

C) Metodologia



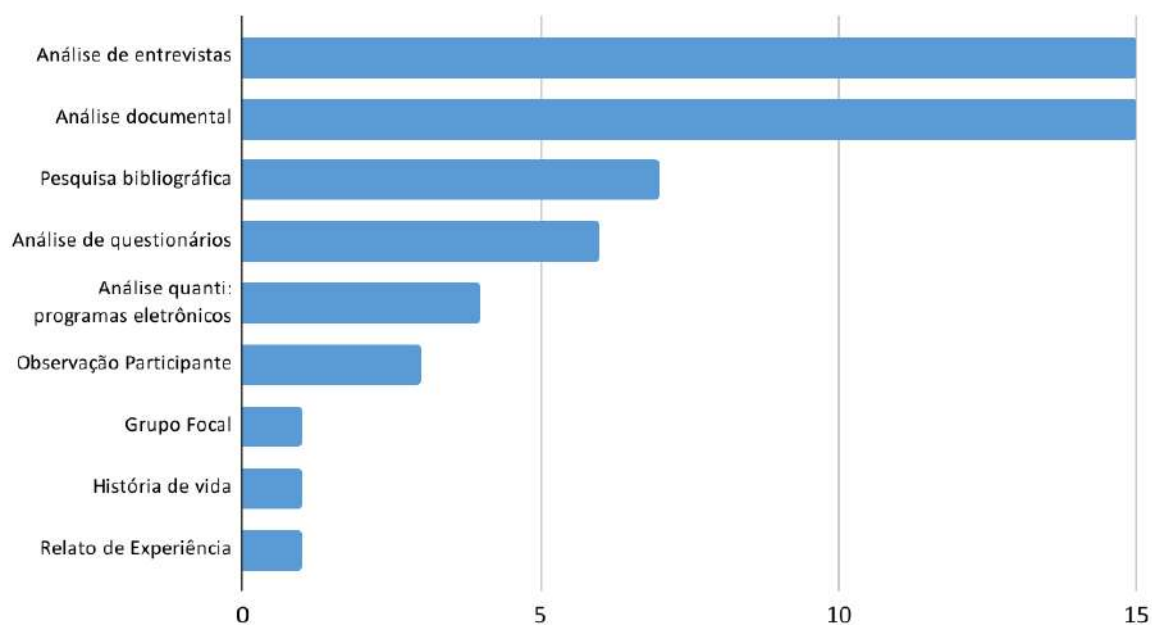
As pesquisas qualitativas foram predominantes, apresentando um número de trabalhos maior que o das outras metodologias juntas. Foram 31 artigos cujas pesquisas foram qualitativas, 3 de pesquisa quantitativa e 5 de pesquisas mistas.

Considerando o cenário da produção científica, são poucos os trabalhos de metodologia mista e quantitativa. A contribuição das pesquisas qualitativas, sobretudo as que se debruçam sobre universidades específicas, é investigar o fenômeno da permanência do Ensino Superior no dia-a-dia dos sujeitos, no chão da universidade. A grande maioria dos artigos introduzem as reflexões citando as legislações brasileiras sobre permanência, mas a sua vivência cotidiana não cabe em estimativas. Faria Filho (1998), ao argumentar sobre diversas dimensões da legislação escolar como fonte para a História da Educação, pondera sobre o efeito da dinâmica social e histórica sobre a própria dinamicidade das leis, propondo que estas sejam percebidas como um espaço de lutas sociais e não como um comando superior que determina as relações sociais. Assim, as pesquisas qualitativas não só lançam luz sobre os mecanismos de vivência das políticas, como também possibilitam que essa dinâmica seja compreendida e transformada. Entretanto, pensar em como a permanência na universidade tem se configurado no país, ou em uma região, de maneira ampliada, exige abordagens mais quantitativas.

Gráfico 4 - Metodologia 2

Outra característica metodológica importante de se destacar é o quantitativo de pesquisas teóricas ou empíricas, ou seja, se a discussão teórica do texto está vinculada a uma pesquisa de campo realizada pelo autor, ou não. Assim, verificou-se que 8 trabalhos são de cunho teórico e 31 empíricos.

D) Métodos/técnicas

Gráfico 5 - Métodos/Técnicas

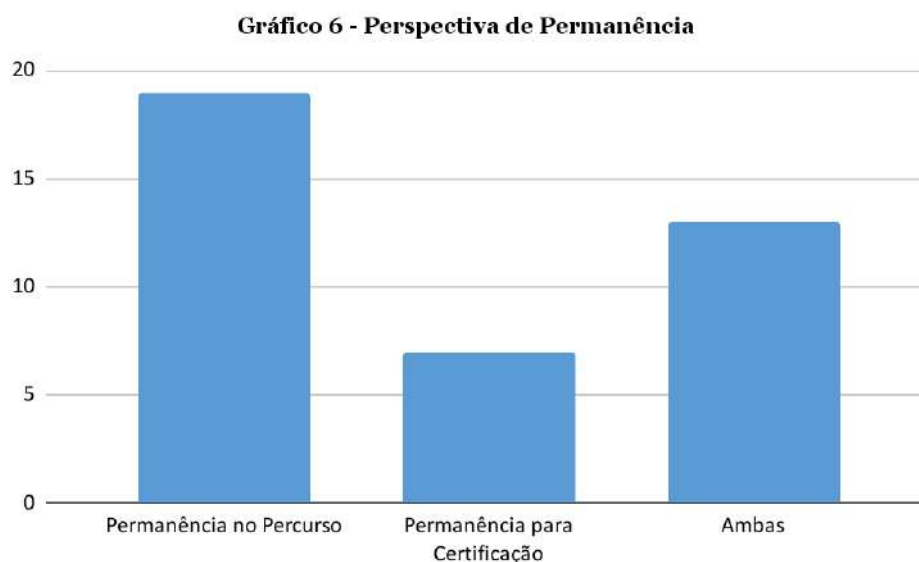
Os métodos/técnicas dos trabalhos empíricos também foram analisados, levando em consideração os trabalhos que conjugam mais de um instrumento no momento da

categorização. Os mais utilizados foram análise de entrevistas e a análise documental, com 15 artigos cada uma, seguidos de Pesquisa bibliográfica (n = 7), Análise de Questionários (n = 6), Programas eletrônicos de análises (n = 4), Observação participante (n = 3), Grupo Focal (n = 1), História de vida (n = 1), e Relato de experiência (n = 1). Destacamos que a maior parte das pesquisas realizadas em análise documental se debruça sobre documentos de universidades específicas e/ou legislações sobre permanência no Ensino Superior.

O caminho metodológico percorrido na maior parte dos artigos foi adequado ao objetivo da pesquisa, apresentando critérios coerentes e/ou variáveis bem operacionalizadas, enquanto a menor parte apresentou uma metodologia com descrição insuficiente. Isso indica um bom sinal no panorama geral da produção científica sobre o tema.

Pensando nas pesquisas qualitativas, apareceu uma variedade de instrumentos metodológicos, apesar de serem explorados de forma desigual. Por outro lado, a menor parte apresentou triangulação de dados utilizando mais de uma metodologia. Enquanto alguns trabalhos conjugavam três instrumentos, outros utilizavam apenas um.

E) Perspectiva de Permanência



No gráfico 6, apresentamos a quantidade de trabalhos por perspectiva de permanência adotada. Nesse sentido, criamos categorias que contemplassem perspectivas diferentes com

relação à permanência dos estudantes. Na primeira categoria, Permanência no percurso, estão os trabalhos que abordam o tema segundo critérios mais qualitativos de permanência: sentimento de pertencimento, afiliação, formação de sujeitos críticos, saúde mental, bom desempenho acadêmico e afins. Em outras palavras, concebe a qualidade da formação do estudante enquanto está na universidade. Em Permanência para a certificação, estão os trabalhos que abordam o tema na perspectiva de conclusão do curso - no período estimado ou não - o que geralmente pensa a permanência como par de oposição à evasão. Os artigos que apresentam as duas perspectivas ao mesmo tempo foram agrupados na categoria “ambas”. Assim, é importante levar em conta que as duas categorias criadas não se opõem mas estão articuladas. Trata-se apenas da ênfase adotada pelo pesquisador.

Foram contados 19 artigos com perspectiva de permanência no percurso, 7 de permanência para a certificação e 13 ambas as perspectivas. É interessante notar que nenhuma pesquisa que tratou de grupos específicos enfatiza apenas a permanência para a certificação, o que indica um interesse maior por compreender como esses sujeitos têm vivido a universidade do que pela obtenção de seus diplomas. No recorte temporal adotado, o interesse pela permanência no percurso se mostrou significativamente maior do que as outras ênfases, o que nos leva a questionar se esta proporção se manteria caso o recorte temporal fosse ampliado. Em outras palavras, será que antes de 2016 os pesquisadores perguntavam mais sobre a certificação dos estudantes ou sobre a sua experiência de formação?

5.2 - Revisão sistemática da bibliografia

Nesta seção, cada trabalho lido integralmente será sintetizado contemplando o questionamento central ou objetivo do artigo, a metodologia utilizada para explorá-lo, as conclusões apresentadas e as apreciações específicas quanto a limites e contribuições ao campo. Primeiro, serão apresentados os trabalhos da plataforma SciElo que tratam do tema da Permanência estudantil no Ensino Superior. E, da mesma forma, os trabalhos do Portal de Periódicos CAPES serão sintetizados logo em seguida. No segundo, como já sinalizado no capítulo anterior, não foram incluídos os textos que versavam sobre a permanência de grupos específicos devido a limitações de tempo disponível para a pesquisa. Já na apresentação da primeira plataforma, trabalhos dessa natureza serão agrupados na segunda parte da seção, antecedendo os trabalhos cuja discussão não enfatiza um público específico.

5. 2.1 - SciELO

Na plataforma Scielo encontramos 27 artigos no total. A síntese de cada um deles será apresentada. Primeiro, os que tratam da permanência de estudantes universitários no geral ou pelo recorte da hipossuficiência. Depois, apresentamos outros textos que tratam de grupos específicos em termos de identidade cultural, étnica ou religiosa como: pessoas negras, estudantes com deficiência, estudantes indígenas, estudantes evangélicos.

O artigo de Karina Maciel, Tatiane Lima e Mauro Cunha Júnior (2019) é uma pesquisa bibliográfica dirigida pela pergunta: como a produção científica sobre permanência e evasão na Educação Superior no Brasil tem se configurado? Eles partem do pressuposto de que "A quantidade de produtos identificados, o ano em que as produções foram desenvolvidas e a identificação das instituições onde as pesquisas foram realizadas expressam a importância destinada ao tema no país." (p. 2) As produções são quantificadas e analisadas, pois os autores compreendem que a quantidade de publicações por si só não qualifica o avanço dos estudos sobre a temática. Identificou-se como sub-questões: 1) Qual o total de produções? 2) Quais as categorias identificadas? 3) Como se concentram as produções ao longo do tempo? 4) Quem está se interessando pelo tema? A pesquisa foi feita em cinco bases de dados, tendo "permanência", "educação superior", "ensino superior" e "evasão" como palavras-chave e não houve delimitação temporal. As temáticas encontradas foram categorizadas, contabilizadas e analisadas segundo a sua distribuição ao longo dos anos. Além disso, foram analisados aspectos conceituais de permanência e evasão, o vínculo institucional das pesquisas e a quantidade de trabalhos interinstitucionais.

Os resultados mostraram a predominância do número de artigos sendo a maior parte destes sobre evasão; seguido pelas dissertações, também com o maior número de trabalhos sobre evasão; e, por último, as teses, com um terço dos textos sobre permanência e dois terços sobre evasão. Existe uma variedade de vertentes temáticas nos trabalhos entre: permanência e EaD, permanência e ProUni, permanência e estudantes com deficiência, evasão em um conjunto de cursos, evasão na EaD e evasão em um curso de uma instituição específica. Os autores também observaram que, a partir de 2004, os trabalhos sobre permanência tiveram início e cresceram significativamente entre 2012 e 2016. Já as produções sobre evasão começaram em 1977 e cresceram entre 2011 e 2014. A região Sul do país tem o maior número de produções e a quantidade de cooperações interinstitucionais ainda é pequena,

apesar de haver trabalhos provenientes de grupos de pesquisa consolidados. Os autores pontuam também que políticas públicas de permanência no Ensino Superior influenciaram o crescimento das pesquisas ao longo do tempo, principalmente de 2012 a 2016.

Ressaltamos que, dados os objetivos do artigo, a pesquisa se debruçou sobre todo o território brasileiro. Essa é uma contribuição interessante do trabalho considerando as possibilidades de uma pesquisa bibliográfica, assim como o fato de não haver um recorte temporal, pois isto permite um olhar panorâmico abrangente em termos de tempo e espaço.

O artigo de Recktenvald, Mattei e Pereira (2018), que tem por título *Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias*, constitui-se como trabalho teórico que apresenta uma argumentação a partir da questão orientadora: “Qual epistemologia é a que oferece a melhor explicação do fenômeno do PNAES?”. O pressuposto é de “que o PNAES requer aperfeiçoamento ao longo de sua efetivação [e] Um olhar dialético pode contribuir com proposição de melhorias, partindo da ideia de que as verdades não são absolutas e acabadas” (p. 417). A abordagem interpretativista do trabalho se desenrolou por meio de uma análise compreensiva do PNAES apresentando uma leitura do programa sob a ótica das epistemologias positivista, utilitarista, funcionalista, sistêmica, dialética e da complexidade. Numa perspectiva positivista, o objetivo do PNAES é produzir a realidade da Assistência Estudantil no contexto de políticas social-desenvolvimentistas e estabelecer o binômio acesso-permanência; já na utilitarista, o princípio da utilidade passa a dirigir os olhares a identificar as vantagens sociais para os sujeitos envolvidos na política; Na perspectiva funcionalista, o PNAES é um mecanismo social importante cuja função é combater a evasão do ensino superior; enquanto no olhar sistêmico busca-se contemplar o binômio do acesso-permanência inserido na educação brasileira como um todo e em outros sistemas em suas correlações. Finalmente, o olhar da complexidade propõe que as melhorias para o PNAES sejam pensadas fora de um olhar determinista.. A Conclusão principal do trabalho é que

O olhar da dialética, considerando a ideia de que as verdades não são absolutas e acabadas, concentrou-se no aperfeiçoamento necessário ao PNAES. Por fim, o olhar da complexidade reconheceu o grau de incerteza que cerca esse ambiente complexo do PNAES, uma vez que as variáveis que afetam esta questão são bem mais numerosas do que uma relação simples de causa e efeito entre PNAES e evasão, por exemplo. Sendo mais numerosas estas variáveis, e representando interesses advindos de muitos grupos, parece óbvio que o fenômeno social que envolve o binômio acesso-permanência é muito mais complexo do que inicialmente possa parecer. (p. 420/421)

A contribuição principal do artigo é propor que se perceba quais as concepções filosóficas e educacionais subjazem aos possíveis olhares para o PNAES. Entretanto, enquanto limitação, esses olhares não possuem sujeitos concretos, pois não há uma pesquisa empírica que demonstrem instituições, grupos ou sujeitos reais que se relacionem com o PNAES a partir das epistemologias apresentadas.

Thaís Kristosch Imperatori (2017) avalia a trajetória da Assistência Estudantil na Educação Superior Brasileira buscando apresentar em que medida as ações de assistência estudantil podem possibilitar maior ampliação do acesso, permanência e diplomação na educação superior brasileira. O argumento principal da autora é que o PNAES está situado historicamente entre a assistência social e a educação e é um programa complexo e contraditório, mas representa um avanço no reconhecimento da assistência estudantil como um direito social. Metodologicamente, trata-se de um trabalho teórico que descreve a trajetória da assistência estudantil com ênfase na criação do PNAES, até fazer um balanço da atual Política Nacional de Assistência Estudantil, a partir das contribuições da literatura. As conclusões são que, sobretudo a partir do Decreto n. 7.234/2010, “a assistência estudantil é reconhecida como estratégia de combate às desigualdades sociais, ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior público federal, com uma definição bastante ampliada.” (p. 298) Porém, a autora considera desafios a serem superados como: 1) a definição do público-alvo, pois o PNAES é uma política focalizada, e a autora defende uma política universal de permanência; 2) o fato de que a assistência estudantil só é reconhecida para as IFES no contexto do PNAES; 3) e a necessidade de criar bancos de dados específicos para esse programa, sobretudo dados a respeito da eficácia do PNAES.

Além da apresentação da trajetória da Assistência Estudantil, o trabalho contribui para trazer a discussão do conflito da Permanência como política de caráter mais restritivo ou mais universal, tema que poderia, contudo, ter sido mais explorado pela autora.

Machado e Pan (2016) procuram investigar quais os sentidos atribuídos e os efeitos subjetivos das políticas de assistência estudantil pelos/nos universitários inseridos no PNAES. Apoiados em uma leitura bakhtiniana, os autores compreendem que o sujeito e a constituição de sua subjetividade são formados a partir das vozes sociais e assim, realizam uma pesquisa qualitativa com base em estudo documental do PNAES e de sua implantação na

Universidade Federal do Paraná, além de dez entrevistas individuais e dois grupos focais com estudantes inseridos na política. No total, foram 16 estudantes bolsistas permanência há mais de um ano entre 18 e 32 anos, 9 cotistas, de diferentes cursos da UFPR - a maioria do Setor de Ciências Humanas. A análise das falas dos estudantes indicava o sentimento predominante de vergonha produzido por um processo de produção de sentidos e subjetividade que se desdobra frente ao rótulo da "fragilidade socioeconômica" que marca uma condição de classe. Nesse contexto, a bolsa está presente na rede de discursos que propicia aos estudantes perfil PNAES o sentimento de culpa por não pagar pelos estudos no Ensino Superior e ainda receber o auxílio. Tal sentimento, por sua vez, permeia as tensões de sentidos produzidos em meio às vozes sociais que proclamam as políticas de democratização como "privilégio" (vantagem injusta) ou "favor", em vez de direito social. Mas isso não acontece sem dividir espaço com uma resistência por parte dos estudantes que, até mesmo pelas dramatizações presentes nas entrevistas, demonstram construir outros discursos de autoafirmação, repensando seus posicionamentos a partir da pesquisa.

A principal contribuição do trabalho é demonstrar como determinadas características das políticas de permanência atuais estão localizadas na arena de discursos e sentidos produzidos socialmente. Apesar de não haver algumas informações sobre os entrevistados como curso e tempo de graduação, a reflexão sobre essa produção de identidades permite subsidiar outras formas de pensar os textos das políticas públicas de permanência no Ensino Superior e sua tradução em ações institucionais. Em outras palavras, enxergar os auxílios como um direito e promover discussões que assim o caracterizam.

Alain Coulon (2017), que já citamos em nosso quadro teórico, também apareceu em nossos resultados. O autor busca responder como se dá o processo de transição cultural do estudante do ensino médio até que ele se torne um estudante universitário afiliado ao novo grupo social. O autor cita pesquisas de campo realizadas em suas vivências como professor universitário na universidade de Paris 8 na França, porém o caráter do artigo é predominantemente teórico, pois são reflexões fruto de estudos sobre os dados coletados ao longo dos anos sobre a inserção cultural do estudante na universidade. O autor argumenta que, assim como em outros grupos culturais, para que o estudante universitário se torne efetivamente um membro do novo grupo cultural, passa pelas etapas do "tempo de estranheza", "tempo de aprendizagem" e "tempo de afiliação". Ele categoriza indicadores da afiliação universitária e propõe uma pedagogia da afiliação. Essa pedagogia consiste em ações institucionais que

busquem tornar explícitas as regras implícitas da vida na universidade e é dirigida sobretudo aos alunos ingressantes tendo como objetivo o acolhimento pedagógico do estudante promovendo o sentimento de pertencimento ao espaço universitário.

Alain Coulon é um teórico de referência nos estudos sobre o tema da permanência no Ensino Superior de forma geral e foi bastante citado nos textos lidos em nossa pesquisa. Suas contribuições são evidentemente expressivas e, no artigo resumido acima, a principal é mostrar que ser estudante é um ofício que a universidade deve ensinar ao ingressante.

Alice Figueiredo (2018) no artigo *Limites para afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto de expansão universitária* busca responder à questão “Quais as disposições e comportamentos de estudantes de camadas populares que favorecem a afiliação ao curso?” Metodologicamente, a pesquisa compreendeu três fases: 1) análise documental para compreender o perfil institucional da universidade pesquisada; 2) Levantamento quantitativo dos Questionários Socioeconômicos (QSE) do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) para construção do perfil das turmas de 2012 e 2013; 3) Construção de *retratos sociológicos* com os 9 estudantes de camada popular para identificar disposições e comportamentos condicionantes para o ingresso e para o processo de integração e afiliação ao ensino superior. É importante destacar que os retratos sociológicos realizados pela autora consistem em um instrumento de pesquisa, inaugurado por Lahire (2004), caracterizado por *entrevistas em profundidade* que levam em conta diversos aspectos da vida dos sujeitos pesquisados. Além disso, os estudantes eram do curso de Engenharia elétrica, considerado de prestígio. Os resultados indicaram que

o percurso escolar na educação básica, de maneira geral, não teria sido suficiente para inculcar nesses estudantes um habitus estudantil, no sentido de ofício, como propõe Coulon. Por outro lado, foram também esses sucessos escolares parciais, observados desde os primeiros anos, que encorajaram as famílias a investirem na escolarização dos filhos. (p. 15).

A autora reafirma que tanto a ampliação de oportunidades objetivas do século XXI (inclusive a expansão universitária) quanto as condições socioculturais específicas dos grupos familiares são igualmente importantes para aumentar as esperanças subjetivas e ampliar o acesso dos estudantes de camadas populares ao Ensino Superior, apesar do fato dos processos de integração e afiliação dos estudantes de origem similar ocorrerem de forma desigual.

A proposta da pesquisa apresenta um olhar analítico a processos de integração e afiliação, caros às reflexões sobre permanência simbólica na universidade. O problema de pesquisa referente à identificação dos limites à afiliação dos estudantes, poderia ser mais explorado e a região estudada poderia ter sido revelada. Entretanto, existe uma excelente interlocução estabelecida no quadro teórico, pois coloca em diálogo conceitos fundamentais e complementares de diferentes autores para pensar a condição de estudante universitário com os autores Bourdieu (2012b; 2012a;) Bourdieu e Passeron (2014), Lahire (2004; 2008), Coulon (2008) e Tinto (2012).

No artigo *Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia*, Cavalcanti et al (2019), buscam responder se o desempenho acadêmico está relacionado à forma de ingresso na Universidade Federal da Bahia (UFBA). No que tange à metodologia, as pesquisadoras usam microdados de uma instituição de ensino superior, associado à adoção de estratégias de pareamento amplamente utilizadas em diferentes áreas do conhecimento, o PSM (Propensity Score Matching). As pesquisadoras consideram quatro medidas de desempenho acadêmico para apurar o efeito das cotas sobre o desempenho dos estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial da UFBA a partir do semestre de 2005.1 e que concluíram o curso até 2013.1: 1) score final no vestibular; 2) coeficiente de rendimento; 3) nota média dos três primeiros semestres; 4) nota média dos últimos três semestres cursados. A conclusão das autoras é que os fatores socioeconômicos se mostraram mais relevantes para o desempenho do que as cotas.

A despeito da complexidade das estratégias metodológicas utilizadas e sua descrição pouco acessível, o trabalho é um dos poucos que utiliza uma metodologia quantitativa. Ele ressalta a necessidade de “medidas adicionais para enriquecer o aprendizado e melhorar o desempenho dos estudantes cotistas” (p. 323), o que reafirma a importância de se lançar olhares para as ações existentes para o avanço da democratização da universidade. Cabe ressaltar que as autoras citam muito brevemente entre as ações da UFBA que, no eixo da graduação, voltado para a conclusão dos cursos, existe uma preparação para o mercado de trabalho por meio de diversas estratégias. Isso ganha importância já que essas demandas se mostram urgentes na perspectiva dos estudantes com mais desvantagens socioeconômicas conforme apontado por Figueiredo (2018).

Guilherme da Silva (2019) realiza *Um panorama das ações afirmativas em universidades federais do sudeste brasileiro* buscando demonstrar como são tais políticas nas universidades da região Sudeste do Brasil. A pesquisa qualitativa teve como instrumento principal a análise documental de todas as IFES, 19 ao todo, da região Sudeste do Brasil. O autor coletou uma parte dos dados nos sítios eletrônicos das instituições e solicitou outros através de correio eletrônico ou telefonemas. O escopo deste trabalho em especial nos chama atenção, pois

O objetivo foi identificar aspectos diversificados, desde a quantidade de estudantes beneficiários de ações afirmativas no processo de seleção das universidades até a existência de programas de permanência voltados para estes estudantes, de caráter financeiro, institucional e pedagógico. (p. 192)

Depois o autor os organiza em quadros nas categorias *ingresso, auxílios pós-ingresso e programas de apoio pedagógico*. Este é o único trabalho entre todos os lidos que se propôs a mapear ações institucionais de permanência de ordem material e simbólica em universidades brasileiras. Algumas conclusões importantes foram que I) “11 das 19 universidades já utilizavam a reserva de metade das vagas destinada às ações afirmativas no período, antecipando em dois anos a obrigatoriedade prevista por lei.” (p. 194); II) a porcentagem média destinada à reserva de vagas nas IFES mais que dobrou em dois anos. Isso é um crescimento importante na região; III) A inclusão racial cresceu em termos de acesso; IV) Quanto aos auxílios pós-ingresso, todas as universidades apresentaram auxílios financeiros, mas apenas 11 apresentaram algum programa de apoio pedagógico. E na mesma tabela, “apenas cinco das universidades analisadas apresentavam pró-reitorias, seções ou coordenadorias destinadas exclusivamente ao tratamento de questões relacionadas às políticas de ações afirmativas.” (p. 197); V) Quanto aos programas de apoio, estimou-se algumas ações ocultas ou isoladas sem muito registro; VI) instituições desenvolveram programa ou ações voltadas para a matemática, principalmente cursos que a exigissem como habilidade básica; oito universidades desenvolveram editais de iniciação científica que eram exclusivamente dirigidos a estudantes beneficiados por ações afirmativas.

A contribuição central deste artigo é o olhar panorâmico com critérios cuidadosos para a trajetória universitária dos estudantes historicamente excluídos do Ensino Superior em termos de permanência e avanço das políticas públicas nesse sentido, e também das ações institucionais que promovem permanência. Além disso, a metodologia, os dados e análise possibilitam uma ampla cobertura desse tratamento dado às políticas de ações afirmativas nas universidades públicas, pois, como já sinalizado, o pesquisador lança olhares não só para

dados sobre acesso, mas o articula com as condições de permanência oferecidas na dimensão material e simbólica.

No artigo *Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro*, Sandy Araújo et al (2019) também realizam uma pesquisa documental buscando responder à pergunta explicitada no trabalho: “Qual o impacto da implantação da assistência estudantil sobre a permanência no ensino superior público brasileiro, tendo em vista o contexto da interiorização no caso do IFCE no campus Iguatu, durante o período de 2011 a 2015?” (p.724). Os autores analisaram três cursos superiores no *campus* de Iguatu da instituição: Licenciatura em Química, Bacharelado em Serviço Social e Tecnologia em Irrigação e Drenagem. De abordagem quanti-qualitativa, o estudo exploratório-descritivo utilizou a pesquisa documental a partir dos regulamentos sobre assistência estudantil e também pesquisa de campo no sistema acadêmico e no setor de Serviço Social do *campus*. Considerando-se a quantidade de oito auxílios pecuniários ofertados pelo *campus*, a pesquisa abrangeu Auxílio Moradia, Auxílio Transporte, Auxílio Discente Pai/Mãe. Os autores indicam que tais auxílios são de caráter focalizado, restritivo, sobretudo dirigido ao público hipossuficiente financeiramente. Por meio de diversos gráficos e tabelas, foi organizada a relação entre informações sobre as taxas de permanência, gênero, o auxílio recebido, curso, semestre, número de ingressantes, quantidade de beneficiários etc. A conclusão geral é que os beneficiários da Assistência, em todos os cursos, apresentam uma melhor taxa de permanência do que o grupo de não beneficiários, retratando o contexto nacional em diversos aspectos.

Uma das contribuições do artigo é reafirmar o caráter fundamental dos auxílios pecuniários para a permanência de estudantes hipossuficientes no cenário de expansão e interiorização do Ensino Superior público. Traz tabulações com variáveis articuladas ao quadro teórico, interpretações e contextualização do campo claras. A autora também aponta a tensão de articulação de critérios socioeconômicos com critérios meritocráticos em determinados auxílios trazendo uma discussão a respeito de uma lógica de Assistência Estudantil que se contradiz quando estabelece uma seleção dos “melhores” entre os mais vulneráveis socioeconomicamente. Assim, levando em conta os objetivos da nossa pesquisa, o trabalho nos convida a reconhecer que é necessário lançar olhares para a permanência simbólica, mas esta só é viável em conjunto com a permanência material.

No artigo *Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década*, Maria de Fátima Costa de Paula (2017) encontra resultados semelhantes. Ela faz uma análise das políticas de democratização da educação superior brasileira buscando responder quais são os limites presentes no cenário desenhado pelas políticas de inclusão adotadas nas universidades federais brasileiras implementadas a partir do Governo Lula e os desafios para a próxima década. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica de literatura e pesquisas anteriores sobre o tema e análise documental, principalmente de legislações brasileiras recentes que regulamentam as políticas estudadas. O estudo aponta que, apesar das recentes políticas de democratização da Educação Superior, o ciclo de democratização da Educação Superior não se completa, pois, após o acesso, as dimensões de permanência, formação com qualidade e inclusão das camadas subalternizadas estão comprometidas, sobretudo no caso do público-alvo dessas políticas que transformou o perfil discente das Instituições de Ensino Superior. A partir de sinopses estatísticas do MEC/INEP, verificou-se “a expansão nas universidades federais brasileiras no período de 2000 a 2015, indicando a evolução crescente de vagas e de ingressantes, com diminuição da taxa de concluintes a partir de 2008, paradoxalmente no período em que foram aprovados o REUNI e o PNAES.” (p. 310), ou seja, a taxa de diplomação em 4 anos foi caindo apesar da expansão de vagas, além de apresentar um declínio na taxa de concluintes após o PNAES em 2008. Com um olhar prognóstico, a autora argumenta que é necessário considerar a inclusão um conceito mais amplo que valoriza a diferença dos sujeitos e dos grupos, pois a exclusão acontece não apenas quando tais grupos não estão no mesmo espaço, mas também quando o estão mas não fazem parte dele.

O artigo é muito claro, lança mão de dados confiáveis e constrói uma argumentação sólida com premissas variadas e bem demonstradas. A relação entre dados, referências e análise é bem construída. Uma grande contribuição é a tabela construída pela autora com dados do INEP que indica a baixa taxa de concluintes diante do aumento das vagas a partir de 2000 até 2015, pois é a ilustração chave para refletir sobre as demandas daqueles que são excluídos no interior do sistema. Além disso, sinaliza a necessidade de programas de permanência de ordem econômica, pedagógica e simbólica-subjetiva.

Ana Maria Jung de Andrade (2017), a partir de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, busca responder se a intenção de concluir o curso, o desempenho acadêmico e a percepção de desenvolvimento psicossocial estão relacionados à satisfação dos estudantes nas dez áreas

propostas pelo PNAES - Acessibilidade, Alimentação, Apoio Pedagógico, Cultura, Esporte, Inclusão Digital, Moradia, Saúde e Transporte. Foram aplicados questionários no SurveyMonkey com perguntas de múltipla escolha em escala nas quais mediram-se quatro variáveis: Intenção de Permanência do curso, Desempenho Acadêmico, Desenvolvimento Psicossocial e (satisfação com) Áreas do PNAES. Para realizar as análises estatísticas, a autora importou os dados para o programa eletrônico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Assim, de 1.457 estudantes de graduação presencial de cinco *campi* de uma universidade federal de diferentes cursos, obteve-se uma amostra final de 942 de estudantes respondentes. Em um segundo momento, acessou-se informações complementares dos participantes no Sistema Acadêmico da instituição: sexo, idade, campus, fase, nota média no curso, entre outras. Os resultados mostraram correlação significativa entre Intenção de Concluir o curso e satisfação com as condições de saúde, de alimentação, culturais, de transporte e pedagógicas. Para o esporte, no geral, não são altas. Quanto ao desempenho acadêmico, a autora demonstra que “Os participantes deste estudo, em questão de múltipla escolha, citaram acreditar que apoio pedagógico, inclusão digital, acessibilidade, saúde e transporte são os fatores do PNAES que mais influenciam o desempenho acadêmico.” (p. 520) Porém,

Com relação ao desempenho acadêmico, medido pela nota média no curso, os resultados indicaram poucas e baixas correlações com as variáveis do estudo. Inesperadamente, o estudo não confirmou relação estatisticamente significativa com Apoio Pedagógico, por exemplo.” (ibidem)

Todas as variáveis apresentaram relação com desenvolvimento psicossocial (mesmo baixa), mas a satisfação com o Apoio Pedagógico foi a correlação mais alta e o estudante que trabalha fora da área de formação mostrou menos desenvolvimento psicossocial do que o que não trabalha, ou trabalha na área de formação. A conclusão mais surpreendente, portanto, é que a satisfação com o Apoio Pedagógico se mostrou mais relevante para o desenvolvimento psicossocial do que para o desempenho acadêmico. Entretanto, é importante destacar que não há menção à existência de apoios pedagógicos específicos oferecidos a estes estudantes. O que é medido, então, é a satisfação do estudante com Apoios Pedagógicos enquanto área de atuação do PNAES. Mesmo assim, a correlação encontrada ainda indica a importância desse tipo de ação institucional para a promoção da Permanência simbólica na perspectiva do sentimento de pertencimento, o qual não se refere apenas ao desempenho acadêmico tal qual é entendido pelo estudo, mas também ao que chamam de desenvolvimento psicossocial.

Além de uma falta de concretude quanto a alguns termos do questionário, isto é, medir a satisfação do estudante sem explicar se ela se refere a ações concretas e atuantes, a região estudada não foi revelada. A Intenção de permanência no curso é uma variável um pouco duvidosa, pois é hipotética, já que a conclusão ou evasão do curso ainda não aconteceu. A variável do desenvolvimento psicossocial também carece de mais descrição em termos conceituais, pois foram apresentados apenas dois exemplos: “Capacidade de aceitar e dialogar com pessoas de diferentes ideias e comportamentos” e “Crescimento intelectual”. Entretanto, o artigo tem contribuições muito interessantes como a originalidade de algumas variáveis, uma amostra expressiva e representativa, e uma apresentação clara e coesa. A abordagem quali-quantitativa possibilitou também pensar as relações em estimativa e verificar falsas hipóteses tomadas como verdade.

No trabalho teórico *Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções* de Dutra e Santos (2017), as autoras buscam apresentar as diferentes concepções de Assistência Estudantil que têm sido propostas como resultado das discussões desenvolvidas ao longo dos anos. Foram feitos um panorama histórico e uma discussão conceitual acerca dessas concepções a partir de revisão da literatura. A conclusão central é a de que não há uma definição consensual de Assistência Estudantil no Brasil, pois as diversas conceituações foram surgindo no âmbito de diferentes contextos sociopolíticos. Percebeu-se também que, durante a história da Assistência Estudantil, categorizada em três fases, os pares de oposição gasto x investimento (Na qual “investimento” pressupunha uma concepção produtivista), concessão (favor) x direito, universalidade x seletividade, recursos mínimos (necessidades básicas) x integralidade etc, permeiam discussões e contradições entre os sujeitos, discursos, práticas institucionais e legislações envolvidos. Além disso, a forma como a Assistência Estudantil tem sido descrita nas leis e executada nas universidades, colaboram para uma visão de políticas de extensão da Assistência Social, e não como uma política educacional.

As autoras apresentam um panorama histórico rico e bem ordenado da Assistência Estudantil sobretudo nas legislações, trazendo também à debate as concepções de Assistência Estudantil subjacentes nos seus esquemas de operação hoje propostos. Assim como Sandy Araújo et al (2019), elas também sinalizam para a tensão existente entre o caráter focalizado e o caráter global das políticas de permanência.

Souza e Costa (2020) por sua vez, debruçam-se sobre o caso do Programa de Residência Universitária para Graduação (Prug) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Considerando a efetividade (ou ineficácia) dos programas de assistência estudantil da UFRPE, buscam responder o que é possível considerar acerca dos mecanismos utilizados pela gestão universitária para monitorá-lo e avaliá-lo. Em termos metodológicos, os autores lançaram mão de: Análise documental, com base em dados e informações constantes no relatório de gestão da UFRPE (exercício 2016) e no regimento das residências; entrevistas semiestruturadas com dois sujeitos: um da Coordenadoria de Gestão de Residência Universitária (CGRU) e outro da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (Progesti) para ampliar a percepção sobre o programa; e questionários que foram aplicados (pessoalmente e via e-mail) a uma amostra de 52 estudantes da graduação atendidos pelo Prug na sede da instituição. Com base na análise de discurso (sob a ótica da linha francesa), buscando identificar a intencionalidade subjacente aos documentos e às entrevistas. No caso da universidade estudada, o autor apontou as seguintes limitações em relação aos mecanismos de avaliação do Programa estudado: 1) A Taxa de Sucesso de Graduação (TSG) possui elementos que comprometem a aplicação desta fórmula para determinar o percentual de sucesso; 2) Um dos entrevistados descreve o acompanhamento de tais políticas recorrendo apenas à realização de seminários; 3) As entrevistas mostram uma fragilidade do sistema de acompanhamento do Programa, pois o controle da vida acadêmica dos discentes não é realizado de forma processual, ou seja, a reprovação dos estudantes residentes não foi evitada; 4) a flexibilização da permanência dos estudantes um semestre a mais do período de curso, compromete as vagas de outros estudantes necessitados da vaga na residência; 5) e os casos dos estudantes, principalmente os reprovados, são pouco acompanhados. Assim, não há monitoramento e avaliação efetivos na universidade. Isso também aponta para o argumento dos autores de que

O Pnaes não previu indicadores, parâmetros e critérios de avaliação. O silêncio do citado instrumento normativo pode significar a não interferência na autonomia das Ifes, mas também pode representar a falta de prioridade do formulador da política frente aos instrumentos de monitoramento, avaliação e controle, desconsiderando o papel que esses mecanismos possuem no combate às desigualdades no âmbito do Ensino Superior público. (p.371)

Apesar da escassez de informações sobre como é calculada a fórmula da Taxa de Sucesso de Graduação (TSG), indicador avaliativo mais importante do Prug para a universidade, a contribuição principal do artigo, e também sua originalidade, é colocar em discussão, dentro de uma pesquisa de campo, como acontece o monitoramento e a avaliação das políticas de

Assistência Estudantil nas IFES argumentando sobre a sua importância para a real efetivação dos objetivos propostos pelas políticas maiores e programas locais.

Donida e Santana (2019) têm um programa de apoio pedagógico por objeto de pesquisa e buscam responder à pergunta: Qual a visão dos estudantes acerca do Apoio Pedagógico oferecido em uma universidade federal do sul do Brasil? Segundo as autoras, a pesquisa de cunho qualitativo-descritivo realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) teve como metodologia a análise documental acerca das políticas públicas e das ações institucionais do Apoio Pedagógico e entrevista semiestruturada realizada com: a) integrantes da equipe do Apoio Pedagógico; b) uma tutora; c) o profissional da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional; d) três estudantes com dificuldades de leitura e/ou escrita e um com diagnóstico de transtorno funcional específico de TDAH e Dislexia.

A fala dos entrevistados que integram a equipe do Apoio Pedagógico demonstra uma culpabilização dos estudantes por suas trajetórias, já que “os estudantes compõem uma imagem de estudante-leitor muito distante daquela já retida pelas instituições de ensino.” (p. 10). A visão das profissionais entrevistadas, professoras e tutora, é mais patologizante e as tentativas de apoio a esses estudantes partem de uma homogeneização e ideologização quase que benevolente para cumprir o que está nos documentos oficiais. Enquanto isso, os estudantes experimentam sentimentos de exclusão e inferioridade, já carregando um histórico de “fracasso escolar”. Consideram o Apoio ineficaz, pois não insistem em acompanhar os estudantes e a metodologia não corresponde às necessidades individuais de maneira crítica. Um ponto de conclusão implícito que não aparece no trabalho é de que o Programa não foi avaliado: há muita disposição em “formar” os “orientadores” e organizar as estratégias, mas não existe uma práxis avaliativa das ações.

A despeito da pouca quantidade de estudantes entrevistados, as maiores contribuições do artigo foram: abordar a questão dos transtornos funcionais, já que não há muita cobertura para essa especificidade nas ações de apoio pedagógico e de artigos sobre tal; fazer uma pesquisa a partir da percepção dos estudantes; e trazer uma crítica geral à falta de avaliação qualitativa de ações de apoio pedagógico que, sobretudo, levem em conta a percepção dos próprios estudantes. Ressaltamos também que, como o programa pesquisado não se dirige necessariamente aos estudantes com transtornos de aprendizagem, por isso optamos por não incluir o texto na próxima seção, que trata da permanência de grupos específicos.

5.2.2 - SciElo: Permanência de grupos específicos

Como sinalizamos no início da seção sobre a plataforma SciElo, no presente subitem decidimos agrupar os trabalhos que tratam de grupos identitários específicos. Será notável, durante a leitura, que as particularidades de cada um desses grupos pesquisados podem ter muita influência na forma de conceber a permanência. A identidade cultural é uma dimensão do sujeito que diz muito sobre como ele irá experimentar a universidade e será enxergado por ela.

Melo et al (2019) realizam uma revisão bibliográfica, publicada no México, orientada pelo questionamento: Como tem se caracterizado a produção científica sobre estudantes universitários com deficiência em instituições públicas no Brasil e em Portugal no que tange a abordagem das vozes desses sujeitos? Tendo em vista a revisão realizada,

foram adotados os seguintes critérios de inclusão: a) dissertações e teses publicadas num intervalo temporal de 2008 a 2015 sobre experiências, testemunhos ou percepção dos estudantes com deficiência no ensino superior, b) o contexto da pesquisa deveria ser realizado em universidades públicas. Os critérios de exclusão foram: dissertações ou teses com registro repetidos, indisponíveis e que não tratam das experiências dos estudantes com deficiência no ensino superior. (2019, p. 47)

O número de 31 produções, sendo 26 brasileiras e 5 portuguesas, constituiu o material analisado pelos autores a partir de dois eixos: o primeiro focado em uma estatística descritiva básica e o segundo no conteúdo dos trabalhos. Os resultados mostram que não existiram diferenças significativas nas opções dos investigadores, todas eram qualitativas e algumas mistas. Foram utilizados instrumentos diversos, mas a predominância foi a utilização de entrevistas, pois todos os pesquisadores declararam fazê-lo, mesmo que houvesse outros instrumentos conjugados. No eixo de análise do conteúdo dos trabalhos, observou-se que, em comparação a Portugal, o Brasil tem mais estudantes com deficiência nas universidades e mais representatividade dos diferentes tipos de deficiência. Por fim, consideram que as pesquisas sobre inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior que focalizem os próprios estudantes ainda são incipientes.

Os dois pontos mais interessantes da proposta dos autores de lançar olhares sobre a produção científica é buscar identificar como as vozes desses sujeitos aparecem, ou seja, se são ouvidas nas pesquisas existentes frente a uma tendência de hiper tutela das pessoas com deficiência, e

se há representatividade dessas vozes diante da diversidade de necessidades provenientes das diferentes deficiências.

Fernandes e Moreira (2017) escrevem o artigo, de caráter teórico, intitulado *Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior*. A argumentação central é que, considerando necessários nexos entre política linguística e políticas de educação inclusiva, as ações institucionais da Universidade Federal do Paraná (UFPR) contribuem para o letramento acadêmico bilíngue dos estudantes surdos. A argumentação é construída a partir da demonstração de dados da UFPR sobre o crescimento da comunidade surda bilíngue ao longo do tempo; comparativo do número de acertos entre questões com linguagem verbal e não verbal e questões com apenas linguagem verbal; imagens de editais, instruções de prova, provas e textos acadêmicos traduzidos por intérprete de libras. As conclusões são que as ações institucionais de letramento acadêmico da UFPR tem se pautado em materiais que proporcionem leituras ancoradas em referências imagéticas (verbais e não verbais), contemplando o tripé Língua Portuguesa escrita, Libras e referências visuais, para além do trabalho do intérprete dentro e fora de sala de aula. Além disso, critérios de correção focados no conteúdo das provas para ingresso de candidatos surdos, também são pensados para uma epistemologia própria dos surdos. O dado existente a favor dessa metodologia de prova é que o percentual de acertos ultrapassa 70 %, enquanto em questões com apenas o texto escrito, permanecem entre 30 e 40%.

A maior contribuição do artigo é trazer o conceito de letramento acadêmico para pensar a permanência dos surdos na universidade. No entanto, há algumas ressalvas a serem consideradas. Há poucos dados concretos para a aferição das ações institucionais abordadas, o que limita a argumentação. Além disso, o texto ainda carece de descrições de ações institucionais realizadas depois do ingresso desses estudantes, pois a ênfase é nas provas para ingresso. O trabalho menciona muito mais as ações dirigidas ao acesso do que à permanência. A única característica que se refere ao letramento dos já estudantes surdos é o uso de textos acadêmicos traduzidos em libras.

Garcia, Bacarin e Leonardo (2018) realizam uma pesquisa qualitativa que busca responder como alunos com deficiência, de uma Instituição Pública de Educação Superior de uma cidade no interior do Paraná, percebem as reais condições de acesso e permanência na universidade. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com cinco alunos com deficiência

matriculados numa Instituição de Educação Superior do interior do Paraná: dois cegos, um surdo, um com deficiência física e um com visão subnormal. As entrevistas foram cotejadas aos documentos internos da universidade, que também foram estudados em análise documental. Com base nesses dados, as autoras apontam que a universidade estudada realiza suas ações de permanência voltada a este público em resposta às políticas públicas nacionais existentes como resoluções que estabeleçam recursos de apoio. Assim, o Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio à Excepcionalidade (PROPAE) desenvolve um trabalho que provê adaptação do vestibular, monitorias, entre outros. Os alunos entrevistados ressaltam a importância das ações do PROPAE para sua permanência, mas apontam algumas falhas nas monitorias, na acessibilidade arquitetônica e na preparação docente.

O trabalho carece de informações relevantes sobre os entrevistados: de que curso eram? Eram ingressantes, estavam no meio do curso ou concluindo? Mesmo assim, o trabalho atende aos objetivos propostos e contribui para a discussão da permanência na universidade, sobretudo no caso do PAEE, na medida que investiga as ações institucionais de permanência na perspectiva dos estudantes conjugando pesquisa bibliográfica com pesquisa de campo.

Maciel e Anache (2017) escrevem sobre *A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras*, sem deixar um questionamento explícito, mas parecem demonstrar como o “Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior” se manifesta como estratégia de permanência da pessoa com deficiência na educação superior, considerando as políticas públicas de inclusão na educação superior. Os instrumentos metodológicos escolhidos foram análise documental e bibliográfica para analisar as políticas públicas de inclusão na educação superior. Entretanto, não fica claro o tratamento conferido aos dados: Como a análise bibliográfica foi sistematizada? O que foi analisado nas políticas públicas citadas? As autoras contextualizam o Programa incluir como uma ação do MEC que fomenta a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas IFES oferecendo apoio financeiro e aprovando os projetos enviados pelas instituições. Ao longo dos anos, o número de projetos contemplados foi aumentando e

no total foram 199 projetos de inclusão na educação superior aprovados pelos editais do Programa Incluir. No Governo de Dilma Rousseff, o Programa Incluir passou por uma nova reconfiguração, e, desde 2012, os recursos são repassados diretamente às universidades por meio dos Núcleos de Acessibilidade. O valor destinado a cada uma é proporcional ao número de alunos. (p.83)

Dessa forma, elas mostram que tem crescido a busca das instituições para dar conta da permanência desses alunos e apontam, porém, que há limites que atrapalham o alcance de objetivos do Programa Incluir: não houve diálogo com a universidade, não foram consideradas as especificidades das pessoas com deficiência e nem as iniciativas institucionais que já existiam, e não aconteceu uma formação para a implantação dos núcleos.

Como já sinalizamos, a questão central e a metodologia se revelaram imprecisas. Essa última foi pouco descrita em aspectos para análise documental e bibliográfica. Apesar dessas limitações, o texto contribui para apresentar e discutir o Programa Incluir que, por sua vez, é citado em quase todos os trabalhos da nossa pesquisa bibliográfica que abordam a permanência de pessoas com deficiência.

Capelli, Blasi e Dutra (2020), realizam uma pesquisa de campo, qualitativa e de abordagem etnográfica para investigar qual a percepção dos docentes sobre o movimento causado pela entrada do primeiro estudante surdo no curso de medicina no campus UFRJ-Macaé e as demandas geradas ao curso para seu acesso e permanência. O instrumento principal foi a entrevista semiestruturada, aplicada a dez professores que trabalharam junto ao estudante surdo no primeiro semestre de 2018. O número representa quase 80% do total dos docentes. Os autores concluem que

os docentes não se sentem preparados para receber o estudante surdo devido a uma multiplicidade de fatores como: a formação docente, que não contempla a educação inclusiva, tampouco a temática da surdez; a existência de barreiras linguísticas e atitudinais devido à escassa participação de estudantes surdos no Ensino Superior, principalmente no curso de Medicina; a existência de lacunas observadas no planejamento pedagógico do curso no âmbito da educação do surdo. No entanto, os docentes criaram um movimento de elaborar estratégias para adaptação de aulas e conteúdos, tendo o apoio dos TILs [Tradutores e Intérpretes de Libras] que acompanhavam o estudante surdo, visando buscar pela excelência de suas intervenções acadêmicas, para proporcionar um ensino de qualidade. Demonstram também que a excelência acadêmica é uma via de mão dupla na qual o estudante tem um papel fundamental. (p.104)

O artigo cumpre o objetivo pretendido e avança no conhecimento científico produzido sobre a permanência de surdos ao lançar olhares para os esforços do corpo social da instituição em incluir o estudante, apesar das demandas não respondidas a respeito da falta de TILs e de formação adequada aos professores. As entrevistas com os professores se mostraram uma estratégia bem sucedida para os objetivos almejados e o artigo instiga o leitor a querer saber a respeito do ponto de vista do estudante e seus resultados ao fim do semestre.

Anache e Cavalcante (2018) buscam responder quais as condições de permanência de estudantes com deficiência em cursos de Educação Superior de uma Instituição federal no Mato Grosso do Sul. A metodologia consistiu em um estudo exploratório analítico descritivo semelhante a um estudo de caso. Além disso, houve uma análise documental com base em dados do quantitativo de alunos com deficiência contido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com onze diretores de unidades, e onze estudantes com deficiência (auditiva, visual e física) entre 18 e 60 anos. A pesquisa mostrou que as condições de permanência dos estudantes com deficiência são precárias. Os pesquisadores encontram uma incongruência entre os dados dos diferentes setores da instituição, o que prejudica a identificação desses estudantes, a compreensão de suas particularidades e a demanda geral. Portanto, é necessária a “construção de um sistema integrado de informações que proporcione condições para promover ações que fortaleçam o sucesso acadêmico daqueles que ingressaram nos cursos.” (p.120). Quanto às condições expressas nas entrevistas, conclui-se que não há acessibilidade arquitetônica: os banheiros são inadequados, e rampas de acesso e elevadores não recebem manutenção. Os recursos de tecnologia assistiva são escassos e ficam restritos ao setor de acessibilidade. O número de intérpretes de libras é insuficiente, ou a sua formação não contempla o contexto da Educação Superior, sobretudo na perspectiva linguística. As metodologias de ensino são inadequadas, e os docentes se encontram despreparados e alguns demonstram desinteresse, sugerindo que os acadêmicos superem suas limitações sem nenhum tipo de apoio especial. Assim, as ações que seguem o princípio da educação inclusiva ainda ficam restritas a iniciativas individuais.

Uma contribuição implícita do trabalho foi mostrar que, a despeito das barreiras arquitetônicas e atitudinais, sem os recursos financeiros necessários, a inclusão fica inviável. Também é interessante uma abordagem institucional do tema por meio da leitura do PDI e, assim, percebe-se que as condições de permanência se devem a inúmeros fatores e sujeitos envolvidos, inclusive na perspectiva da gestão da universidade.

O artigo *Eu, Alex, da etnia Guarani: o testemunho de um estudante indígena de administração e seu duplo pertencimento* de Cassandre, Amaral e Silva (2016) tem como questionamento principal o que revela o testemunho de um estudante indígena de administração sobre seu duplo pertencimento. A pesquisa, de cunho qualitativo, considerou

o testemunho como estratégia da abordagem de história de vida, como um meio de instrumentalizar a experiência individual de um sujeito, o estudante indígena, no intuito de que a compreensão de sua vida em particular ofereça subsídios para o entendimento de traços da sua cultura, tanto em termos de sua comunidade Guarani, quanto na sua condição de estudante de um sistema de Ensino Superior não indígena. (p. 940).

Dessa forma, os pesquisadores buscaram discutir os elementos de vida do estudante que fossem relacionados ao seu percurso no curso de Administração. As conclusões apontam para um processo de autoafirmação étnico-comunitária num território urbano que se manifesta pelo vínculo conjugal de Alex com uma jovem acadêmica da mesma etnia. Ele também foi preparado estrategicamente pela família para ocupar a universidade, a despeito da insuficiência das escolas anteriores em prepará-lo para tal. Os autores também mostram que os conhecimentos que Alex construiu na graduação foram mediados por ele a partir da centralidade do modo de organização Guarani, e que apresenta uma “comprometida intenção em socializar os conhecimentos adquiridos como usufruto de sua família e de sua comunidade.” (p.12). Ainda com relação a essa intenção de retornar à comunidade, os autores defendem que a formação acadêmica dos indígenas pode agregar na formação política das lideranças indígenas para que se estabeleça uma interlocução entre interesses das comunidades e Estado. E por fim, existe a formação de um sujeito acadêmico e Guarani, “que reflete a constituição de **circuitos de trabalho indígena** com base nos conhecimentos que por ele passam a ser sistematizados na sua trajetória no curso de Administração.” (p.12, grifo meu). Esses circuitos de trabalho indígena são as formas de organização do trabalho dos indígenas acadêmicos na respectiva comunidade como professores, enfermeiros etc.

Uma análise do trabalho nos permite questionar, sem diminuir as estratégias pessoais de Alex, qual foi o lugar da instituição nesse processo de permanência na universidade, pois o número de evasão de indígenas indicado no trabalho foi alarmante: quase metade desses estudantes não concluiu o curso. Por outro lado, apresentar esse dado chama atenção para a relevância de refletir sobre a permanência dos indígenas no Ensino Superior. Outra contribuição do artigo é apresentar uma pesquisa de cunho etnográfico que faz uso de um instrumento como o testemunho apresentando as sutilezas das vivências de um indígena apontando para questões de permanência peculiares aos grupos indígenas. Esse e outros trabalhos desta pesquisa bibliográfica têm contribuído para pensar que as ações institucionais de permanência devem contemplar uma dimensão multicultural.

Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) escrevem o artigo *Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência*. A questão central não é apresentada explicitamente, mas é possível identificar a intenção de investigar como têm operado as políticas de acesso e a permanência de estudantes indígenas nos cursos regulares das universidades públicas. Parte do estudo foi realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e também foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as políticas de acesso e permanência em instituições de ensino superior brasileiras. A busca é realizada no Banco de Teses da Capes, no site Domínio Público e em páginas virtuais de grupos de pesquisa com enfoque na educação para localizar pesquisas realizadas em pós-graduação stricto sensu.

Assim, foram encontrados doze trabalhos sobre políticas específicas de ingresso de indígenas no ensino superior público em cursos regulares. Quanto à caracterização dessa busca, todos os trabalhos são de abordagem qualitativa, com intensa busca bibliográfica. Em alguns, porém, houve dados quantitativos que apoiassem a análise além de outros instrumentos como: entrevistas, questionário, grupo focal e reuniões. A escuta dos estudantes foi privilegiada, mas professores, técnicos, gestores e estudantes não indígenas são pouco estudados, o que, segundo as autoras, pode revelar pouca importância dada ao significado da presença indígena na instituição.

Com relação à análise geral do interesse de pesquisa das produções, identificou-se duas questões principais: 1) Acesso, tal qual a implantação das políticas e vestibular; 2) Permanência, na figura dos apoios financeiros e pedagógicos, acompanhamento e desafios institucionais na garantia da permanência, entre outros. As autoras também ressaltam que tais programas de apoio aos indígenas, seja mediante ações de ordem material ou simbólica, aparecem caracterizados por muitas fragilidades. Quanto à pesquisa de campo na universidade referida, segunda parte do estudo, as autoras afirmam que

Na UFRGS, há uma bolsa permanência para indígenas e monitoria indígena. Algumas experiências foram bem-sucedidas; outras não vingaram, merecendo um olhar mais detalhado, a fim de compreender como se estabelece uma relação de parceria e coleguismo entre estudantes indígenas e não indígenas. Os dados fazem deduzir que estudar na UFRGS é algo que muitos indígenas almejam, pois há um grande número de inscrições.

O questionamento central do trabalho é pouco claro, bem como a organização do texto e o percurso metodológico no estudo da UFRGS. Esse estudo na instituição mostrou-se apenas tangencial quando poderia ser mais explorado, pois a escolha da UFRGS como campo de

pesquisa é muito interessante para pensar o tema, já que é uma universidade muito procurada pelos indígenas daquela região.

Ferri e Bagnato (2018) pesquisam como está sendo implementada a política de Ações Afirmativas para indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, segundo o olhar de seus implementadores. Segundo os autores, a “pesquisa qualitativa, descritiva e analítica constitui um estudo de caso conduzido em perspectiva político-organizacional.” (p. 57) Além disso, o instrumento principal é a entrevista semiestruturada, cujas transcrições são analisadas. “Houve 14 participantes: 1 pró-reitor; 2 membros da comissão de acompanhamento dos alunos cotistas, que já ocuparam cargos de pró-reitores; e 11 coordenadores de cursos frequentados por 10 ou mais alunos indígenas.” (p. 57). As autoras identificaram fatores que condicionaram todo o processo de implementação das ações afirmativas na universidade. Havia uma preocupação dos entrevistados com a evasão e a desistência dos estudantes indígenas, bem como sua sub-representatividade étnica. Elas consideraram que a presença indígena dá visibilidade aos problemas enfrentados por estes povos, mas, ao mesmo tempo, a comunidade acadêmica tende a mantê-los invisíveis. Os entrevistados consideram que 1) muitas dificuldades vivenciadas por este grupo deve-se à soma da baixa qualidade do Ensino Fundamental e Médio com as diferenças culturais; 2) Não há discussões sistemáticas sobre a questão indígena no Brasil; 3) São vivenciadas situações de intolerância, preconceito e resistência; e 4) Os implementadores reconhecem uma formação elitista da Universidade em que estão e também em sua própria formação acadêmica. Diante disso, os entrevistados

Pontuam ainda a busca por saídas, com ações e atividades, mesmo que pontuais, e alternativas, como monitorias, atividades em grupo, disciplinas obrigatórias e optativas que contemplem a temática indígena, criação do CEPEGRE [Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia] e atividades de apoio desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão Rede de Saberes. (p. 76)

As autoras também observaram que o Programa Vale Universidade Indígena, bolsa de permanência do governo estadual, tem um caráter excludente além de não suprir e não respeitar as necessidades e as especificidades dos estudantes indígenas.

O trabalho é claro, bem organizado, e pertinente ao recorte temático. Sua maior contribuição para o campo é estudar a perspectiva dos implementadores das políticas de ação afirmativa, pois estes são interceptadores diretos. O que outros trabalhos apontam como despreparo dos professores em lidar com um novo público, ou com o "diferente" a partir da fala dos

estudantes, neste artigo aparece na perspectiva dos professores, que reconhecem esse despreparo.

Herbetta (2018) procura demonstrar de que forma as políticas de inclusão, UFGInclui e o Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena (NTFSI), que vêm sendo implementadas na Universidade Federal de Goiânia se relacionam com a noção de diferença. Segundo o autor, a pesquisa de cunho qualitativo teve como instrumentos de pesquisa a análise documental a partir de documentos da UFG, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Entretanto, a descrição dos dois programas é feita sem que entrevistas e observação fossem apresentados ou descritos em seus procedimentos. O UFGInclui é um programa que desenvolve diversas ações no âmbito do acesso de estudantes negros, indígenas e surdos, e também amplas ações de permanência como a moradia estudantil “possibilitando uma convivência próxima entre as populações indígenas e quilombolas, de modo a que possam viver na cidade, de certa forma menos distantes das demandas e relações de suas populações.” (p. 315) com “acolhimento imediato”, ou seja, a garantia de alimentação e moradia até que o MEC disponibilize a primeira Bolsa Permanência para o estudante. Além disso, há encontros presenciais com rodas de conversa realizados pelo Coletivo União dos Estudantes Indígenas e Quilombolas da UFG e reuniões anuais de avaliação dos resultados do programa, com uma produção intensiva de dados e escuta das demandas dos estudantes a fim de aperfeiçoar o programa. Entretanto, há diversos obstáculos reportados no Relatório produzido anualmente. Os principais são: “conflitos decorrentes da falta de conhecimento das pessoas em como se lidar com a diferença.” (p. 315)”, a moradia estudantil não contempla todos os ingressantes e expressa diversos conflitos culturais entre os grupos ali existentes e rigidez nos currículos. Já o Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena é uma experiência de formação de professores indígenas voltada para ocupar e dialogar com escolas indígenas. Existe um vestibular próprio para o curso que é realizado na Universidade e em terra indígena. A pedagogia do curso se estabelece com base na Interculturalidade crítica, transdisciplinaridade e contextualização e há um envolvimento concreto, intenso e constante da universidade com a comunidade local. Todas as concepções e práticas são atravessadas pela epistemologia indígena, valorizam e utilizam os idiomas dos grupos locais, além do Núcleo ter lançado uma revista acadêmica que aceita a produção dos trabalhos nesses idiomas. Para tratar dos temas concernentes a esta formação, existe um comitê do qual participam os sábios das comunidades e professores indígenas e não indígenas. O único ponto negativo citado pelo autor do texto, é as “práticas de exploração efetivadas em aluguéis e

outros serviços caros oferecidos aos indígenas.” (p. 321) quando estes ocupam os espaços próximos aos campus universitários. O resultado mais conclusivo da pesquisa é que

Nesse cenário, no que se refere à evasão, o curso de Licenciatura Intercultural apresenta resultados inversos aos do UFGInclui e aos de muitos outros cursos da universidade, nos quais esse tema é um grande problema. O índice de evasão do NTFSI é baixíssimo. Isso acontece pelo fato de que ali se promovem efetivamente transformações estruturais na dinâmica universitária, problematizando e rompendo com pressupostos e mecanismos convencionais da academia, como a dinâmica disciplinar dos currículos, a rigidez dos calendários, as políticas monolíngues que supervalorizam o português e, muitas vezes, o inglês e o francês, em detrimento de idiomas indígenas. E fortalecem-se também relações fundamentais para um efetivo processo de ensino e aprendizagem, como entre docentes e discentes, entre universidade e comunidade, assim como entre docentes indígenas e suas populações. (p. 324)

promovendo, assim, um uso democrático do poder.

A principal contribuição do trabalho é apresentar uma perspectiva comparativa entre dois programas de uma mesma instituição para responder ao problema de pesquisa confirmando a hipótese inicial de que programas pautados na diferença, que não são de caráter integracionista, promovem maior troca cultural, permanência discente e transformação da estrutura historicamente elitista da universidade por meio de uma intervenção nas relações de poder instituídas.

O artigo *Grupo evangélico na universidade: práticas formativas, identidade religiosa e relações políticas* de Groppo e Borges (2018) não apresentou um problema de pesquisa explícito. Entretanto, a pesquisa etnográfica parece responder, a respeito do movimento estudantil da Aliança Bíblica Universitária (ABU) em uma universidade pública de Minas Gerais, como se dão as práticas formativas, sua contribuição para a inserção de jovens na vida universitária, os sentidos que atribui à filiação religiosa na universidade e as suas relações políticas. Através de observação participante, “a autora observou durante todo o ano de 2016 os dois grupos ligados ao cristianismo. Observou dezenas de reuniões da ABU e do GOU (Grupo de Oração Universitário), sempre autorizada por seus membros, e realizou entrevistas semiestruturadas com quatro integrantes da ABU.” (p. 175) O Grupo de Oração Universitário, porém, não autorizou o uso das observações realizadas. O GOU é um movimento de estudantes católicos cujas reuniões aconteciam em lugares fechados, enquanto a ABU é um movimento evangélico que acontecia em local aberto e visível. Os autores afirmam que:

A ABU na universidade pesquisada tem sido bem-sucedida, justamente, por valorizar uma dimensão mais pessoal e participativa, uma religiosidade evangélica mais instituinte que instituída, aberta até a participantes ocasionais católicos. [...] Diferentemente do que suporia uma leitura superficial acerca do evangelismo, a ABU pesquisada se dedica pouco à conversão de novas/novos fiéis. Primeiro, não representa uma igreja específica. Segundo, a maioria de seus membros ativos já era evangélica anteriormente. Para essas pessoas, o grupo serve principalmente como refúgio do cultivo da identidade religiosa prévia – algo em que se assemelha aos GOUs. Para eles, o grupo serve como uma adequação entre a identidade religiosa e a nova identidade universitária. Isso explica o uso de argumentação lógico-racional nos encontros, bem como a presença de temas que aproximam a cultura religiosa da cultura universitária, ensinando, por exemplo, a como se portar diante das rotinas acadêmicas. (p. 189/190)

Os autores também relatam que existem tensões entre os membros como “quando Maria, originalmente tímida, passa a trazer a pauta do feminismo durante os EBIs [Estudos Bíblicos Indutivos], sendo recebida ora com o silêncio, ora com zombaria aparentemente inocente.” (p. 190) Entretanto, a pesquisadora afirma que a postura da ABU é muito mais de diálogo do que de oposição às pautas progressistas. Dessa forma, em termos de caracterização geral do movimento,

A ABU assume que sua principal tarefa é a do “acolhimento”, e já na recepção de calouras e calouros está presente. Como visto, foca em ensinamentos sobre como integrar-se ao ambiente universitário, assim como dá apoio emocional e até material aos estudantes. Enquanto participantes ocasionais buscam os encontros bíblicos em momentos de maior tensão, os membros ativos afirmam que encontraram no grupo uma “nova família”. (p.190)

O trabalho apresenta contribuições originais. Uma delas é apontar para uma iniciativa estudantil que promove a afiliação universitária. Embora não seja uma ação institucional, mas uma iniciativa dos estudantes e consolidada em outras universidades - na medida em que consiste em um movimento estudantil existente em outras universidades - é reconhecida pela instituição e é efetiva em seus objetivos. Além disso, é o único trabalho de nossa pesquisa que aborda a relação entre identidade religiosa e permanência estudantil.

No artigo *O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra*, Marques (2018) investiga se os estudantes ingressantes pelo sistema de cotas nos cursos de graduação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) demonstram a afirmação da identidade negra. Os instrumentos metodológicos utilizados foram questionários on-line e entrevistas presenciais. Dentre 900 cotistas matriculados, 180 ingressantes responderam ao questionário enviado por e-mail. Quanto às entrevistas, seis estudantes participaram demonstrando interesse. Sua faixa etária era entre 20 e 35 anos e estavam matriculados nos cursos de educação física, nutrição, medicina, pedagogia, relações internacionais e sistema de

informação. A pesquisadora também utilizou instrumentos complementares como a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Enquanto resultado principal, notou-se que os estudantes “envolvidos em eventos e ações que discutiam a temática da população negra e que participavam de grupos de estudos de iniciação científica tiveram mais condições de fortalecimento identitário.” (p. 20) Percebeu-se que as ações de extensão e pesquisa realizadas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal da Grande Dourados e as disciplinas de direitos humanos e educação das relações étnico-raciais contribuíram para os estudantes negros que as vivenciaram. Por outro lado, os participantes que não estavam envolvidos com essas ações, apresentavam menos fortalecimento identitário, o que leva a autora a defender a necessidade da instituição promover situações que valorizem a diversidade étnico-racial que tem crescido no campus.

A principal contribuição do artigo é a articulação da identidade étnico-racial à permanência simbólica numa perspectiva comparativa. Assim, o trabalho também indica que pensar a permanência simbólica desse grupo exige levar em conta as temáticas étnico-raciais dentro e fora da universidade e promover a sua discussão junto aos estudantes.

Lemos (2017) escreve o artigo *Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade*, o qual não apresentou um problema de pesquisa explícito. Mas foi possível identificar o seguinte questionamento central: Levando em conta tópicos como rendimento acadêmico, interação com colegas e professores, dificuldades enfrentadas, experiências de discriminação racial e assistência financeira estudantil, como foi a permanência de estudantes cotistas raciais na graduação na Universidade Federal do Pará? A pesquisa qualitativa teve como instrumento principal as entrevistas. Nove estudantes que já concluíram o curso e quatro que estão perto de concluir foram entrevistados. Os cursos escolhidos foram os de medicina, direito, engenharia da computação e ciências sociais com a intenção observar diferentes estratégias de enfrentamento do preconceito e da discriminação pelos estudantes cotistas a partir dos contextos diferentes. As conclusões são que:

a inserção na universidade abre espaços para a ascensão social dos alunos cotistas. A maioria desses jovens vem de famílias com baixo nível socioeconômico e educacional e fazem parte da primeira geração familiar que chegou ao ensino superior. O ambiente acadêmico proporciona a esses estudantes uma ampliação das suas perspectivas de vida não só profissionais, mas também culturais e de desenvolvimento pessoal. Nesse sentido, as cotas raciais funcionam como um instrumento de acesso a bens simbólicos e materiais necessários a uma trajetória social de sucesso. [...]

A permanência exitosa de muitos deles dependeu não somente de seus próprios esforços, mas da assistência estudantil que receberam da UFPA. [...]

Em geral, a interação com os colegas não cotistas foi considerada boa e apenas os alunos de medicina relataram ter havido um clima tenso em sala de aula no começo do curso. [...]

Observa-se, portanto, como o impacto da política de cotas difere segundo o curso, tendo em vista, por exemplo, a importância da construção do mérito como ideologia entre os acadêmicos de medicina. [...]

À medida que os cotistas passaram a ter o mesmo rendimento acadêmico dos não cotistas, a aproximação entre os alunos foi facilitada. [...] (p. 20/21)

A respeito da política de cotas, a autora percebe na fala dos alunos que o aspecto racial é ponto de tensão e divergências maior do que o aspecto socioeconômico que, por sua vez, é mais consensual entre os estudantes no sentido de ser uma modalidade justa de cotas. Além disso, os relatos das experiências de preconceito indicavam que o estigma da cor às vezes se confundia com o estigma da cota. E assim, “Em algumas situações narradas, o fenótipo dos alunos funcionou como um indicador da sua condição de cotista, tamanha era a ausência de estudantes negros em determinados cursos antes das cotas.” (p. 23)

Embora não haja um problema de pesquisa bem explicitado, o trabalho apresenta uma metodologia bem construída desde a heterogeneidade presente na escolha dos cursos e dos entrevistados até os aspectos contemplados nas entrevistas. O trabalho também apresenta uma clareza conceitual que organiza a fala dos entrevistados, contribuindo para a discussão da permanência de sujeitos negros na universidade.

5.2.3 - CAPES

Conforme explicado na seção da metodologia, foram encontrados 16 artigos no Portal de Periódicos da Capes, dentre os quais 4 foram excluídos após leitura completa por não tratarem do tema da permanência, restando 12 artigos. A síntese de cada um deles será apresentada neste subitem. São textos teóricos e empíricos, que tratam da permanência de estudantes no geral ou pelo recorte da hipossuficiência. Os outros textos encontrados na Capes, que tratam de grupos específicos em termos de identidade cultural, étnica e outros, não foram incluídos no material final, como já sinalizado anteriormente.

A pergunta que origina a pesquisa de Brandalise e Souza (2017), no artigo *Política de cotas e democratização do ensino superior: a visão dos implementadores* é: Qual a perspectiva dos implementadores da política de cotas de uma Instituição de Ensino Superior pública estadual

paranaense quanto à democratização do acesso e permanência no ensino superior? De metodologia qualitativa, a pesquisa teve como instrumento principal sete entrevistas com os gestores que participaram da implementação da política de cotas na instituição pesquisada. A duração média de cada entrevista foi de vinte minutos e foram analisadas com base na metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo: “Essa proposta metodológica sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, mas também expressa uma referência coletiva, na medida em que esse ‘eu’ individual representa uma coletividade.” (p. 525) Na análise dos depoimentos, os gestores afirmam que a política de cotas atinge objetivo da democratização do acesso e vem impulsionando a elevação dos índices de estudantes de escola pública e de estudantes negros no ensino superior desta instituição, elevando a diversidade. Mesmo assim, acreditam que é necessário que o sistema público de educação básica também seja democratizado. Os gestores também acreditam que a política de cotas é uma possibilidade de promoção da justiça social na perspectiva da equidade e considerando também algumas mudanças nas expectativas dos sujeitos do EM quanto ao ingresso desse público no ES. Entretanto, tal política deveria ter caráter provisório apenas enquanto os problemas de precariedade do sistema de ensino básico público brasileiro forem se resolvendo desde a pré-escola, pois devemos começar do “alicerce” em vez do “telhado”. Quanto à redução das desigualdades, “os gestores afirmam que a política de cotas não tem o poder de promover a igualdade entre os cidadãos, mas tem o poder de ampliar os horizontes, apresentando possibilidades que antes eram praticamente impossíveis a determinados segmentos da sociedade.” (p.531) Exercendo assim um papel duplo: a ascensão social e educacional de um indivíduo que, por vezes, é o primeiro da família a entrar no ES público, e pela representatividade nas redes de relação (escola pública, vizinhança, igreja etc) desses sujeitos e da sociedade como um todo.

Uma contribuição peculiar da pesquisa é investigar a perspectiva dos implementadores, visto que são sujeitos essenciais na operação das políticas *in loco*. O tratamento dado às entrevistas em Discurso do Sujeito Coletivo também é interessante, visto que a identificação do sujeito coletivo permite entender as concepções subjacentes que prevalecem no momento da prática institucional. Entretanto, poderia ter sido feita uma triangulação de metodologias para ampliar os pontos de observação de tal perspectiva, mesmo assim, os dados foram suficientes para o objetivo pretendido. O texto carece de desenvolvimento no plano conceitual quanto a descrições e contextualizações no campo e praticamente não aborda a permanência, mas

pensar sobre cotas é pensar sobre acesso e sobre a maneira que os cotistas são vistos pelos gestores da universidade, razão pela qual o texto foi mantido.

Jucelia Appio et al (2016) buscam responder quais são os atributos de permanência de alunos em uma instituição pública de ensino superior do Paraná a partir de uma pesquisa quantitativa de caráter descritivo. Um dos instrumentos utilizados foi um questionário fechado aplicado por acessibilidade e/ou conveniência nas salas ao final do primeiro semestre de 2014 cujos dados foram analisados estatisticamente através dos softwares Statistical Package for the Social Science (SPSS) versão 15 e Excel. Os autores consideraram “tendência de permanência” como um construto dependente enquanto os demais foram considerados independentes juntamente com suas variáveis para uma análise de regressão.

Quanto ao perfil, dos 228 alunos, 17,10% pertenciam ao curso de Tecnologia em Alimentos, 27,20% eram do curso de Licenciatura em Informática, 41,67% do curso de Engenharia Ambiental e 14,03% cursavam Engenharia Química. A faixa etária dos estudantes apresentou uma média de 22 anos com desvio padrão de 4,68 anos.

A maioria, 124 (54,62%) eram do sexo Feminino e 103 (45,38%) eram do sexo Masculino, a distribuição apresentou ainda importantes variações entre os cursos pesquisados.

Na análise do estado civil a grande maioria eram solteiros (83,33%), com destaque para o curso de Engenharia Química onde todos se declararam solteiros. (p. 227)

Os fatores avaliados segundo a relação com a permanência foram: 1) Atendimento às expectativas; 2) Desempenho acadêmico; 3) Confiança do aluno na Instituição; 4) Infraestrutura do Campus 5) Atividades de estágio ou extracurriculares 6) Vida pessoal; 7) Situação financeira do aluno; 8) Imagem social da IES. A partir dos resultados obtidos, a conclusão central foi que “Com base no modelo testado, os três construtos: Atendimento às expectativas; Confiança do aluno na instituição e Situação financeira do aluno explicam 11,3% da variabilidade total da tendência à permanência.” (p. 234/235) enquanto os outros construtos não apresentaram relação com a permanência. É interessante destacar que esses três fatores continuam apontando, respectivamente, para as dimensões simbólica e material da permanência na universidade. Os autores apontam alguns limites à pesquisa: devido à abordagem quantitativa, dificuldade em estabelecer relação de causa-efeito e não conseguir captar o ponto de vista do indivíduo, que resulta na incapacidade de explicar completamente o fenômeno observado. Outra limitação encontrada foi a dificuldade na aplicação dos questionários de pesquisa, pois o período de aplicação coincidiu com o final de semestre na instituição.

Acrescentamos também algumas observações como a ausência de informações ou variáveis que considerem o ponto da trajetória acadêmica dos estudantes pesquisados: são ingressantes, concluintes ou estudantes do meio da graduação? No entanto, o trabalho contribui para o campo pela maneira como opera e elabora um questionário amplo que contempla aspectos de permanência indicados na literatura testando novas hipóteses. Além disso, a pesquisa quantitativa dispõe de uma amostra expressiva e representativa dos alunos da instituição.

Martins et al (2019) escrevem o artigo *A história da Assistência Estudantil no Ensino Superior brasileiro: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes "D" e "E" nas universidades federais*. Metodologicamente, os autores afirmam que foram realizadas uma "revisão bibliográfica" e consultas em sites de universidades públicas brasileiras que oferecem serviços de assistência aos estudantes, bem como ao estudo realizado pela Andifes e pelo Fonaprace para demonstrar a argumentação. O trabalho objetiva descrever e argumentar sobre o aumento e permanência dos estudantes das classes "D e E" nas universidades públicas brasileiras demonstrando os meios que vêm sendo empregados para a efetiva garantia desse direito aos estudantes dessas instituições. As conclusões do trabalho indicam que programas do governo alteraram o perfil socioeconômico das universidades e demandaram novas políticas que garantam a manutenção e permanência de estudantes, antes excluídos, visto que acesso e permanência não podem ser concebidos isoladamente. A leitura dos autores da pesquisa realizada pelo Andifes e Fonaprace “vai na contramão aos argumentos de que as instituições federais de ensino superior são redutos da elite social brasileira” (p. 21) levando à cabo o “mito” da universidade elitizada e que a transformação que está sendo promovida no perfil dos estudantes demonstra o marco histórico que foi o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

É importante considerar os trabalhos que demonstram que, apesar da mudança de perfil nas universidades, ainda há baixas taxas de conclusão em muitos casos, além de ainda não ser a sociedade brasileira representada de maneira proporcional nas IFES. As contribuições existentes, porém, são para efeito de resumo, revisão da assistência estudantil no que diz respeito à mudança do perfil da universidade pública brasileira com dados sólidos do Fonaprace, considerando os diferentes programas e legislações para a permanência no ES criados ao longo do tempo e enfatizando tais conquistas.

Pataro (2019) escreve sobre a Democratização da universidade pública e os estudantes de primeira geração na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) buscando responder qual o perfil do discente que ingressa na instituição e suas dificuldades levando em conta o quantitativo de estudantes que são a primeira geração da família a entrar na universidade pública. “A dinâmica da investigação envolveu duas etapas de pesquisa de campo: uma primeira etapa realizada no ano de ingresso dos(as) estudantes, em 2015, e uma segunda no ano de conclusão, em 2018.” (p. 80). Na primeira, o autor aplicou um questionário respondido por 499 estudantes ingressantes de todos os cursos do campus de Campo Mourão no ano de 2015. Num segundo momento, foram realizadas duas sessões de grupos focais com estudantes do primeiro ano de graduação do turno da manhã e da noite do curso de Pedagogia. A intenção das sessões foi, através de um espaço de diálogo, ouvir a respeito das dificuldades principais vivenciadas no ES pelos estudantes. Quanto aos resultados, a análise do perfil mostrou que 75% dos estudantes eram de primeira geração; que “44% dos(as) alunos(as) que ingressaram em 2015 haviam desistido ou estavam atrasados até o ano de 2018 (ano em que se formariam)” (p. 83); e que há “um maior índice de estudantes de primeira geração no curso de Pedagogia, assim como mães e pais com ensino fundamental incompleto.” (p. 85). Quanto às análises do Grupo Focal, o conteúdo foi organizado por três categorias: 1) dificuldades para ingressar no ensino superior; 2) significado do ingresso no ensino superior; e 3) dificuldades para acompanhar o curso. Na primeira, apareceram dificuldades com o conteúdo de provas de seleção (como vestibular, Enem e outras); responsabilidades familiares (casar cedo, cuidar dos filhos); e apoio ou não dos pais. Decisões no âmbito privado, como as responsabilidades familiares citadas, são citadas apenas por mulheres. Além disso, a baixa escolarização dos pais aparece como um fator antagônico em termos de apoio. Na segunda categoria, o autor relata que o momento de discussão foi agradável para os estudantes, pois o significado de chegar ao ensino superior foi definido por palavras como “orgulho pessoal e para a família”, “conquista”, “realização de um sonho”. Na terceira, “as dificuldades giraram em torno de dois assuntos principais: leituras/conteúdos do ensino superior e distância entre o campus e a cidade de origem.” (p. 90). Quanto à dificuldade de leitura, o autor acredita que, apesar de alguns alunos terem-na atribuído à falta de hábito, isso também não deixa de ser fruto de falhas na escolarização. Assim, de acordo com o autor, a chegada de estudantes de primeira geração na universidade aumentou e isto representa uma conquista, mas há ainda muito a ser feito em termos de permanência considerando as dificuldades relatadas por esse grupo.

A proposta de estudar o perfil e as necessidades de estudantes de primeira geração na universidade pública foi uma peculiaridade deste trabalho em relação aos demais desta pesquisa bibliográfica. Esse é um aspecto positivo do artigo, além da triangulação de dados que contemplou diversas informações por meio de um questionário de caráter mais quantitativo bem como o aprofundamento de detalhes proporcionado pelo grupo focal. Outro ponto interessante do trabalho é a discussão trazida no início do texto sobre a expansão da escolarização no Brasil de maneira abrangente, abordando de maneira integrada a Educação Básica e Educação Superior, ou seja, a expansão do Ensino Superior é concebida em relação ao aumento da conclusão da Educação Básica. A análise, portanto, é também conjuntural. Isso contribui para a reflexão de que o avanço de uma geração para o Ensino Superior em relação aos seus pais, portanto, não tem haver apenas com a condição socioeconômica e habitus familiar, mas também com o avanço das políticas de universalização ao longo do tempo.

Mattos e Fernandes (2019) considerando a permanência universitária, desenvolvem uma pesquisa qualitativa na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) para responder quais as estratégias e procedimentos selecionados pelos estudantes oriundos de escola pública para se manterem na universidade. A metodologia consistiu em uma pesquisa de campo junto a estudantes universitários provenientes de escola pública concluintes dos cursos de graduação do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar. Os instrumentos utilizados foram as entrevistas semiestruturadas com seis estudantes, matriculados nos cursos de Ciências Sociais, Linguística, Pedagogia e Psicologia, que falaram sobre a sua fase de adaptação e a permanência universitária. O perfil apresenta 5 estudantes do sexo feminino e 5 estudantes de camada popular, já que uma delas estudou em Escola Pública de prestígio e pertence à classe média. A maior parte deles recebem bolsas de assistência e também bolsa acadêmica, sem as quais não poderiam permanecer na universidade. Assim, “o respaldo institucional é bem visível em relação à assistência econômica, pois os estudantes oriundos de escola pública procuraram o apoio de bolsas auxílio que são ofertadas pelas políticas de permanência. A influência desses benefícios foi positiva e essencial para que os estudantes permanecessem na universidade.” (p. 164), além de proporcionar tempo de estudo e ampliar a possibilidade de fruição da universidade, como por exemplo os estudantes em tempo integral. Mesmo assim, as bolsas nem sempre cobrem todas as despesas e contemplam todos os estudantes que delas necessitam. As estratégias para a permanência na dimensão econômica, portanto, não são suficientes para garantir o bom rendimento do estudante. Foram identificadas algumas

estratégias de permanência na dimensão “cultural e pedagógica” nas entrevistas: envolvimento dos estudantes em diferentes atividades e movimentos sociais dentro e fora da universidade; respeito ao próprio ritmo em termos de equiparação ao estudante idealizado, como no caso das notas; inscrever-se em uma quantidade menor de disciplinas por semestre para dar-se um tempo “a mais” para o processo de aquisição de um novo *habitus*; e buscar o apoio dos colegas durante a graduação, tanto nos estudos como na troca de informações.

Durante boa parte da leitura, há ênfase na elaboração de estratégias pessoais de permanência. O artigo apresenta contribuições ao campo: há o reconhecimento ao mesmo tempo da dimensão financeira e simbólica da permanência avaliando o tratamento que os estudantes dão a essas dimensões, o que possibilita o aperfeiçoamento de políticas externas e internas à instituição.

Chaves e Silveira (2018) propõem demonstrar como a política de Assistência Estudantil tem avançado nos desafios postos historicamente, levando em conta uma perspectiva crítica e cidadã de formação universitária. A metodologia do trabalho foi pouco descrita, entretanto houve uma historiografia do programa de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assim, foram realizadas uma análise documental e uma revisão bibliográfica. Foram apontados os avanços da AE conquistados ao longo do tempo, tomando como exemplo a situação específica da UFJF. No início, as iniciativas da instituição eram de caráter assistencialista, com pouca formalização nos processos de distribuição de bolsas. Após a criação de Departamentos específicos, houve atendimento jurídico e atendimento psicopedagógico e, mais tarde, a organização desses processos, bolsas integrais e parciais com contrapartidas: ainda numa perspectiva de favor, na qual era necessário que o estudante “pagasse” a bolsa com atividades que muitas vezes não eram relevantes para sua formação, tais como atender telefone e copiar documentos. As contrapartidas só vieram a ser retiradas em 2015 na reestruturação das políticas da AE. Em 2006 a universidade estabeleceu o plantão social e o Apoio Pedagógico e depois um serviço de psicologia aberto a todos os estudantes. As conclusões apontam que

para além da oferta de auxílios e bolsas, a UFJF, através da PROAE [Pró-reitoria de Apoio Estudantil], vem propondo e executando políticas e ações de acolhimento e acompanhamento dos/as alunos/as ao longo do curso de graduação escolhido por eles/as, as quais contribuem para a democratização do acesso ao ensino superior e a permanência nele até o término do curso. [...] do mesmo modo, alguns dos serviços prestados possibilitam a constituição de espaços coletivos que facilitam as conversas, as relações de camaradagem, a cooperação e a reflexão crítica. (p. 244)

Apesar dos avanços, as políticas de apoio estudantil implantadas, tomando por base o caso da UFJF, ainda estão dirigidas por demandas do mercado. Para as autoras, porém, a despeito dos mecanismos neoliberais implícitos na Assistência Estudantil, é possível que os espaços criados proporcionem relações mais justas e solidárias.

Uma contribuição do artigo é pensar em um dos propósitos “esquecidos” da AE em zelar, segundo o Fonaprace, por um tipo de formação a partir de “estratégias que permitam uma efetiva inserção social por intermédio de uma formação ética, cidadã, que não se restrinja a manutenção e sobrevivência dos estudantes em condições de risco socioeconômico” (2007, apud Matos e Fernandes, 2019, p. 229).” Entretanto, uma análise documental, nesse caso, permite identificar as iniciativas coincidentes com aquele objetivo, mas não avaliar efetivamente os efeitos dessas iniciativas de dentro.

Vasquez e Pereira (2017) realizam uma pesquisa bibliográfica sobre Evasão e Permanência em instituições de Ensino Superior no Rio Grande do Sul buscando responder como tem sido tratado o tema nos trabalhos produzidos a nível de pós-graduação em educação *stricto sensu* no estado do Rio Grande do Sul. O estudo é do tipo estado do conhecimento, de caráter qualitativo, pesquisando teses e dissertações na plataforma Sucupira, na qual foram localizadas as Pós-Graduações *Stricto Sensu* em educação no estado do Rio Grande do Sul. Os critérios de refinamento foram: Área de avaliação - Educação; Situação do programa - Em funcionamento; Modalidades - acadêmico e profissional; Região – Sul; Unidade da Federação - Rio Grande do Sul. A busca revelou 10 trabalhos produzidos entre os anos de 2006 a 2015 em consonância ao tema nos quinze programas *stricto sensu* de educação no estado do Rio Grande do Sul. Os pesquisadores perceberam que os estudos sobre evasão se concentram na região metropolitana do Rio Grande do Sul, já que apenas o programa da Universidade Federal de Santa Maria não está localizado dentro da região metropolitana de Porto Alegre. Outrossim, há um recente aumento da preocupação com o tema, já que nove dos dez trabalhos são de 2013, 2014 ou 2015, tendo sido esse último o mais expressivo com 5 trabalhos, enquanto o outro trabalho era de 2006. A partir das leituras realizadas, os autores estabeleceram quatro categorias para estudo: 1) Educação a Distância (EAD); 2) Pessoas com Deficiência (PCD); 3) Alunos beneficiados com Políticas públicas; e 4) Alunos em geral, categoria que contém trabalhos menos específicos.

Em princípio, o texto deixa pouco claro se o interesse de estudo é mapear a produção científica a respeito da evasão que acontece na pós-graduação ou mapear a produção científica realizada a nível de pós-graduação sobre o tema da evasão por curso. Apenas após um tempo lendo o texto é possível identificar que se trata do segundo caso. Contudo, existe uma categorização que evidencia os interesses de pesquisa sobre a Permanência do Ensino Superior. É possível, ainda, perceber que a incidência de um maior número de produções entre os anos de 2013 e 2015 corrobora com os achados de Maciel, Lima e Júnior (2019), que também registram um maior número de produções em intervalo de tempo semelhante: 2012 a 2016.

O artigo de Rodrigues e Osório (2016) que tem por título *Subjetivações em meio à vida universitária e sua interface com o aprender inventivo* tem por questionamento central “Como as subjetivações discentes vêm sendo produzidas em interface com o seu aprender em meio à vida universitária?” estabelecido em uma perspectiva deleuze-guattariana. Segundo as autoras, a pesquisa é de cunho quantitativo “acerca de estudantes que não obtiveram aproveitamento acadêmico em 2013/1, momento em que o estudo foi pensado. Assim, dos 700 discentes desse período, 557 podiam ser incluídos na investigação.” (p. 543). Realizada uma análise documental, elas elaboraram “fichas orientadoras” com dados do acervo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis sobre a) características sociodemográficas (idade, naturalidade); b) contexto familiar (perdas, separação de pais); c) situação acadêmica dos alunos (histórico de notas e outros ligados à instituição). As autoras afirmam que tais dados “foram trabalhados por meio dos softwares EPI INFO e SPSS, utilizando-se dos testes estatísticos ANOVA e Teste-t para realizar a análise das variáveis em exposição, associando-as ao aproveitamento acadêmico.” (p. 544). Elas lançaram mão de uma análise documental considerando os documentos como retratos de condições de ser-e-estar dos estudantes. Os históricos acadêmicos que apresentavam situações como baixas notas, infrequência, reopções de graduação, trancamento de cursos acadêmicos, portanto, eram percebidos como sinais de processos subjetivos enfrentados pelo aluno em vez de um não aprendido. Considerando a compreensão do ser jovem, percebeu-se que dentre os alunos que apresentavam as maiores médias, taxas significativas dos estudantes revelavam um “movimento de individuação”, pois moravam sozinhos, na Casa do Estudante ou em pensionatos. Além disso, “a segunda menor média e o número mais expressivo são alunos da cidade-sede da universidade, o que refutaria a hipótese de que dificuldades surgem com mais frequência entre os que são de outros lugares, exigindo um suposto maior esforço de

adaptação ao novo território.” (p. 548) enquanto “a menor média pertencia a pessoas casadas ou que viviam com o(a) companheiro(a). Quanto à saúde mental, as autoras afirmam que encontraram o sofrimento psíquico como depressão, ansiedade, estresse emocional. Também houve uma taxa de 11% de reopção de curso e 25% de insatisfação com o curso escolhido entre os discentes na Casa do Estudante. As autoras o atribuem a uma pressão social articulada no contexto da ampliação de vagas do Ensino Superior diante de uma iminente exclusão do sujeito do processo de escolarização presente em uma sociedade de controle. Assim, a conclusão principal é a de que

foram colhidos sinais na direção de que o não aproveitamento se relacionou muito mais com resistências do que com não aprendizados, muito mais com desistências do que com dificuldades cognitivas, muito mais com sofrimento e impedimento de frequentar as aulas do que com descompromisso. (p. 555)

A opção por uma linguagem mais filosófica-científica é uma marca do artigo, e somada a uma escrita desorganizada acabou tornando o texto pouco claro ao apresentar os resultados da pesquisa. Entretanto, a proposta de pensar baixas taxas de desempenho acadêmico numa perspectiva de subjetivação em interface com o aprender inventivo, possibilita um olhar para o estudante para além dos “fatores de risco”, mas daquilo que está sendo construído no ambiente universitário em seus processos de subjetivação.

Semelhantemente, considerando uma dimensão mais subjetiva, Cardoso Júnior, Sousa e Pereira Júnior (2019) escrevem sobre *As contribuições teóricas de Pintrich para pesquisas sobre a motivação de alunos no ensino superior* buscando demonstrar quais os fatores envolvidos na “motivação” dos alunos de Ensino Superior segundo a teoria de Pintrich. O autor afirma realizar uma pesquisa bibliográfica, já que estuda as principais obras nacionais e internacionais que tratam do tema, trabalhando, porém, com os pressupostos da teoria de Paul R. Pintrich para a definição dos fatores envolvidos no conceito de “motivação”.

Considerando as delimitações terminológicas construídas pela literatura, as conclusões apontam para quatro dimensões da motivação segundo Pintrich: Contexto Sócio-Cultural, Fatores relacionados à sala de aula, Fatores internos ao aluno e Comportamento motivado em si. A literatura também aponta o caráter cíclico da motivação, pois à medida que motivação interfere na aprendizagem e desempenho, a aprendizagem pode produzir um efeito na motivação mostrando, portanto, a razão desta ser “uma das principais variáveis relevantes do processo ensino/aprendizagem” (p. 5) Também foram identificadas a auto regulação,

autonomia e autoconscientização como características encontradas em estudantes motivados, mas a importância do papel do professor e da universidade em pensar metodologias mais adequadas e em promover a motivação dos alunos também foi destacada.

O trabalho não se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica conforme a afirmação do autor, mas um trabalho teórico-reflexivo de síntese da obra de Pintrich. Mesmo assim, a principal contribuição do artigo consiste em trazer uma visão cognitivista sobre a motivação acadêmica dos estudantes de Ensino Superior, já que a motivação é significativa nos processos de ensino-aprendizado e, conseqüentemente, na permanência simbólica do estudante. Os fatores mais individuais aos sujeitos não são muito considerados dos estudos em geral sobre permanência frente aos fatores socioeconômicos e culturais. Apesar da contribuição dessa perspectiva, é importante destacar que os esforços institucionais não devem ser menores que os do indivíduo ou que tal abordagem se sustente sozinha, isto é, sem uma reflexão dos fatores sociais envolvidos.

Ferreira (2017) busca responder em seu artigo qual a potencialidade das políticas institucionais de acolhimento aos calouros da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) para a afiliação universitária. O autor afirma que a metodologia utilizada é um relato de experiência, mas pouco se expressa sobre este caminho de coleta de dados na universidade estudada. Não há esclarecimento e caracterização do narrador do referido relato de experiência nem de sua relação com o campo pesquisado. Entretanto, identificou-se, na prática, a realização de uma espécie de análise documental, já que é feita a apresentação do Código de Ética Estudantil da UFSB, manuais e cartazes de campanha contra bullying e trotes que amparam a argumentação. O autor afirma que chama a sua atenção o posicionamento institucional contra os trotes e a campanha por um acolhimento mais respeitoso e horizontal dos calouros e, assim, estuda essas estratégias institucionais de recepção dos calouros nos primeiros dias diante do conceito de afiliação universitária. Os resultados da pesquisa apontam que as diversas ações de acolhimento realizadas pela instituição surtiram efeitos positivos. O autor relata que houve uma participação significativa na Semana de Acolhimento da UFSB, que ocorreu uma semana antes do início das aulas e que impactou na primeira semana de aula em termos de frequência, já o número de faltas costuma ser maior. A “Recepção calourosa”, como também foi chamada a Semana de acolhimento, contou com palestra do Reitor, Atividade de Orientação Acadêmica (AOA), reunião de pais com a apresentação de ações e programas de adaptação, encontro com as

lideranças estudantis. Ele argumenta que a abertura da AOA, da qual participaram estudantes calouros e professores orientadores, pode estabelecer um laço inicial entre ambos. A partir dessas evidências, a conclusão principal do autor é que tais ações colaboram para a afiliação dos estudantes e combate à ociosidade de vagas e evasão escolar.

As estratégias metodológicas do trabalho foram pouco descritas e carecem de instrumentos complementares, pois somente a análise documental e os demais procedimentos utilizados não parecem suficientes para mensurar as influências das ações estudadas para a afiliação dos estudantes. Entretanto, a contribuição mais interessante do artigo, é a escolha dos ritos de passagem como objeto de interesse aos estudos sobre afiliação universitária devido à sua originalidade e pertinência teórica.

Vasconcelos e Galhardo (2016) apresentam em seu artigo parte de uma pesquisa que busca responder quais os impactos e consequências do programa de inclusão na Universidade Estadual Paulista (UNESP) no contexto de implantação das ações afirmativas no Ensino Superior. A metodologia não é apresentada pelos autores, mas é dito, no final do texto, que a ampliação do trabalho será de caráter descritivo e versará “sobre as relações entre o perfil e o rendimento acadêmico dos estudantes que ingressaram na UNESP pelo Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública.” (p. 299). Entretanto, em relação ao que já está feito no artigo, é possível identificar que os autores lançam mão de “análise documental”, pois coletam dados da universidade em documentos oficiais e também em outras pesquisas já realizadas a fim de descrever o programa estudado e o perfil dos estudantes da instituição. O problema de pesquisa não é explorado ainda pois o trabalho apresenta apenas resultados preliminares. Os autores argumentam que

Embora a UNESP tenha em seu quadro um grande contingente de estudantes oriundos de escolas públicas, a **inovação inclusiva**, estabelecendo percentuais de alunos de escola pública por curso e turma, é uma variável que, a médio prazo, estará influenciando o perfil de estudantes da UNESP. (p.292, grifo meu)

Os autores, portanto, estão considerando que o aumento do número de estudantes oriundos de escola pública é uma inovação inclusiva. Essa reserva de vagas mostrou um crescimento ascendente anual de estudantes que cursaram o Ensino Médio integralmente em escolas públicas e também o número de estudantes hipossuficientes economicamente. Também apontam que “Há mais de duas décadas a UNESP desenvolve ações voltadas para a assistência ao estudante. Bolsas de Apoio Acadêmico, Programa Adote um Aluno, Moradias

Estudantis, Auxílios Aluguel, Restaurantes Universitários e Subsídios Alimentação são algumas destas ações.” (p. 295), e que a demanda de auxílios à permanência cresceu depois que o programa de inclusão na UNESP foi implantado. Isso mostra uma tendência da instituição a ver a assistência estudantil numa perspectiva de bolsificação, ou seja, privilegia as dificuldades objetivas de permanência material. Os autores, porém, concluem reconhecendo a necessidade de “novas estratégias pedagógicas”, embora não aprofundem esse aspecto: “Trata-se da necessidade de um conjunto de ações articuladas que incluem auxílios socioeconômicos e novas arquiteturas pedagógicas que tenham como princípio a diversidade e que possam favorecer a criação de uma "cultura de emancipação".” (p. 295)

O texto não deixa claro se o Programa de inclusão na UNESP é de fato uma iniciativa institucional ou se é a operacionalização de políticas de assistência estudantil que foram sendo implementadas nos últimos anos, assim como em outras universidades. É importante compreendê-lo, já que os autores atribuem a mudança do perfil dos estudantes ao referido programa e o período analisado coincide com a implantação de tais políticas. Apesar disso, os dados do Programa e do Perfil dos estudantes da UNESP são bem organizados e apresentados.

5.3 - Uma apreciação geral

Considerando a síntese e comentários sobre cada artigo, agora realizaremos uma apreciação geral dos trabalhos indicando premissas recorrentes, lacunas na produção científica, consensos e divergências sobre o tema estudado, mostrando os caminhos percorridos e os caminhos a percorrer.

5.3.1 - Caminhos percorridos

Em primeiro lugar, é essencial considerar que o perfil da universidade mudou e que as políticas de Assistência Estudantil avançaram significativamente. E é por isso que novas necessidades são criadas e novas respostas precisam ser dadas para consolidar o processo de democratização da educação. Dessa forma, qualquer problema que venha a se apresentar nesse processo não deve ser ignorado, mas deve também apontar para as conquistas já alcançadas. Nesse contexto, diversos trabalhos reconhecem que apoios financeiros são

essenciais para a permanência de estudantes pobres, mas não bastam. São necessárias ações de inclusão que valorizem a diferença e tratem a permanência para além da bolsificação.

Outra consideração a ser feita é que há alguns trabalhos que apresentam estratégias individuais de permanência ou iniciativas de coletivos de estudantes. Apesar da relevância dessas ações, é preciso ter atenção à necessidade de intervenção da instituição porque uma educação de qualidade é responsabilidade do Estado. Além disso, há perigo em pressupor que todos os estudantes por conta própria saberão ou devem saber se virar nessa nova cultura sem ações institucionais intencionais e organizadas que busquem facilitar esse processo.

Outro ponto comum em alguns trabalhos é que as peculiaridades de cada curso pressupõem diferentes demandas na permanência. As dificuldades de ordem pedagógica na área da matemática, por exemplo, em geral é mais identificada em cursos que exigem esse tipo de habilidade como engenharia ou administração. Da mesma forma, houve uma pesquisa que, tratando da permanência de estudantes negros, apresentou um maior fortalecimento identitário em cursistas das áreas de ciências humanas. Outro artigo, que abordou a experiência universitária de um estudante surdo de medicina, mostrou como os desafios à permanência do estudante pesquisado não teve a ver apenas com sua condição de surdo, mas também esteve associado ao grau de exigência do curso de medicina e com a transição difícil entre Ensino Médio e Ensino Superior que todo estudante vive, independentemente de condição socioeconômica e sociocultural. Assim, é importante perceber, na leitura dos trabalhos, como opera a interseccionalidade das características identitárias do aluno que se traduzem em dificuldades cumulativas. Ou seja, não é apenas um fator, ou simplesmente uma soma de fatores, mas a interação entre eles diante da cultura universitária.

Esse fator da interseccionalidade é acentuado nos artigos sobre a permanência de grupos específicos no Ensino Superior, pois as particularidades de cada um dos públicos pesquisados são fatores determinantes na forma dos sujeitos vivenciarem a universidade e serem enxergado por ela, o que também exigirá formas particulares de conceber a permanência.

Considerando a síntese dos trabalhos sobre as pessoas com deficiência, as pesquisas foram predominantemente qualitativas, corroborando com o argumento de Melo et al (2019) sobre a predominância dessa opção metodológica. Os autores também argumentam que o maior número de trabalhos no Brasil diante de Portugal deve-se à nossa legislação ser mais presente

regulando a educação de pessoas com deficiência. Diante dessa consideração, é interessante ressaltar que quase todos os trabalhos da temática citam o Programa Incluir - ação do MEC que fomenta a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas IFES - confirmando a relação entre as legislações e o número de trabalhos que têm sido produzidos sobre permanência universitária não só no caso do Público Alvo da Educação Especial, mas também de outros públicos a partir das legislações sobre permanência no Ensino Superior. Com relação à representatividade, percebemos no nosso material, que há alguns trabalhos que tratam das deficiências em geral, mas somente a surdez é uma condição tratada especificamente, ou seja, não há trabalhos específicos sobre as outras deficiências. Além disso, mais de um trabalho indica a pouca preparação dos professores para lidar com a inclusão do PAEE.

Há também algumas conclusões sobre os universitários indígenas. Apesar de não serem poucos os trabalhos que abordam a permanência desse grupo, a comunidade acadêmica ainda demonstra muito estranhamento à cultura indígena, pois a regra geral ainda é um olhar estereotipado e homogeneizante para os sujeitos de diversas etnias. A pouca familiaridade com a cultura “exótica” aparece associada à insuficiência de discussões sobre a temática indígena entre o corpo docente. A ação bem sucedida do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena se diferencia das demais por ter a epistemologia indígena como uma opção político-pedagógica que atua como agente de transformação da universidade, diferente de outras “recepções” institucionais mais tradicionais. Desse modo, tais trabalhos têm contribuído para pensar que as ações institucionais de permanência devem contemplar uma dimensão multicultural, principalmente quando há maior choque cultural no ingresso acadêmico.

Com relação à identidade religiosa, houve apenas um texto, o que já é em si um questionamento: Por que a identidade religiosa tem sido pouco lembrada nas reflexões sobre permanência no ensino superior? Como essa característica do estudante se relaciona com a cultura universitária? O trabalho existente sinalizou como o movimento estudantil evangélico se mostrou importante para promover o sentimento de pertencimento de estudantes evangélicos (ou não) por meio de discussões sobre pontos de tensão entre a religião e a universidade. Dessa forma, é possível inferir que pesquisas sobre a relação de outras identidades religiosas com a universidade poderiam ampliar consideravelmente essa dimensão pouco estudada no contexto da permanência universitária.

Nos dois trabalhos sobre a permanência de negros, a escolha de estudantes cotistas raciais como sujeitos de pesquisa se mostrou a principal via de acesso a esse grupo. Dos dois artigos é possível extrair que o envolvimento desses estudantes com as questões raciais colabora na compreensão da universidade como um espaço seu por direito. Dessa forma, ainda há um desconhecimento não só dos cotistas, mas de não cotistas sobre a justificativa das ações afirmativas como estratégia de intervenção nas desigualdades raciais. Além disso, em cursos de prestígio em que o mérito é um valor mais cultivado, tal como medicina, a tensão da percepção sobre as cotas raciais e a discriminação do cotista negro é maior.

5.2.2 - Caminhos a percorrer

Da mesma forma que a leitura desse material desenha esses avanços, ela também nos permite identificar o que ainda não foi estudado ou pouco explorado, a fim de ampliar as contribuições ao tema. Nesse sentido, consideramos alguns pontos pouco contemplados nos artigos lidos que ainda pressupõem perguntas a serem respondidas.

O primeiro ponto é a respeito da avaliação do Plano Nacional de Assistência Estudantil no contexto da autonomia universitária. Considerando que é responsabilidade de cada universidade estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES, como as universidades têm feito essas avaliações? Houve apenas um texto que se interessou diretamente por esse recorte, e ainda assim, estudou o tratamento avaliativo de uma instituição a apenas uma área do PNAES (a moradia). Esse silêncio reivindica questionamentos a serem feitos e estudados, já que isso permitiria compreender como as universidades estão concebendo a permanência, como estão apurando as ações locais de assistência e os respectivos resultados.

A segunda lacuna percebida foi a ausência de artigos que tratassem do financiamento das políticas de permanência. Não houve referência à maneira como o repasse das verbas acontece, como ela é concebida dentro do contexto orçamentário da união ou como isso é gerido pelas universidades. O que alguns trabalhos sinalizam a respeito disso, mas não como um interesse principal, é a insuficiência dos recursos para suprir as demandas de permanência do corpo discente. Mas há ainda muitos questionamentos a serem feitos e esse é um ponto que precisa ser explorado considerando sua relevância.

A tensão “política focalizada vs política universal” também foi citada por alguns trabalhos tangencialmente, aparecendo nessa relação de oposição. Entretanto, em nenhum aparece como questionamento central apesar de ser uma discussão sobre as concepções que fundamentam as políticas de permanência e sua função.

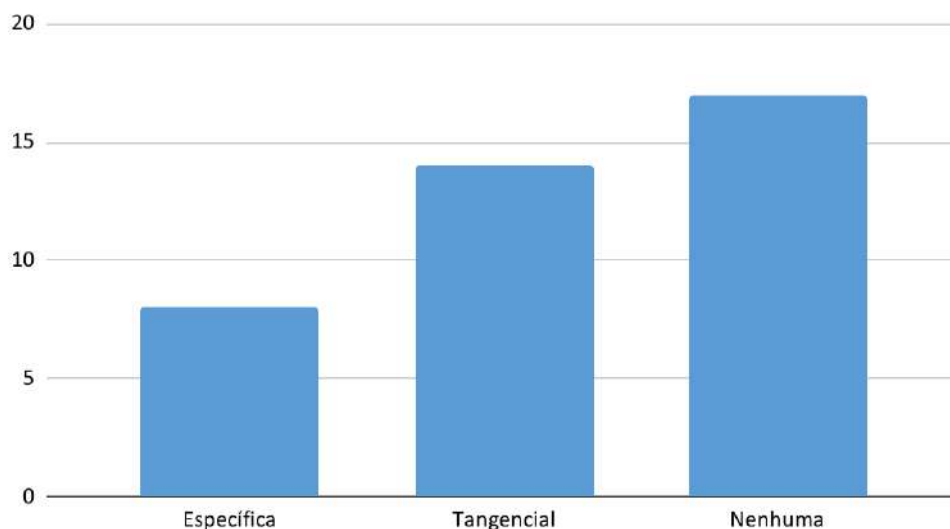
5.4 Ações institucionais de permanência

Considerando o panorama geral da produção científica apresentado nos itens anteriores, como as ações institucionais de permanência têm sido investigadas? Esse foi o segundo questionamento que dirigiu o nosso olhar ao analisarmos os textos. A permanência estudantil no Ensino Superior é regida, em termos de legislação, sobretudo pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil que demanda ações concretas por parte das universidades. Entretanto, é necessário não só que os programas de permanência sejam avaliados pelas instituições, mas compreender se eles têm sido objeto de investigação de pesquisadores e como é realizada essa abordagem.

Nesta sessão, lançamos olhares para como essas ações aparecem nesses textos e buscamos organizá-las segundo a sua abordagem, à ordem de Permanência das ações institucionais existentes e, por fim, fazemos uma síntese e considerações a seu respeito.

A) Abordagem das Iniciativas Institucionais

Como aparecem as iniciativas institucionais de permanência dentre os trabalhos estudados? Como são abordadas? Criamos as categorias de abordagem “específica”, “tangencial” e “nenhuma” com uma finalidade descritiva. Apesar de todos os textos tratarem de permanência, apenas alguns abordaram iniciativas institucionais de permanência.

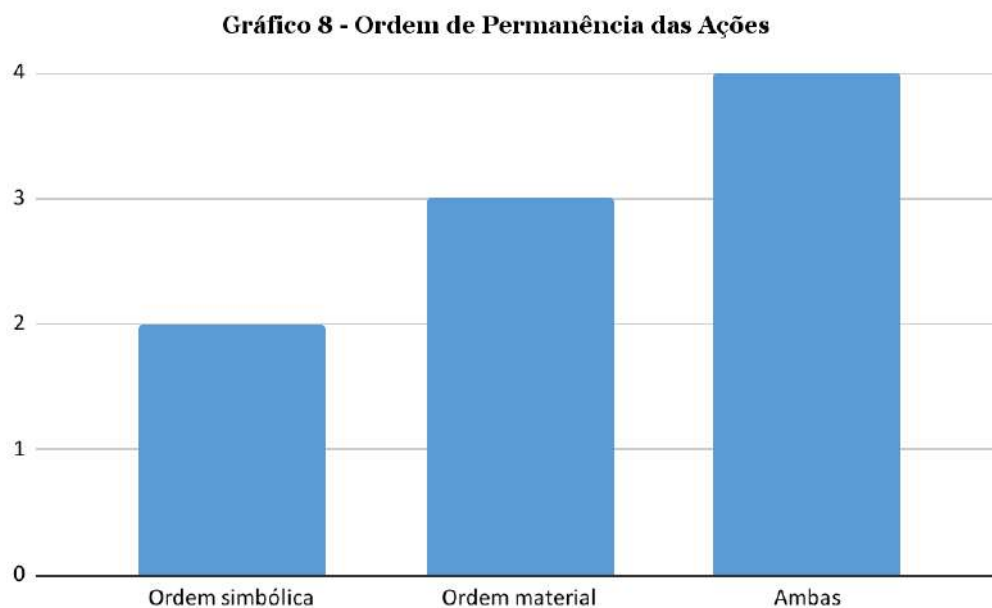
Gráfico 7 - Abordagem de Iniciativas Institucionais de permanência

Dos 39 trabalhos estudados em nossa bibliografia final, 8 abordaram iniciativas institucionais de permanência de maneira específica; 14 apresentaram uma abordagem tangencial, ou seja, apenas citaram superficialmente a existência de alguma iniciativa sem centrar o trabalho nesta ou fornecer caracterização do trabalho desenvolvido; e os 17 textos restantes não fizeram nenhum tipo de abordagem.

Se somarmos os trabalhos das últimas colunas e compararmos com a primeira, veremos que são cerca de 80% diante dos 20% de trabalhos que se debruçam especificamente sobre algum tipo de programa ou projeto para promoção da permanência. E ainda dentre os de abordagem específica, não houve necessariamente em todos os artigos, um estudo que teve um programa como objeto principal.

Entretanto, a maior parte dos artigos categorizados na abordagem tangencial, apresentam como conclusões a urgência de ações intencionais sistematizadas que promovam a permanência simbólica do estudante universitário, o que parece um consenso.

B) Ordem de Permanência das Ações



Dentro dos 9 artigos que trouxeram ações institucionais específicas, contamos 2 em que as ações institucionais tratavam da ordem simbólica, 3 da ordem material e 4 de ambas as ordens. Em conformidade com Santos (2009), autora citada no início deste trabalho, as iniciativas institucionais de permanência de ordem simbólica são aquelas que contemplam as necessidades culturais, pedagógicas, de saúde mental e afins e as de ordem material, correspondem às ações que buscam suprir demandas financeiras como bolsas auxílios e/ou acadêmicas ou acessibilidade arquitetônica no caso dos estudantes com deficiência. Incluímos a categoria “ambas” para designar ações específicas que conjugam as duas ordens ou mais de uma ação em uma universidade que contemple, separadamente, as duas ordens.

C) Síntese e considerações

Neste subitem, serão feitas considerações específicas sobre cada ação institucional de permanência encontrada no material estudado e considerações gerais. Serão apresentadas tabelas de síntese conforme a instituição, o nome da(s) ação(ões), seu público, objetivos, metodologia, avaliação e fonte das informações sobre o programa, isto é, o artigo do qual foram extraídas.

- Ações de ordem simbólica

No caso do estudo do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, o autor propõe pesquisar os estudantes com transtornos funcionais de aprendizagem, mas não existe uma definição explícita quanto ao público a que se dirige o PIAPE. É uma ação universal para todos os estudantes que a buscarem. O autor afirma que há poucas informações sobre o funcionamento do Programa e outras ações de permanência, e as que têm são de difícil acesso nos sítios eletrônicos da instituição, o que é inconveniente considerando as dificuldades dos estudantes pesquisados. De fato, o programa não tem a metodologia mais detalhada além do que é registrado na tabela 4. Da descrição disponível e do trecho da entrevista com uma professora, compreende-se que há um ação específica para cada área do conhecimento, já que a entrevistada afirma que “na área de linguagem o trabalho é com gêneros circundantes da Academia.” (DONIDA e SANTANA, 2019, p. 9). As orientações pedagógicas citadas aconteciam em sessões de até uma hora semanal com cada estudante. Uma prática comum nas sessões é que o orientador ofereça auxílio na elaboração de um plano de matrícula para evitar uma excessiva carga de aulas.

O autor entrevistou professores envolvidos com o programa, mas privilegiou o ponto de vista dos estudantes, que reportaram insatisfação com o Programa. O projeto do programa satisfaz as exigências do PNAES, mas não alcança seus objetivos e não funciona conforme os princípios da inclusão e zelo com a permanência dos estudantes. O autor também faz uma crítica à formação oferecida aos professores pela instituição, mas não cita nenhum tipo de avaliação por parte do programa e não faz nenhuma declaração a respeito disso.

O Programa UFGInclui e o Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena são duas ações institucionais comparadas num mesmo trabalho com o objetivo específico do autor de argumentar sobre a necessidade de transformação da universidade no que tange ao diálogo com a diferença. O autor demonstra que a despeito de todas as ações de permanência do UFGInclui, a prática político-pedagógica diferenciada de formação de professores no NTFSI apresenta uma taxa de evasão quase inexistente devido à interculturalidade que a fundamenta, apesar de ambas apresentarem propostas distintas.

Como é possível perceber na tabela 6, o programa UFG inclui é um conjunto de ações mais voltadas para o acesso e para a permanência de cunho material. Quanto à ordem simbólica, porém, o texto menciona uma recente criação do Coletivo União dos Estudantes e

Quilombolas da UFG que passou a fazer encontros presenciais e rodas de conversa. Entretanto, não há mais descrições sobre esses procedimentos. Já o NTFSI, promove uma permanência simbólica dos estudantes indígenas - apesar de não tê-lo como objetivo declarado - propondo uma formação de professores que tem a própria cultura dos estudantes e o diálogo com as comunidades indígenas como eixo integrador do currículo. Mais especificamente, tais estudantes são discentes indígenas das licenciaturas, que atuam como professores e professoras dos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. A avaliação das ações do NTFSI é constante e frequente pelo comitê, mas não fica claro se a própria formação dos discentes é discutida ou apenas as atividades que os professores desenvolvem, visto que o objetivo do Núcleo não é a permanência do discente propriamente dita. Já a avaliação do UFG inclui é realizada em seminário anual que culmina em relatório final e conta com a avaliação qualitativa dos estudantes a fim de aprimorar o programa.

A pesquisa a respeito da Semana de Acolhimento da UFSB tem também o autor Coulon como um referencial devido às suas contribuições sobre os ritos de passagem e o conceito de afiliação. Assim, o autor do artigo relaciona esses primeiros dias de ingresso às atividades de recepção dos calouros a uma forma de promoção da afiliação. A Atividade de Orientação Acadêmica realizada na semana de acolhimento depois se estende durante todo quadrimestre, e não há referência a nenhum tipo de avaliação. No entanto, o próprio autor do texto é quem sinaliza para a realização de outras edições do evento com algumas mudanças, a eliminação de trotes ou situações de humilhação dos calouros pelos veteranos, grande participação dos dos calouros e uma melhor frequência na primeira semana de aula.

- Ações de ordem Material

Os objetivos do Programa de Residência Universitária para Graduação (PRUG) não são explícitos. Para inferi-los, o autor do artigo toma por base um dos objetivos do PNAES: A redução das taxas de retenção e evasão. Apesar da proposta do trabalho ser analisar o PRUG da UFRPE quanto ao monitoramento e avaliação, há pouca descrição geral do programa. Principalmente com relação à metodologia, tais omissões dificultam a compreensão do parecer realizado sobre a avaliação. Entretanto, como já apontado na seção 4.1, as descrições apresentadas sugerem que a avaliação possui diversas fragilidades.

A Política de Assistência Estudantil da IFCE implantada no campus Iguatu possui em sua prática de concessão de auxílios pecuniários, 3 auxílios de caráter universal e 5 de caráter específico. São, respectivamente: a) Auxílio Acadêmico, Auxílio Visitas e Viagens Técnicas e Auxílio Pré-Embarque internacional; b) Moradia, Auxílio Transporte, Auxílio Discente Pai/Mãe, Auxílio Óculos e Auxílio Formação. O pesquisador se debruçou sobre os três primeiros de caráter específico, ou seja, auxílios dirigidos a estudantes em vulnerabilidade social. Apesar disso, mantivemos na tabela 5 todos os auxílios concedidos aos dois grupos para uma compreensão ampliada. O autor não mencionou avaliação de nenhum dos auxílios ou descrição de funcionamento. Entretanto, concluiu-se que a taxa de permanência dos estudantes assistidos foi maior do que a dos estudantes não assistidos.

- Ações de ordem Simbólica e Material

O Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio à Excepcionalidade (PROPAE) busca promover inclusão, acesso e permanência aos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais de uma Universidade pública no interior do Paraná. Não há descrição sobre uma avaliação geral do programa e poucos detalhes sobre a metodologia. Há apenas a menção de um acompanhamento do trabalho dos monitores do Programa de Monitoria Especial, cuja proposta é o acompanhamento de um estudante do mesmo curso do aluno assistido.

O Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior é um programa do Ministério da Educação (MEC) que existe desde 2004 e apoia financeiramente instituições públicas de Ensino Superior na criação dos Núcleos de Acessibilidade para as pessoas com deficiência. Assim, não há uma Instituição específica sendo estudada e as autoras não apresentam nenhuma forma de avaliação do Programa. Sendo um programa que financia e estabelece a criação de ações institucionais que viabilizem a acessibilidade arquitetônica e pedagógica, age sobre as condições materiais e simbólicas dos estudantes com deficiência.

Dentro dos trabalhos que apresentam especificamente ações institucionais de permanência tanto de ordem simbólica quanto material, o trabalho de Silva (2019) também nos chamou atenção, como já citado na sessão de revisão bibliográfica. Além de fazer considerações sobre as ações de permanência de ordem material em universidades públicas de todo o Sudeste, o autor apresenta um quadro com os principais programas de apoio pedagógico. Portanto, não foi viável incluí-lo na nossa tabela 6, visto que também é realizado um trabalho síntese dessas

ações com base em dados presentes nos sítios eletrônicos de todas as IFES do Sudeste brasileiro. Entretanto, os quadros produzidos pelo autor serão citados nos anexos ao final do nosso trabalho.

Tabela 4 - Síntese das ações existentes: Permanência Simbólica

| Instituição | Nome da(s) ação(ões) | Público | Objetivos | Metodologia | Avaliação | Fonte |
|--|---|--|---|---|---|--------------------------|
| Universidade Federal de Santa Catarina | Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) | Qualquer estudante interessado em participar | "Proporcionar Apoio Pedagógico aos processos de aprendizagem dos estudantes de graduação" (p. 7) | 1) Tutorias nas áreas do conhecimento com históricos de reprovações excessivas: matemática, física, química, biologia e língua portuguesa; 2) Orientações pedagógicas, com cada estudante (plano de matrícula); e 3) Oficinas sobre temas variados e de interesse da comunidade. | Não há referência a nenhum tipo de avaliação | (DONIDA e SANTANA, 2019) |
| Universidade Federal de Goiânia | Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena | Discentes indígenas das licenciaturas | Transformação da escola indígena com base nos conceitos da interculturalidade e crítica, transdisciplinaridade e contextualização | Duas etapas de estudo, por volta de 35 dias cada uma, no Campus Samambaia e depois outras duas em território indígena nas escolas nas quais são desenvolvidas atividades que geram envolvimento concreto entre professores indígenas, não indígenas, universidade e comunidade; Diferenciação curricular. | As atividades realizadas e outros assuntos são tratados em reuniões regulares nas etapas por um Comitê, com professores indígenas e um ou dois não indígenas. | (HERBETTA, 2018) |
| Universidade Federal do Sul da Bahia | Semana de Acolhimento - Recepção Calourosa | Estudantes ingressantes (calouros) | Combater qualquer tipo de trote e promover a integração social dos novos estudantes | Proibição de trote expressa no Código de Ética Estudantil; Campanhas multimidiáticas de conscientização; Na semana de acolhimento: Palestra do Reitor sobre o modelo pedagógico; Reunião com mães e pais com a participação do setor de políticas de permanência; Encontro com as lideranças estudantis; Atividade de Orientação Acadêmica. | Não há referência a nenhum tipo de avaliação. | (FERREIRA, 2017) |

Tabela 5 - Síntese das ações existentes: Permanência Material

| Instituição | Nome da(s) ação(ões) | Público | Objetivos | Metodologia | Avaliação | Fonte |
|---|--|--|--|--|--|-----------------------|
| Universidade Federal Rural de Pernambuco | Programa de Residência Universitária para Graduação (PRUG) | Estudantes de graduação presencial com renda familiar <i>per capita</i> até 1,5 salários mínimos que residam fora do município do curso e na sede fora da região metropolitana de Recife | Não explícitos | Não descrita | Realização de Seminários; coleta de dados para a Taxa de Sucesso da Graduação para monitoração; e verificação semestral de desempenho acadêmico. | (SOUZA e COSTA, 2020) |
| Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Campus Iguatu | Política de Assistência Estudantil | a) Discentes matriculados nas modalidades específicas b) Estudantes em situação de vulnerabilidade social | a) Propiciar a formação integral do estudante e aprimoramento de valores. b) Garantir a igualdade de permanência a estudantes em vulnerabilidade social. | a) Auxílio Acadêmico, Auxílio Visitas e Viagens Técnicas e Auxílio Pré-Embarque internacional; b) Moradia, Auxílio Transporte, Auxílio Discente Pai/Mãe, Auxílio Óculos e Auxílio Formação | Não há referência a nenhum tipo de avaliação | (ARAÚJO, 2019) |

Tabela 6 - Síntese das ações existentes: Permanência Material e Simbólica

| Instituição | Nome da(s) ação(ões) | Público | Objetivos | Metodologia | Avaliação | Fonte |
|----------------------------------|---|---|--|--|--|----------------------|
| Universidade Federal de Goiânia | Programa UFGInclui | Estudantes indígenas, quilombolas e surdos do curso de libras | Preparação, acesso e permanência dos estudantes | Preparatórios, isenção de taxas e reformulação de processo seletivo, ampliação de serviços de assistência estudantil, divulgação das ações de inclusão social na instituição e nas comunidades, oficinas sobre ingresso e acompanhamento da trajetória acadêmica dos ingressantes; "acolhimento imediato" na garantia de moradia, alimentação e bolsa; e encontros do Coletivo União dos Estudantes e Quilombolas da UFG | Reuniões anuais de avaliação | (HERBETTA, 2018) |
| Universidade Estadual de Maringá | Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio à Excepcionalidade (PROPAE) | Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais | Promover inclusão, acesso e permanência dos estudantes atendidos | Adaptação de provas de vestibular; Resolução que estabelece recursos de apoio (Equipamentos, instalações, materiais e profissionais de apoio); Criação do Programa de Monitoria Especial. | Não há referência a nenhum tipo de avaliação | (GARCIA et al, 2018) |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|---|--|-------------------------|
| Não há uma Instituição específica sendo estudada: o Programa é do Ministério da Educação | Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior | Pessoas com Deficiência (PCD) na Educação Superior | Fomentar a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas IFES que organizem ações institucionais que garantam a integração de PCDs à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. | Lançamento de editais anuais a fim de apoiar financeiramente os projetos de criação ou reestruturação dos Núcleos de Acessibilidade | Não há referência a nenhum tipo de avaliação | (MACIEL e ANACHE, 2017) |
|--|--|--|--|---|--|-------------------------|

Uma análise geral dessas tabelas nos permite realizar algumas inferências e levantar conclusões a respeito de como essas ações institucionais têm sido pesquisadas.

Quanto ao público, todas as ações de ambas as ordens (tabela 6), foram dirigidas a Pessoas com deficiência, sobretudo porque tratam de acessibilidade arquitetônica e pedagógica. Nas ações de permanência material, predomina o público socioeconomicamente vulnerável, o que já é esperado tendo em vista a sua demanda por moradia, alimentação, passagem e outras necessidades semelhantes. Mesmo assim, a política de assistência estudantil do IFCE que também atende a necessidades acadêmicas específicas de qualquer estudante, aparece para nos lembrar que a qualidade da formação também é permanência estudantil independentemente de perfil socioeconômico. O público universal é predominante na tabela de ações de permanência simbólica, tendo apenas o recorte para calouros na Semana de Acolhimento da UFSB, e o público focalizado no grupo de estudantes indígenas na ação da UFG. Olhando para todas as tabelas, predominam ações de permanência focalizada em vez da permanência universal: seis direcionamentos focais diante de três direcionamentos universais. Ainda assim, a diferença não é tão grande se considerarmos que o texto do PNAES prioriza as ações de permanência dirigidas aos estudantes considerados hipossuficientes economicamente e os critérios adotados pelas instituições. Por fim, é importante ressaltar que os trabalhos mostram que os auxílios pecuniários não têm sido suficientes para suprir as demandas dos estudantes pobres, que dirá hoje diante de cortes orçamentários anunciados.

Analisando o conteúdo dos textos, observamos que ações cujos objetivos eram mais explícitos e/ou precisos foram melhor avaliadas pelos autores ou descritas de maneira mais detalhada nas demais categorias. O PIAPE, por exemplo, apresentou um objetivo generalista

cujas fontes não é necessariamente o próprio programa, não apresentou avaliação e teve muitos limites no ponto de vista dos estudantes pesquisados. O PRUG também não apresentou objetivos explicitamente, assim como a metodologia. Os outros programas de objetivos melhor definidos, por outro lado, apresentaram uma metodologia mais específica e mais detalhes nas outras categorias. Parece, portanto, que quanto mais claros são os objetivos de um programa, mais robusta é sua estrutura de maneira geral.

Na categoria metodologia, o preenchimento da coluna foi realizado com base nas informações do texto ora apresentando procedimentos padrão assumidos pelo próprio programa ora indicando atividades citadas de maneira menos sistemática. Sendo o primeiro caso mais recorrente, é notável que a maioria dos programas tem mais clareza sobre sua metodologia do que as demais dimensões propostas. Isso nos leva a questionar como verificar o funcionamento metodológico se não há objetivos claros de parâmetro.

Todos os autores, exceto Herbetta (2018), omitem informações da ação estudada em pelo menos uma categoria entre objetivos, metodologia e avaliação. A avaliação dos programas, por sua vez, foi a categoria menos preenchida. Isso quer dizer que os autores não têm se interessado pela avaliação dos programas ou que as instituições não a têm considerado para o aprimoramento de suas ações? Isso varia conforme o trabalho. O estudo de SOUZA e COSTA (2020), por exemplo, tem a proposta exata de analisar monitoramento e avaliação de um Programa de Residência Universitária, embora não descreva objetivos e metodologia da ação pesquisada. No entanto, Herbetta (2018), que escreve tanto sobre o UFGInclui quanto sobre o NTFSI, menciona a avaliação de ambas as ações além de apresentar um esquema descritivo completo segundo as categorias que propomos. E há, ainda, outra situação possível reportada pelos pesquisadores: a falta de informações sobre a(s) ação(ões) nos respectivos sítios eletrônicos. Assim, parece que quando não há informação sobre avaliação, a omissão das instituições é mais provável. Das avaliações mencionadas, nenhuma é de caráter contínuo, ou seja, são avaliações anuais ou semestrais apenas e não são frequentes (Exceto pelo Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena que, entretanto, não tem a permanência dos estudantes indígenas como objeto de discussão principal, mas as atividades que realizam como professores em formação). As avaliações de cada ação ou programa descritas, apesar das falhas internas e necessidade de ajustes, parecem coerentes com os objetivos da ação avaliada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dados os questionamentos que nortearam esta monografia, finalizamos o estudo com um desfecho que contempla conclusões, limites e contribuições do trabalho diante dos objetivos estabelecidos. Traçando um panorama geral da produção científica sobre o tema da permanência na Educação Superior nos últimos 5 anos, é possível chegar a algumas conclusões.

Verificamos que há uma tendência crescente do número de artigos que versam sobre a Permanência na Educação Superior a partir de 2016 e se mantém nos anos seguintes. A predominância de trabalhos por região é do Sul, Brasil e Sudeste, nessa ordem. As pesquisas qualitativas foram predominantes e são poucos os trabalhos de metodologia mista e quantitativa, sendo 21% dos trabalhos de cunho teórico e 79% empíricos. Os métodos/técnicas mais utilizados foram análise de entrevistas e a análise documental, havendo, também, outros como Pesquisa bibliográfica, Análise de Questionários, Programas eletrônicos de análises, Observação participante, Grupo Focal, História de vida, e Relato de experiência. Não é expressivo o número de trabalhos que utilizam triangulação de dados, o que se mostrou um fator fragilizante de alguns trabalhos.

Criamos categorias que contemplassem perspectivas diferentes com relação à permanência dos estudantes: Permanência no percurso, Permanência para a certificação e ambas. Apesar de diferentes, a relação entre elas não é de oposição, mas de articulação, trata-se apenas da ênfase adotada pelo pesquisador. Dessa forma, 49% discutiram em perspectiva de permanência no percurso, 18% de permanência para a certificação e 33% em ambas as perspectivas. Outro ponto destacado foi que nenhuma pesquisa tratou de grupos específicos enfatizando apenas a permanência para a certificação, o que indica um interesse maior por compreender como esses sujeitos têm vivido a universidade.

Todos os textos trataram de permanência na universidade, mas apenas alguns abordaram iniciativas institucionais. Por isso criamos as categorias abordagem “específica”, “tangencial” e “nenhuma” com uma finalidade descritiva. O resultado foi que 20% dos textos abordaram iniciativas institucionais de permanência de maneira específica; 36% apresentaram uma abordagem tangencial, ou seja, superficialmente; e os 44% restantes não fizeram nenhum tipo de abordagem. A maior parte dos artigos categorizados na abordagem tangencial apresenta

como conclusões a urgência de ações intencionais sistematizadas que promovam a permanência simbólica do estudante universitário.

Consideramos, assim, que o tema da permanência na Educação Superior tem ganhado relevância nas pesquisas conforme novas conquistas vão sendo alcançadas no âmbito das políticas de Assistência Estudantil, contemplando grupos específicos e novas demandas no processo de democratização do Ensino Superior. Nesse sentido, as pesquisas sobre as ações institucionais de permanência na figura dos apoios pedagógicos ainda são incipientes, o que se constata não apenas pelo número de trabalhos, mas principalmente pela maneira que tem sido sistematizada, o que aponta um campo a ser explorado.

Finalmente, consideramos que a exclusão dos trabalhos de grupos específicos da plataforma CAPES devido à restrição de tempo representou uma lacuna da pesquisa. Embora não tenha inviabilizado os objetivos, tais artigos teriam enriquecido o trabalho não só a julgar pelos resumos, mas também por permitir análises mais completas. A respeito das contribuições, buscamos revisar e analisar o que já foi produzido nos últimos 5 anos a respeito da Permanência estudantil nas universidades brasileiras, contribuindo para futuras pesquisas e para discussões nas práticas das próprias instituições. Além disso, pesquisar e produzir conhecimento sobre as ações institucionais de permanência é também divulgá-las possibilitando troca de experiências entre as universidades, visibilidade do que tem sido feito e mapeamento das diferentes necessidades contextuais. Num tempo de corte de verbas e ataque às universidades públicas, lembrar os passos que demos até hoje rumo à democratização da universidade pública pode se revelar uma importante estratégia de resistência.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BIZERRIL, MXA. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Rev Tempos e Espaços em Educ.** 2020;13(32):1–15. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7641401>> Acesso em 28 de ago de 2021.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. **Educação em Revista**, n.10. UFMG. Belo Horizonte, 1989.

_____. “Compreender”. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012b. p. 693-732.

_____. **Escritos de Educação**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2012a. Organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani.

_____. Os excluídos do interior. In: Nogueira, M.; Cattani, A. **Escritos de Educação**. RJ: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: UFSC, 2014.

BRASIL. **Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm> Acesso em: 27 ago de 2021.

_____. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm> Acesso em: 27 ago de 2021.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em: 27 ago de 2021.

_____. Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - Sisu. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 de novembro de 2012.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: Edufba, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação”. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

FRANÇA, Victor. Cortes orçamentários na ciência ainda mais amargos em 2021. **Conexão UFRJ**. Rio de Janeiro, 22 de março de 2021, institucional. Disponível em: <<https://conexao.ufrj.br/2021/03/cortes-orcamentarios-na-ciencia-ainda-mais-amargos-em-2021/>> Acesso em: 28 nov 2021.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 2008.

LOPES, Iberê. Universidades sucateadas: O impacto do teto de gastos de Temer. **SINPRO GOIÁS**. Goiás, julho de 2018, notícias. Disponível em: <<https://sinprogoias.org.br/universidades-sucateadas-os-impactos-do-teto-de-gastos-de-temer/>>. Acesso em: 28 nov 2021.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. Os herdeiros: fundamentos para uma sociologia do ensino superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 130, p. 47-62, jan.-mar., 2015.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para Além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Dezembro de 2009.

TINTO, Vincent. A theory of individual departure from institutions of higher education. In: TINTO, Vincent. **Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition**. Chicago: The University of Chicago Press, 2012. p. 84-137.

Artigos da pesquisa bibliográfica:

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, pág. 512-528, agosto de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200512&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev de 2021.

APPIO, Jucelia *et al.* Atributos de permanência de alunos em instituição pública de ensino superior. **Revista GUAL**, Florianópolis, Santa Catarina. v.9, n.2, maio de 2016. Disponível

em: <<https://doi.org/10.5007/1983-4535.2016v9n2p216>> Acesso em 21 fev de 2021.

ARAÚJO, M. L. da S. Reconfiguração do ensino superior brasileiro: direito ou desmonte?. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 645–677, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650627>. Acesso em: 21 fev de 2021.

ARAUJO, Sandy Andreza de Lavor et al. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 24, n. 3, pág. 722-743, dezembro de 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000300722&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev de 2021.

BONALDI, E. V. Entre a “autoeliminação” e o enfrentamento incerto: disposições e dissonâncias frente ao ensino superior público. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, v. 1, n. 49, p. 246-265, 18 mar. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/34625>> Acesso em: 20 fev de 2021.

CAVALCANTI, Ivanessa Thaianne do Nascimento et al. Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)** [online]. 2019, v. 24, n. 1, pp. 305-327. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-407720190001000016>>. Acesso em: 20 fev de 2021.

CHAVES, J. C; SILVEIRA, F. A. Ensino superior e política de assistência estudantil: repensando a formação universitária. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. Vol. 15, mar. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/reeduc.v15i40.2497>>. Acesso em: 20 fev de 2021.

COULON, Alain. Ofício de estudante: A entrada na vida universitária. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201710167954>> Acesso em: 20 fev de 2021.

DONIDA, Lais Oliva; SANTANA, Ana Paula. Apoio Pedagógico como proposta de educação para todos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e192527, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100554&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev de 2021.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: uma disputa de concepções. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, pág. 148-181, março de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000100148&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev de 2021.

FERREIRA, S. A. S. Estratégias de diálogo com o estranhamento no começo da vida universitária: políticas de acolhimento e permanência na Universidade Federal do Sul da Bahia. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 291–307, 2017. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650605>>. Acesso em: 21 fev de 2021.

FIGUEIREDO, Alice Cristina. Limites para afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto de expansão universitária. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e173462, 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100312&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 fev de 2021.

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. spe, p. 33-40, 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000400033&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Mai de 2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, pág. 285-303, agosto de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 fev de 2021.

MACHADO, Jardel Pelissari; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 21, n. 4, pág. 477-488, dezembro de 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2016000400477&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 fev de 2021.

MACIEL, Karina Elisabeth; CUNHA JUNIOR, Mauro; LIMA, Tatiane da Silva. A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e198669, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100580&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev de 2021.

MARTINS, P. F. DE M.; GAMA DA SILVA, E.; MAURICIO, N. M. M. A história da Assistência Estudantil no Ensino Superior brasileiro: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes "D" e "E" nas universidades federais. **Revista Observatório**, v. 5, n. 6, p. 886-911, 1 out. 2019. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/7493>> Acesso em: 21 fev de 2021.

PATARO, R. F. Democratização da universidade pública e estudantes de primeira geração na UNESPAR. **Revista Contemporânea de Educação**. MATTOS, H. C. X. S; FERNANDES, M. C. S. G. Estudantes universitários: estratégias e procedimentos para a permanência. **Revista Contemporânea de Educação**. Vol. 14, no. 29 pp. 156 – 174 mai. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/20308>> Acesso em: 21 fev de 2021.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, pág. 301-315, agosto de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev de 2021.

RECKTENVALD, Marcelo; MATTEI, Lauro; PEREIRA, Vilmar Alves. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 23, n. 2, pág. 405-423, outubro de 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772018000200405&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 fev de 2021.

RODRIGUES, Carla; OSÓRIO, Lisandra. Subjetivações em meio à vida universitária e sua interface com o aprender inventivo. **Conjectura: Filosofia e Educação**. Caxias do Sul, v. 21, n. 3, p. 538-560, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/4200/pdf>> Acesso em 21 fev de 2021.

SILVA, Guilherme Henrique Gomes da. Um panorama das políticas de ação afirmativa nas universidades federais públicas do Sudeste do Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. , São Paulo, v. 49, n. 173, pág. 184-206, setembro de 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000300184&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev de 2021.

SOUSA, Thiago Weslei de Almeida; PEREIRA JÚNIOR, Carlos Antônio; CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos. As contribuições teóricas de Pintrich para pesquisas sobre a motivação de alunos no Ensino Superior. **HOLOS**, [S.l.], v. 1, p. 1-12, dez. 2019. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6851>>. Acesso em: 20 fev de 2021

SOUZA, A. C. de; BRANDALISE, M. Ângela T. Política de cotas e democratização do ensino superior: a visão dos implementadores. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 515–538, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650621>. Acesso em: 21 fev de 2021.

SOUZA, Rafael Cipriano de; COSTA, Maria Aparecida Tenório Salvador da. Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 107, pág. 362-385, junho de 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000200362&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev de 2021.

VASCONCELOS, M. S.; GALHARDO, E. O programa de inclusão na UNESP: valores, contradições e ações afirmativas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. esp.1, p. 285–306, 2016. Vol. 14, no. 29 pp. 71 – 95. mai. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8553>>. Acesso em: 20 fev de 2021.

VASQUEZ, Aaron; PEREIRA, Marcos. Um Estudo sobre Evasão e Permanência em Instituições de Ensino Superior no Rio Grande do Sul: características do tipo do estado do conhecimento. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**. v. 3 n 1. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10923/14597>> Acesso em: 05 mar de 2021.

**ANEXO A - PRINCIPAIS PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO DE
UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL³**

| IES | PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO | BREVE DESCRIÇÃO |
|---------|--|---|
| Ufla MG | Diretoria de Apoio e Desenvolvimento Pedagógico (DADP) | Órgão vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, responsável por fornecer sustentação, na esfera de sua especialidade, às atividades de ensino da Universidade Federal de Lavras. Promove ações de capacitação continuada do corpo docente, bem como assessoramento ao planejamento de suas atividades curriculares e de ensino e aos organismos de administração acadêmica, além da promoção de eventos educacionais e da integração do corpo discente na solução de problemas de ensino-aprendizagem. Oferece oficinas pedagógicas voltadas para estudantes e professores ao longo do ano letivo. |
| UFJF MG | Atendimento individual | <p>Apoio pedagógico: tem o objetivo de diminuir as deficiências pedagógicas, estimular e facilitar a permanência do estudante no curso e assessorar os alunos nas demandas didáticas e pedagógicas. O atendimento aos alunos acontece diariamente no período vespertino.</p> <p>Atendimento psicossocial: promoção de ações, junto à demanda acadêmica, por meio de orientações, encaminhamentos, avaliações sociais e correlacionadas ao campo psicológico. Este serviço tem a função de acolhimento e orientação. É um momento dedicado à escuta e reflexões das emoções diárias, buscando oferecer suporte e apoio, encaminhando para outros serviços de atendimento, quando necessário. O atendimento acontece todos os dias, nos períodos matutino e vespertino.</p> |
| UFV MG | Programa de Tutoria nas Ciências Básicas (Protut) | Vinculado à Pró-Reitoria de Ensino da UFMG, este programa iniciou-se em 2000 e atende às áreas de Biologia, Física, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Bioquímica. Tem como finalidade dar apoio acadêmico-pedagógico a estudantes que ingressaram na instituição com deficiência de conhecimento prévio nessas áreas mencionadas. Essa dificuldade é determinada em função do índice de acerto nas questões de múltipla escolha ou na prova de redação dos exames de seleção da universidade (Exame Nacional do Ensino Médio e do Sistema Unificado de Seleção – Sisu), ou no desempenho na disciplina regular para estudantes já reprovados. O objetivo do programa é reduzir o nível de conhecimento básico de estudantes que ingressam na Universidade, diminuindo os índices de reprovação e evasão em disciplinas e, assim, o tempo de permanência do estudante na Universidade, ao mesmo tempo incrementando a qualidade da formação do mesmo. |
| UFU MG | Conjunto de Projetos da Pró-Reitoria de Graduação | <p>Projeto Renovar: busca reduzir o índice de reprovações nos diversos cursos de graduação, por meio de ações de ensino-aprendizagem (curso de capacitação), além do acompanhamento psicossocial aos estudantes com mais de uma reprovação, promovendo um espaço para refletir criticamente sua trajetória na vida acadêmica.</p> <p>Projeto Planejamento de Estudo: trabalha com os estudantes a tríplice dimensão de aprender, estudar e pesquisar, propiciando condições para o domínio de métodos e técnicas de planejamento, leitura analítica, documentação e elaboração de trabalho acadêmico.</p> <p>Projeto de Apoio à Pesquisa: visa apoiar o discente na ocasião de elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC, na confecção e efetivação de projetos de pesquisa e na preparação da monografia.</p> |

³Quadro elaborado por Silva (2019, p. 200-202), citado nas referências bibliográficas.

| | | |
|-----------|---|--|
| Ufes ES | Programa Institucional de Apoio Acadêmico (Piaa) | Surge da necessidade de uma ação institucional, que visa ao acompanhamento acadêmico dos estudantes de graduação, tendo em vista a promoção do sucesso acadêmico e o combate à retenção, ao desligamento e à evasão nos cursos de graduação da Ufes. O programa tem como proposta a criação de atividades que propiciem uma melhor inserção do estudante no ambiente acadêmico, o acompanhamento de seu desempenho durante o curso e a preparação de sua passagem para a vida profissional. Também pode se obter como resultado o desenvolvimento do protagonismo do estudante, no que tange à sua formação. O Piaa se compõe por atividades que pretendem envolver professores, servidores técnicos administrativos e estudantes, favorecendo a afirmativa do pertencimento ao curso e à Universidade. Além disso, o programa busca ultrapassar a visão de ensino baseada na transmissão de conhecimento, provocando a participação de estudantes e professores e estimulando a experimentação de novas formas de ensinar e aprender. |
| UFABC SP | Conjunto de programas ligados à Pró-Reitoria de Graduação | <p>Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial (Peat): programa de orientação acadêmica singular, que promove o acompanhamento do estudante por um professor (o tutor). O programa busca: promover a adaptação do aluno à universidade, mediante a apresentação e a difusão do Projeto Pedagógico Institucional; orientar o aluno para uma transição tranquila e organizada do ensino médio para o superior, favorecendo um melhor desempenho acadêmico do mesmo; propiciar ao aluno conhecimento e reflexão sobre todas as instâncias da vida acadêmica; fazer reconhecer, vivenciar e refletir sobre a interdisciplinaridade dos conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como sobre as relações entre ensino, pesquisa e extensão e o ambiente universitário em geral; incentivar a independência e a autonomia, tornando o aluno empreendedor da sua própria formação e reflexivo sobre o próprio processo de aprendizagem; promover a integração do aluno ao ambiente acadêmico; e habilitar ou dar instrumentos para que o aluno faça escolhas curriculares e formativas condizentes com seus interesses e as normas da graduação. O tutor é um orientador acadêmico, mais experiente e com uma história pessoal de formação universitária.</p> <p>Programa de Apoio e Desenvolvimento Acadêmico (Pada): prevê, entre outras atribuições, prestar orientações referentes a estudo, matrícula e matrizes curriculares dos bacharelados interdisciplinares da UFABC.</p> <p>Curso de Inserção Universitária (CIU): tem por objetivo introduzir o aluno ingressante na vida acadêmica, apresentando as ferramentas necessárias para essa nova etapa, que requer adaptação ao ambiente acadêmico, com um novo ritmo de estudos, contato com a pesquisa científica e atividades extensionistas. O CIU discute os seguintes temas: sistema universitário e organização dos estudos; ciências e o debate científico; matemática no ensino superior; leitura e interpretação de textos científicos.</p> |
| UFSCar SP | ProEstudo | Busca apoiar os alunos de graduação no desenvolvimento de suas competências para estudar, preparando-os não apenas para um melhor aproveitamento das atividades didáticas, mas também para um estudar gratificante, que perdure para além das exigências acadêmicas. O ProEstudo mantém um conjunto de ações que visam obter o máximo de aproveitamento do estudante em seus momentos de estudo, nas mais variadas circunstâncias em que o aluno se encontra, por meio dos seguintes produtos e serviços: palestras sobre como estudar; orientações impressas sobre como estudar adequadamente; oficinas de capacitação para o estudo; agenda da UFSCar para calouros; balcão de orientações de estudo; e atividades de levantamento de necessidades da comunidade universitária em relação ao estudar e implementações destinadas a atender tais necessidades. |

| | | |
|-----------|---|---|
| UFF RJ | Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico | O objetivo geral da Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico é integrar as ações de apoio socioeconômico ao acadêmico, a fim de contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e garantir a permanência e conclusão dos estudantes na educação superior. São objetivos específicos do programa: possibilitar ao estudante da UFF em situação de vulnerabilidade socioeconômica receber auxílio financeiro por meio de recursos do PNAES, ou, em sua falta, de outros recursos de custeio disponíveis; promover a orientação acadêmica dos estudantes contemplados com esta modalidade de bolsa; garantir a realização de estudos orientados que aprofundem seus conhecimentos e os introduzam na pesquisa; melhorar o desempenho acadêmico dos bolsistas; e contribuir para a redução das taxas de evasão e retenção. |
| Unirio RJ | Conjunto de programas | <p>Programa de Acompanhamento Discente na Graduação (Pradig): busca auxiliar na formação do discente por meio de vivência em ambiente próximo à realidade do trabalho a ser desenvolvido após a sua formação, capacitar o discente em atividades pertinentes à sua área de formação e desenvolver método de internalização de atividades relacionadas à graduação. Oferece inclusive auxílios financeiros para os estudantes que participam destas ações, no valor de R\$ 400,00.</p> <p>Programa de Tutoria Especial (Protes): destinado a auxiliar estudantes (tutorandos) ingressantes na Unirio e aqueles reprovados nas disciplinas básicas no decorrer do curso de graduação. Ele é normatizado pela Resolução n. 4.151, de 9 de julho de 2013.</p> |

Fonte: Sites eletrônicos e documentos oficiais das universidades.

APÊNDICE A - Trabalhos não analisados (plataforma CAPES)

| Título | Autor (a/res/ras) |
|--|---|
| Narrativas femininas Guajajara e Arratikateje no Ensino Superior | Elison Antonio Paim; Tatiana de Oliveira Santana |
| Políticas de acessibilidade no Ensino Superior: Desafios institucionais | Claudovil Barroso de Almeida Júnior, Sueli Fernandes |
| Inclusão de estudante cego em curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas de uma instituição pública de ensino superior: um estudo de caso | Luciano Tadeu Esteves Pansanato; Luzia Rodrigues; Christiane Enéas Silva |
| Curso de branco: Uma abordagem sobre acesso e permanência de Estudantes de origem populuar nos curso de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) | Dyane Brito Reis Santos |
| Projetos de escolarização e ingresso de estudantes negros na universidade em contexto de ações afirmativas | Andrea Bayerl Mongin |
| Inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior: exigências de reconfiguração de saberes, concepções e práticas docentes | Francisca Geny Lustosa; Disneylândia Maria Ribeiro |
| A narrativa de universitários cegos acerca de suas experiências acadêmicas | Danielle Sousa Silva, Maristela Rossato, Erenice Natalia Soares Carvalho |
| Políticas de ação afirmativa e direito à educação: Desafios de acesso e permanência de estudantes indígenas no estado do Rio de Janeiro | Kelly Russo; Edson Diniz |
| Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica | Letícia Cao Ponso |
| Vidas Marias, mulheres camponesas do curso superior de licenciatura em educação no campo: Enfrentamentos e (re)existências | Carmem Lúcia Bezerra de França, Maria Simone Euclides |
| Acessibilidade na educação superior também envolve o trabalho pedagógico | Eliane Aparecida Piza Candido; Claudia Regina Siena do Nascimento; Morgana de Fátima Agostini Martins |
| Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná | Hernestina da Silva Fiaux Mendes; Camen Célia Barradas Correia Bastos |
| Direito fraterno: Dispositivo legal para acesso e permanência da pessoa com deficiência no Ensino Superior | Luiz Roberto Prandi; Wendell Fiori de Faria; Pedro Henrique Marangoni; Perci Fábio Santos Fontoura |

| | |
|--|---|
| Jovens do campo no ensino superior | Mirian Bezerra de Matos Nascimento; Tatyane Gomes Marques; Domingos Rodrigues da Trindade |
| Letramento acadêmico e desenvolvimento da escrita por alunos indígenas em uma licenciatura em educação no Campo, Brasil. | Milena dos Santos; Cícero da Silva |

APÊNDICE B - Trabalhos excluídos após leitura integral

| Título | Autor (a/res/ras) |
|---|--|
| Reconfiguração do ensino superior brasileiro: direito ou desmonte? | Maria Luciene da Silva Araújo |
| O papel da Biblioteca Universitária como espaço de afiliação estudantil e o Bibliotecário como Educador e Agente Inclusivo | Antonio Jose Barbosa de Oliveira; Daniela Carvalho Cranchi |
| Dimensões do engajamento estudantil para o contexto brasileiro: a emergência política da participação para a inovação pedagógica na Educação Superior | Bernardo Sfredo Miorando; Denise Leite |
| Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes | Marilia Pontes Sposito; Felipe de Souza Tarábola |